

Série Livros Digital 3

Identidades étnicas em Arqueologia: possibilidades e limites

Tania Andrade Lima

(Org.)



MUSEU NACIONAL

UFRJ

ARQUEOLOGIA

Rio de Janeiro

2015



Série Livros Digital 3

Identidades étnicas em Arqueologia: possibilidades e limites

Tania Andrade Lima
(Org.)



MUSEU NACIONAL
UFRJ
ARQUEOLOGIA

Rio de Janeiro
2015

© 2015 by Editora UFRJ

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es), são de inteira responsabilidade do(s) autor(es).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Roberto Leher

MUSEU NACIONAL

Diretora

Claudia Rodrigues Ferreira de Carvalho

Vice-diretor

Renato Rodriguez Cabral Ramos

Chefe do Departamento de Antropologia

Tania Clemente

Editor

Ulisses Caramaschi

Editores de Área

Adriano Brilhante Kury, Ciro Alexandre Ávila, Claudia Petean Bove, Débora de Oliveira Pires, Guilherme Ramos da Silva Muricy, Izabel Cristina Alves Dias, João Alves de Oliveira, João Wagner de Alencar Castro, Marcela Laura Monné Freire, Marcelo de Araújo Carvalho, Marcos Raposo, Maria Dulce Barcellos Gaspar de Oliveira, Marília Lopes da Costa Facó Soares, Rita Scheel Ybert, Vânia Gonçalves Lourenço Esteves

Tiragem

250 exemplares

Ficha Catalográfica - Entrada por título (1 organizador)

-
- I19 Identidades étnicas em Arqueologia: possibilidades e limites
Tania Andrade Lima (Organizadora). Rio de Janeiro: Museu
Nacional, 2015. 112 p. : il. ; 10,5 cm. - (Série Livros Digital ; 3)

ISBN 97 8-85-7427-056-2

1. Índios do Brasil. 2. Pré-História brasileira. 3. Arqueologia.
4. Etnicidade.
I. Lima, Tania Andrade. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
III. Museu Nacional (Brasil). IV Série.

CDD 305.8

Editora da UFRJ

Sumário

Apresentação	5
Curriculum Vitae	9
Homenagem a Ana Paula Oliveira	25
<i>Luciane Monteiro Oliveira</i>	
Identidades genéricas dos grupos Macro-Jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata mineira.....	31
<i>Ana Paula de Paula Loures de Oliveira</i>	
A primeira face da tradição: os Goitacá. Da História e identidade dos que não deitaram letras	47
<i>Jeanne Cordeiro de Oliveira</i>	
Cultura material, identidade étnica e direitos territoriais na Arqueologia Brasileira: análise da perícia arqueológica sobre a Terra Indígena Sucuri'y, Mato Grosso do Sul.....	67
<i>Jorge Eremites de Oliveira</i>	
Etnicidade no registro arqueológico: o risco da violência interpretativa.....	102
<i>Tania Andrade Lima</i>	

Apresentação

Este livro é dedicado à memória de Ana Paula Oliveira, que nos deixou repentinamente, atônitos com o choque da sua perda prematura. Com ela, saiu da cena da arqueologia brasileira um dinamo que gerava uma energia esfuziante, de impressionante capacidade empreendedora, e que deixou atrás de si um elenco apreciável de realizações, especialmente em Minas Gerais.

A lembrança mais remota que tenho da Ana Paula, fotografada em minha memória, foi como aluna de um minicurso sobre Teoria Arqueológica, que ministrei a pedido do Prof. Alexandre Diniz, no 2º Workshop Arqueológico de Xingó, realizado no Museu de Arqueologia de Xingó, da Universidade Federal de Sergipe, em 2002. Ali ela chamou minha atenção pelo interesse invulgar pelos conteúdos que lhe eram transmitidos. Com olhos bem abertos e escuta atenta, via-se nela uma imensa vontade de aprender.

Três anos depois, tendo se doutorado na Alemanha, ela me procurou no Museu Nacional para se candidatar a um pós-doutorado sob minha supervisão. Na ocasião, ela apresentou as questões com as quais vinha se defrontando em suas pesquisas na Zona da Mata mineira, e entendemos, de comum acordo, que seria importante ela direcionar suas reflexões para o problema do reconhecimento de grupos étnicos no registro arqueológico. Ao longo de 2005, portanto, pude conviver mais de perto com ela, com seu temperamento forte e combativo, e conhecer não só seu espírito agudamente crítico, como também sua garra e disposição para o trabalho.

Naquele mesmo ano, inquieta com esse tema por entender que este é um campo espinhoso para a Arqueologia, organizei um simpósio intitulado **Identidades étnicas em arqueologia: possibilidades e limites**, no XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para discutir as possibilidades e os limites de se trabalhar com identidades étnicas em Arqueologia. Essa inquietação se acentuou a partir

de um inesperado recrudescimento de tentativas de associação de registros arqueológicos a grupos indígenas historicamente conhecidos ou mesmo atuais, implicando portanto continuidades culturais na longa - ou longuíssima - duração.

Para discutir o tema, convidei evidentemente a Ana Paula, e mais dois arqueólogos: Jeanne Cordeiro, que trabalhava à época no plano das possibilidades, para apresentar seu trabalho sobre possíveis conexões entre ceramistas Una e os Goitacá, a partir da sua experiência em sítios arqueológicos do Rio de Janeiro. E Jorge Eremites de Oliveira, pela sua considerável experiência na interface entre a arqueologia e a etnologia em Mato Grosso do Sul. Como debatedor do simpósio, foi convocado João Pacheco de Oliveira Filho, etnólogo do Departamento de Antropologia do Museu Nacional / UFRJ, que tem nas questões de etnicidade uma de suas áreas de interesse.

Passado o evento, entendi que deveria publicar os trabalhos apresentados, com o objetivo de expandir o debate sobre esse tema tão polêmico para além das fronteiras daquele simpósio, estendendo-o a especialistas, sem dúvida, mas também a outros interessados por essa questão. Contudo, sempre premida por outros compromissos profissionais, fui adiando a organização e publicação do livro, sem me dar conta de que os anos estavam passando muito rapidamente. E foi então que perdemos, de repente, a Ana Paula. Sob o impacto da notícia, procurei de imediato uma forma de homenageá-la, que encontrei na publicação póstuma do seu artigo, neste volume que dedicamos especialmente a ela.

Tania Andrade Lima
Departamento de Antropologia
Museu Nacional / UFRJ



Volume em homenagem a Ana Paula Oliveira

Curriculum Vitae

Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

Ana Paula de Paula Loures de Oliveira, nasceu em 31 de março de 1968, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Formada em História pela UFJF, estagiou durante toda a sua graduação no SAEA, sob tutela do Prof. Dr. Franz Joseph Hochleitner, firmando uma parceria nos projetos de pesquisa. Realizou o mestrado em Arqueologia no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo com a dissertação “A Cerâmica da Cultura Nasca, uma abordagem funcional-iconográfica da coleção da cerâmica Nasca do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP”, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Beatriz Borba Florenzano; doutoramento em Antropologia na Universidade Albert-Ludwigs de Freiburg, Alemanha com tese intitulada “XipeTotec e a Festa de Tlacaxipehualiztli no Contexto Religioso Asteca”, sob orientação do Prof. Dr. Ulrich Koehler, e pós-doutoramento no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob supervisão da Prof^a Dr^a Tania Andrade Lima.

Atuou como professora visitante na Universidade Federal de Juiz de Fora no departamento de Ciência das Religiões, onde desenvolveu a pesquisa “Resistência Religiosa Maxakali: defesa cultural ou falha na estratégia de conversão” e no Programa de Pós-Graduação em Comportamento Animal do Instituto de Ciências Biológicas. Foi também professora convidada no Departamento de Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Humanas e do Departamento de Transportes e Geotecnia da Faculdade de Engenharia. Foi Coordenadora do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora (MAEA/UFJF) de 1999 a 2010. Professora do Departamento de Museologia da UFOP de 2010 a 2013. Bolsista de Produtividade do CNPq no período de 2009 a 2013. Orientou inúmeros alunos na Iniciação Científica, Extensão, Bacharelado e Especialização. Atuou como avaliadora de Bancas de Doutorado, Mestrado e Especialização. Participou de Bancas

de Concurso Docente. Consultora Ad Hoc do CNPq, FUNDECT/MS, UNEMAT/MT; FACEP/PE; Revista MUSAS e Revista Confluências Culturais. Dedicou-se à Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: arqueologia pré-histórica, etno-arqueologia, etho-história, patrimônio cultural e museologia.

Atuou na Comissão Editorial da Diretoria da Sociedade de Arqueologia Brasileira no biênio 2005-2007 e foi tesoureira no biênio 2007-2009. Foi membro da Comissão Coordenadora da SAB Sudeste no período de 2009-2011.

Projetos de pesquisa

2012 - 2013

Arqueologia e Espaço Social: O estudo do Parque Estadual do Pico do Itacolomi e Parque Arqueológico do Morro da Queimada, Ouro Preto-MG - PIBIC/CNPQ

2011 - 2013

Arqueologia e História Indígena: os Carijós de Vila Rica
PROBIC/FAPEMIG

2010 - 2012

Proposta de síntese da ocupação pré-colonial da Região Metropolitana de Belo Horizonte - PIBIC/CNPq

2010 - 2012

A ocupação pré-colonial da Região Metropolitana de Belo Horizonte: uma proposta de síntese analítica - CNPq

2009 - 2013

Seleção, hereditariedade e variação: possibilidades e limites de interpretações da cultura material dos sítios Tupiguarani da Zona da Mata mineira - CNPq

2008 - 2011

Análise espacial do Sítio Córrego do Maranhão, Carangola, MG - CNPq

2008 - 2009

Padrões de assentamento Tupinambá: uma proposta interpretativa dos sítios arqueológicos da Zona da Mata Mineira - BIC/UFJF

2007 - 2009

Novas hipóteses sobre o povoamento da Zona da Mata mineira: uma proposta de análise espacial dos sítios Tupiguarani na região - FAPEMIG

2006 - 2008

Proposta interpretativa dos sítios arqueológicos de Juiz de Fora, Mar de Espanha e Chiador - FAPEMIG

2006 - 2008

Novas hipótese sobre o povoamento da Zona da Mata Mineira: o Sítio Córrego do Maranhão, Carangola-MG - CNPq

2006 - 2008

Tradições arqueológicas e etnicidade enquanto categoria taxonômica: uma proposta interpretativa dos sítios arqueológicos de Juiz de Fora, Mar de Espanha e Chiador - FAPEMIG

2006 - 2007

Estudo da tecnotipologia e morfologia cerâmica do Sítio Emílio Barão, Juiz de Fora - MG - PIBIC/CNPq

2003 - 2004

Estudo tecnotipológico do Sítio Arqueológico Primavera, São João Nepomuceno - MG - PIBIC/CNPq e BIC/UFJF

2003 - 2004

Arqueologia e Patrimônio em São João Nepomuceno, MG - FAPEMIG

2002 - 2003

Estudo do legado indígena presente na memória da população rural de São João Nepomuceno - BIC/UFJF

2000 - 2001

Resistência Religiosa Maxakali: defesa cultural ou falha na estratégia de conversão - PROBIC/FAPEMIG

1991 - 1992

Leitura histórico-ideológica do Calendário Asteca representado na Pedra do Sol - CNPq

1990 - 1991

Vindobonensis e Nuttall, Cronologia e Astronomia Mixteca - FAPEMIG

1989 - 1990

Decifração Cronológica Astronômica do Codex Zouche Nuttall - CNPq

Projetos de extensão

2011 - 2013

Compartilhando experiências: educação patrimonial e socialização do saber - PROEX/UFOP - Bolsa / Prefeitura Municipal de Ouro Preto - Cooperação.

2007 - 2009

Compartilhando experiências: educação patrimonial e socialização do saber - FAPEMIG

2005 - 2010

Compartilhando experiências: educação patrimonial e socialização do saber - PROEX/UFJF

2000 - 2010

Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata Mineira - PROEX/UFJF

1993 - 1995

Programa de inovação pedagógica: A pré-história brasileira no ensino fundamental - MEC/FNDE

Projetos de desenvolvimento

1991 - 1993

Projeto de manutenção da rotina de atividades do Setor de Arqueoastronomia e Etnologia Americana da UFJF - FAPEMIG

Membro de corpo editorial

2005 - 2007

Periódico: Revista de arqueologia (0102-0420)

2006 - 2013

Periódico: Série Monográfica Estudos - MAEA/UFJF

2005 - 2007

Periódico: Revista de Arqueologia (versão eletrônica)

2008 - 2008

Periódico: Cadernos de Campo (USP)

2010 - 2013

Periódico: Revista Potlatch

Prêmios e títulos

2008

Prêmio Ondemar Dias, Simpósio de Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira.

2008

Menção Honrosa da Iniciação Científica, UFJF.

2007

Loureiro Fernandes, Sociedade de Arqueologia Brasileira.

2007

Menção Honrosa do Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica, CNPq.

2003

Mérito Cultural, Fundação Cultural de São João Nepomuceno.

Produções

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Abracaldabra: Uma aventura afetivo-cognitiva na relação museu-educação.** MATTOS, Yára (Ione Mattos), Ouro Preto: Editora UFOP; 2010. *Revista Musear*, v.1, p.123-124, 2012.

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Concepção, apropriação e usufruto dos bens patrimoniais: ações de educação patrimonial nas escolas da zona rural de Cataguases, MG. *Revista Potlatch*, v.2, p.10-25, 2011.

MAGESTE, L.E.C.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Dicotomia ou complementaridade? O eterno debate acerca dos conceitos de estilo e função. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v.11, p.8-10, 2011.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Identidades genéricas dos grupos macro-jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata mineira. *CLIO. Série Arqueológica (UFPE)*, v.25, p.1-15, 2010.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF. *Revista de Arqueologia (Belém)*, v.20, p.111-115, 2007.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Sete anos do projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira: resultados e avaliação. *Revista de Arqueologia (Belém)*, v.18, p.111-114, 2005.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Arqueologia na Zona da Mata mineira: Sítio Arqueológico Primavera - São João Nepomuceno, MG. **CLIO. Série Arqueológica** (UFPE), Recife, v.17, p.5-25, 2004.

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Educação patrimonial, memória e saberes coletivos. **Revista de Arqueologia** (Sociedade de Arqueologia Brasileira. Impresso), v.17, p.75-84, 2004.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. A etnohistória como arcabouço contextual para as pesquisas arqueológicas na Zona da Mata mineira. **Canindé Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, Xingó, v.3, p.245-273, 2003.

HOCHLEITNER, F. J.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Cronologia Genealógica e Calendário Histórico-Ritual Mixteca do Codex Zouche-Nuttall. **Revista do Clube Humboldt do Brasil**, São Paulo, v.2, p.141-168, 2002.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. O Sentido das Missões Religiosas na Área Indígena Maxakali. **Numem** (UFJF), Juiz de Fora, v.5, n.2, p.105-128, 2002.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. . Patrimônio Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira. **Canindé. Revista do Museu de Arqueologia de Xingó**, Sergipe, v.01, p.83-100, 2001.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Xipe Totec e o problema de identidade de uma divindade asteca. **Numem** (UFJF), Juiz de Fora, v.04, n.02, p.113-152, 2001.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Astecas: a força de uma religião. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras**, Juiz de Fora, v.1, 1989.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Cronologia e astronomia da cultura mixteca. **Revista do Instituto de Ciências Humanas e Letras**, Juiz de Fora, v.2, 1988.

Livros publicados/organizados ou edições

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.); MONTEIRO OLIVEIRA, L. (Org.). **Sendas da Museologia**. 1ª ed. Ouro Preto: UFOP/Editor, 2012. v.300. 154p.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Desafios da Arqueologia e Patrimônio entre o mercado e a academia**. 1ª ed. Juiz de Fora: EDU-FJF, 2012. v.300. 140p.

- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Movimentos e sentidos: a arqueologia preventiva nos condutos do conhecimento.** 1ª ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. v.1. 218p.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.); MONTEIRO OLIVEIRA, L. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto.** 1ª ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. v.1. 158p.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani.** Juiz de Fora: EDUFJF, 2009. 158p.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; DIAS, L.G.A.; LOPES, D.C. **Usando a Imagem.** Juiz de Fora: EDUFJF, 2009. 20p.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; DIAS, L.G.A.; AMARAL, A.M. **Descobrimo a Arqueologia.** Juiz de Fora: Emparq, 2009. v.1.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola.** 1ª ed. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008. v.1. 188p.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais.** Juiz de Fora: Editar, 2007. v.500. 215p.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora.** 1ª ed. Juiz de Fora: Editar, 2006. v.500. 210p.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Memórias Autobiográficas de Franz Joseph Hochleitner.** 1ª ed. Juiz de Fora: Editar, 2005. v.500. 228p.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: São João Nepomuceno.** 1ª ed. Juiz de Fora: Editar, 2004. v.500. 188p.
- LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Catálogo do Museu de Arqueologia e Etнологia da UFJF.** Juiz de Fora: Zas Editora, 1993.
- HOCHLEITNER, F. J.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; KRUMBACH, H. **Novas interpretações do Codex Vindobonensis.** Juiz de Fora: UFJF, 1987.

Capítulos de livros publicados

- LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. **Antropologia, Arqueologia e Patrimônio no Curso de Museologia da UFOP.** In: LOURES OLIVEIRA, APP; MONTEIRO OLIVEIRA, L. (Org.). **Sendas da museologia.** 1ª ed. Ouro Preto: UFOP/Editar, 2012, v.1, p.99-106.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L.; MAGESTE, L.E.C. Patrimônio Cultural: o fiel da balança na complexa rede do poder institucional. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Desafios da Arqueologia e Patrimônio entre o Mercado e a Academia**. 1ª ed. Juiz de Fora: EDUFJF, 2012, v.1, p.51-67.

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; ROCHA, C.H.B.; LOURES-OLIVEIRA, J.C.; MAGESTE, L.E.C. História, memória e inventário do MAEA-UFJF. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Desafios da Arqueologia e Patrimônio entre o Mercado e a Academia**. 1ª ed. Juiz de Fora: EDUFJF, 2012, v.1, p.97-116.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L.; RUELLAS, T.B.O.; PORTO, C.B.A.; YONAMINE, D. Os Carijós de Vila Rica, uma questão de identidade ou omissão. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Desafios da Arqueologia e Patrimônio entre o Mercado e a Academia**. 1ª ed. Juiz de Fora: EDUFJF, 2012, v.1, p.125-140.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Dutovias da PETROBRAS: percorrendo um corredor cultural. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Movimentos e sentidos: a arqueologia preventiva nos condutos do conhecimento**. 1ª ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, v.1, p.7-16.

AMARAL, A.M.; LOURES-OLIVEIRA, J.C.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. As escavações dos sítios arqueológicos pré-coloniais no âmbito do Projeto GASBEL II: métodos e técnicas na arqueologia preventiva. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Movimentos e sentidos: a arqueologia preventiva nos condutos do conhecimento**. 1ª ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, v.1, p.63-99.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; FERNANDES, R.S. Arqueologia, história e novas fontes: os indígenas de Minas Gerais nas trincheiras do passado colonial. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto**. 1ª ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, v.1, p.105-117.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MAGESTE, L.E.C.; GASPAS NETO, V.V. Arqueologia evolutiva na Zona da Mata mineira: algumas reflexões sobre a cerâmica dos sítios Tupiguarani da região. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, v.1, p.119-129.

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Criação, experiência e manipulação do conhecimento revelado nos registros gráficos de crianças. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto**. 1ª ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, v.1, p.131-153.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Arqueologia e história indígena de Minas Gerais: os Carijós de Vila Rica. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais: Ouro Preto**. 1ª ed. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010, v.1, p.155-164.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Ceramistas Tupiguarani na Zona da Mata mineira. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (Org.). **Estado da arte das pesquisas arqueológicas sobre a Tradição Tupiguarani**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2009, p.9-36.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Histórico das pesquisas arqueológicas em Carangola - MG. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola**. 1ª ed. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008, v.1, p.87-98.

AZEVEDO, F.C.F.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; ROCHA, C.H.B.; MENZORRI, M. Análise espacial do sítio arqueológico Córrego do Maranhão - Geoprocessamento na Arqueologia da Zona da Mata mineira. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola**. 1ª ed. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008, v.1, p.99-122.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MAGESTE, L.E.C.; PAIVA, B. R. S.; FIGUEIREDO, T. V. Perfil técnico cerâmico dos sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Carangola**. 1ª ed. Juiz de Fora: MAEA-UFJF, 2008, v.1, p.123-140.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; SIMÕES, M.C.S.R. Pré-história, Etno-história e outras Histórias da Zona da Mata mineira. In: LANZIERI JUNIOR, Carlile; FRADE, Inácio. (Org.). **Muitas Cataguases: novos olhares acerca da história regional**. Juiz de Fora: Editar Editora, 2006, v.1, p.13-30.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Desenvolvimento, resultados, avaliação e desdobramentos: seis anos do projeto de Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira. In: Ana Paula de Paula Loures-Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editar, 2006, v.1.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira: alguns aportes para o entendimento dos antigos assentamentos na região. In: Ana Paula de Paula Loures-Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira: Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editar, 2006.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Ruptura, continuidade e simultaneidade cultural: algumas considerações sobre a diversidade étnica dos grupos indígenas da Zona da Mata Mineira no período pré-colonial. In: Ana Paula de Paula Loures-Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editar, 2006.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno**. 1ª ed. Juiz de Fora: Editar, 2004, v.1, p.07-18.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Os indígenas da Zona da Mata mineira: contribuições etnohistóricas, etnográficas e arqueológicas. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: São João Nepomuceno**. 1ª ed. Juiz de Fora: Editar, 2004, v.1, p.39-54.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Primeiros aportes sobre as prospecções arqueológicas no Sítio Primavera, São João Nepomuceno-MG. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira**. 1ª ed. Juiz de Fora: Editar, 2004, v.1, p.79-89.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Sítios arqueológicos da Zona da Mata mineira. In: Ana Paula de Paula Loures de Oliveira. (Org.). **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira**. 1ª ed. Juiz de Fora: Editar, 2004, v.1, p.153-168.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Hin zu einer Ethnographie des Wissens: Handlungsstrategien des Projektes Archäologische und Kulturelle Kartographie der Zona da Mata mineira. In: FICHTNER, B.; FREITAS, M.T.A.; MONTEIRO, R.A. (Org.). **Kinter und Jugendliche im Blick qualitativer Forschung. Kulturhistorische Schule, Phänomenologie und Ethnografie in Brasilien und Deutschland**. Oberhausen: Athena-Verlag, 2003, v.1, p.236-250.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Para uma etnografia dos saberes: as estratégias de ação do projeto Mapeamento Arqueológico e Cultura da Zona da Mata Mineira. In: FICHTNER, B.; FREITAS, M.T.A.; MONTEIRO, R.A. (Org.). **Crianças e adolescentes em perspectiva: a ótica das abordagens qualitativas**. Juiz de Fora: FEME, 2002, v.1, p.1-19.

Textos em jornais de notícias/revistas

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF. **Portal Acadêmico Itinerante**, Juiz de Fora, , v.2, 26 jun. 2001.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Cosmologia Asteca ou Cosmologia Mesoamericana. **Portal Acadêmico Itinerante**, Juiz de Fora, v.08, 01 nov. 2000.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Projeto Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira. **Portal Acadêmico Itinerante**, Juiz de Fora, v.06, 22 ago. 2000.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L.; SIMÕES, M.C.S.R. Comemoração dos 500 anos de Brasil X Brasil outros 500. **Portal Acadêmico Itinerante**, Juiz de Fora, v.2, 23 maio 2000.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Proposta para o estudo da pré-história brasileira no Ensino Fundamental. **Portal Acadêmico Itinerante**, Juiz de Fora, v.1, 25 abr. 2000.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L.; MAGESTE, L.E.C. Patrimônio cultural: o fiel da balança na complexa rede do poder institucional. In: XXVIII Reunião Brasileira de Antropologia, 2012, São Paulo. **Anais da XXVIII Reunião Brasileira de Antropologia (ABA)**, 2012.

ARANHA, P. R. A.; ELMIRO, M.A.T.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MAGESTE, L.E.C.; SANTOS, M.A.; SILVA, L.M.S.; CHIPIAKOFF, D. The pseudo-archaeological sites of UFMG. In: Twelfth International Congress of the Brazilian Geophysical Society, 2011, Rio de Janeiro. **Twelfth International Congress of the Brazilian Geophysical Society**, 2011.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; YONAMINE, D.; BORGES, I.S.; PAES, G.N.;

PACHECO, F.C.; RIBEIRO, C.B.S. Educação Patrimonial: Arqueologia, Memória e Saberes. In: II Encontro Nacional de Educação Patrimonial: estratégias para a implantação de uma política nacional, 2011, Ouro Preto. **II Encontro Nacional de Educação Patrimonial, 2011.**

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L.; YONAMINE, D. O espaço, a casa e a gaveta: o indígena no imaginário do ocultamento em Minas Gerais. In: II Seminário Internacional de Ciência e Museologia: Universo Imaginário, 2011, Belo Horizonte. **II Seminário Internacional de Ciência e Museologia: Universo Imaginário, 2011.**

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Patrimônio, memória e identidade na constituição do imaginário de museus: o caso do MAEA-UFJF. In: II Seminário Internacional de Ciência e Museologia: Universo Imaginário, 2011, Belo Horizonte. **II Seminário Internacional de Ciência e Museologia: Universo Imaginário, 2011.**

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Descubrirse en el encuentro entre el maestro y el discípulo: la interacción y el flujo del conocimiento en las acciones del programa de educación patrimonial en la región de Santa Rita de Ouro Preto, Ouro Preto MG, Brasil. In: XI Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria, 2011, Santa Fe - Argentina. **XI Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria, 2011.**

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Identidade e autonomia na partilha de vivências, experiências e saberes. In: **III Congresso Internacional Cotidiano: Diálogos sobre diálogos**, Niterói, 2010.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; ROCHA, C.H.B.; MENZORI, M.; AZEVEDO, F.C.F. Análise espacial do Sítio arqueológico Córrego do Maranhão uma proposta metodológica. In: **COBRAC**, Florianópolis. **COBRAC, 2008.**

MAGESTE, L.E.C.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Os Tupi da Zona da Mata mineira: o sítio arqueológico Córrego do Maranhão, Carangola. In: XVI Encontro Regional de História/ ANPUH-MG, 2008, Belo Horizonte. **Livro de Resumos do XVI Encontro Regional de História, 2008.**

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Problemáticas da gestão do patrimônio e políticas públicas: a educação na perspec-

tiva de mudança paradigmática. In: **Anais da SAB: Arqueologia, Patrimônio e Turismo**, Campo Grande, 2005.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. O problema das identidades genéricas dos grupos Macro-Jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata Mineira. In: **Anais da SAB: Arqueologia, Patrimônio e Turismo**, Campo Grande, 2005.

SILVA, D.R.R.; AMARAL, A.M.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Patrimônio e Cultura Material: notas e apontamentos sobre a coleção de artesanato Maxakali do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) da UFJF. In: XIV Encontro Regional de História, ANPUH-MG, 2004, Juiz de Fora. **Anais Eletrônicos. Caminhos da História: Desafios da historiografia em Minas Gerais**, 2004.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Setor ou Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF? In: XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, São Paulo. **Anais da SAB: Arqueologias da América Latina**, 2003.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; CORRÊA, A.A. Arqueologia na Zona da Mata Mineira: Resultados preliminares da 1ª Campanha Arqueológica no Sítio Primavera em São João Nepomuceno - MG. In: XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003, São Paulo. **Anais da SAB: Arqueologias da América Latina**, 2003.

MONTEIRO OLIVEIRA, L.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Educação Patrimonial, Memórias e Saberes Coletivos. In: XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2003, São Paulo. **Anais da SAB: Arqueologias da América Latina**, 2003.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Para uma etnografia dos saberes: as estratégias de ação do projeto. In: Fórum sobre Investigação Qualitativa: crianças e adolescentes em perspectiva, 2001, Juiz de Fora. **Documento base do 1º Painel Interinstitucional de Investigação Qualitativa**. Juiz de Fora, 2001. v.1. p.299-309.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Arqueologia na Zona da Mata Mineira: Relato de uma ação Educativa Patrimonial. In: XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2001, Rio de Janeiro. **Anais da SAB. A Arqueologia no Novo Milênio**, 2001.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. O Diálogo Inter-Religioso de Identidade e o problema da conversão religiosa indígena no Brasil: o caso Maxaka-

li. In: IX Semana de Filosofia da UFJF, 2000, Juiz de Fora. **Anais da IX Semana de Filosofia da UFJF, 2000.** v.1. p.111-118.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; JOFFRÉ, G. R. As pesquisas arqueológicas no Peru nos anos noventa. In: Congresso Internacional de Cultura e Literatura Hispano-Americanas, 1993, Juiz de Fora. **Integração Latino Americana.** Juiz de Fora: UFJF/FAPEMIG, 1993. p.482-488.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Arqueoastronomia e cronologia mixteca: um estudo de caso no complexo cultural mesoamericano. In: **V Semana de Cultura e Literatura Hispano-Americanas: 500 anos de Hispano América,** 1992, Juiz de Fora: UFJF/FAPEMIG, 1992. p.157-161.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Setor de Arqueoastronomia e Etnologia Americana: uma proposta educativa. In: **IV Semana de Cultura e Literatura Hispano-Americanas,** 1991, Juiz de Fora: UFJF/FAPEMIG, 1991. p.57-59.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

BARROS, M.A.; MISUMI, S. Y.; MAGALHAES, J. C. S.; BARTHOLOMEU, R.L.; BARTH, O.M.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Datações radiométricas e análises palinológicas em sedimentos provenientes do sítio arqueológico Córrego do Maranhão, Carangola - MG. In: 12º Simpósio Brasileiro de Paleobotânica e Palinologia, 2008, Florianópolis. **Anais do 12º Simpósio Brasileiro de Paleobotânica e Palinologia,** 2008.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. Educação para a sensibilidade: experiências com a materialidade em uma ação educativa do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA-UFJF). In: **V Semana dos Museus da Universidade de São Paulo, Ações afirmativas em museus: educar e preservar,** 2005. p.93-95.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; CORRÊA, A.A.; ROCHA, C.H.B.; SAMIA, D.G.; ARANHA, P. R. A.; LOURES-OLIVEIRA, J.C. Teixeira Lopes (ZMJF-01): Arqueologia de um Sítio destruído. Juiz de Fora - MG. In: X Congresso da Abequa, 2005, Guarapari. **X Congresso da Abequa: Qual a chave para o futuro?,** 2005.

ARANHA, P. R. A.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; ROCHA, C.H.B. Utilização do Geo-Radar nos trabalhos de escavação do Sítio Teixeira Lopes, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. In: IX Congresso Interna-

cional da SBGf, Salvador. **Anais do IX Congresso Internacional da Sociedade Brasileira de Geofísica**, 2005.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; SILVA, D.R.R. Entre o local e o global - Museus regionais em meio aos processos de identidade e patrimônio no contexto contemporâneo: a atuação do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF-MG. In: **IV Semana dos Museus. Preservação em Museus: Identidade, Políticas, Memórias**. São Paulo: USP, 2003.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; CORRÊA, A.A. Sítio Arqueológico Primavera (ZN-JN-01), São João Nepomuceno, Minas Gerais. In: IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, Recife. **IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**, 2003.

BARROS, M.A.; THIAGO, L.E.U.S.; BARTHOLOMEU, R.L.; FREITAS, RM.F.S.; BARTH, O.M.; SILVA, L.S.O.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Análise Palinológicas de sedimentos provenientes do sítio arqueológico ZM/SJN1, São João Nepomuceno, MG: ação antrópica, queimadas e inferências. In: IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, Recife. **IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**, 2003.

Organização Simpósios e eventos

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **1º Seminário de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto**. 2012.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. **4º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio de Ouro Preto e 3ª Reunião da SABSU-DESTE**. 2010.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **3º SAP: Carangola; 2º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais e 1 Reunião da Regional Sudeste de Arqueologia**. 2008.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. **2º SAP: Juiz de Fora e 1º Simposio de Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais**. 2006.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Exposição: Arqueologia em São João Nepomuceno**. 2004.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **1º Simpósio Regional de Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata mineira**. 2004.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; AMARAL, A.M.; SERPA, A.B.B.; SAMIA, D.G. **Exposição: Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF.** 2004.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Semana Cultural: O Saber local.** 2001.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; MONTEIRO OLIVEIRA, L. **Exposição Itinerante Além dos 500 anos.** 2001.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **V Mostra do Acervo Arqueológico e Etnográfico da UFJF.** 1999.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Exposição. Maxakali: sobrevivência e cultura.** 1999.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **VI Mostra do Acervo de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF.** 1999.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **V Mostra do Acervo de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF.** 1999.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Exposição. A Pré-História Viva - Programa Museu-Escola.** 1994.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. **Exposição: Arqueologia e Pré-História.** 1993.

HOCHLEITNER, F. J.; LOURES OLIVEIRA, A.P.P.; KRUMBACH, H. **Exposição dos Códices e Manuscritos Pré-Colombianos Espaço Cultural Bernado Mascarenhas.** 1989.

Homenagem a Ana Paula Oliveira

“O professor ensina a todos a mesma coisa: o mestre anuncia a cada um a verdade particular, e se é digno de seu trabalho, espera de cada um uma resposta particular, uma resposta singular e uma realização.”
(GEORGES GUSDORF, *“Professores para quê?”*, 1987:56)

Início esta singela homenagem com uma citação de Gusdorf sobre a relação mestre e discípulo, com o intuito de desvelar minha afeição pela saudosa Ana Paula. É pública e notória a nossa estreita relação de trabalho, amizade, parceria e cumplicidade. Aqueles que nos acompanharam de perto sabem como essa relação foi construída e forjada sob a intensa agitação das batalhas travadas em prol da pesquisa e do saber, e da partilha desses resultados com a sociedade.

Conheci a Ana Paula em 1991. Eu, estudante de graduação em História, e ela no Programa de Mestrado em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP). Naquele breve momento percebi, ainda que de modo pouco consciente, um solo propício para cultivar minhas aspirações e, sim, os meus devaneios. Ana Paula, devotada aos estudos dos povos mesoamericanos, e eu, interessada em “descobrir os nativos do Brasil”. Essa aliança iniciada com propósitos distintos foi se fortalecendo e, posteriormente, tornou-se indestrutível pela força de sua composição e resistência. O que nos uniu? A vibração e encantamento pelos temas de estudos, a vontade férrea de fazer algo diferente e, sem dúvida, a lealdade. É inegável a minha admiração pela coragem destemida de Ana Paula, o fogo solar representado simbolicamente pela divindade do “Huitzilopochtli”, o “Beija Flor Azul” da cosmologia Asteca.

Falar da Ana Paula é também falar do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A trajetória acadêmica de Ana Paula se confunde com a história do MAEA. Embora fundado, em 1986, pelo Prof. Franz Joseph Hochleitner a partir da conjunção de interesses particula-

res e institucionais em torno do Projeto Museu Escola, a participação de Ana Paula, caloura no curso de História, com seu espírito empreendedor e pragmático, foi fundamental nesse processo, em especial no que toca aos encaminhamentos burocráticos junto à Administração Superior da UFJF. Foi esse engajamento, tenacidade e persistência, aliados à figura representativa do Prof. Franz Hochleitner, que possibilitou a criação do então Setor de Arqueoastronomia (SAE) pela Pró-reitoria de Ensino e Pesquisa (PROEP) da UFJF. Afora sua atuação como auxiliar do Prof. Hochleitner nas atividades de pesquisa no campo da arqueoastronomia, Ana Paula, ainda jovem graduanda, ousava com apresentação de ações extensionistas na promoção de mostras e exposições periódicas sobre as sociedades mesoamericanas.

Toda a objetividade e determinação de Ana Paula eram pontuadas pelo apreço e sensibilidade na construção das relações humanas. A razão lógica dava lugar à razão afetiva, compatibilizando, ou melhor, complementando a ciência e a afetividade. Líder nata, Ana Paula sempre trabalhou em equipe, compartilhando ideias e trabalhos com todos que estavam ao seu redor de modo vibrante e entusiasmado. Sua relação com o Prof. Franz ultrapassava a de mestre e discípula, sendo mais correto dizer, pai e filha. Do mesmo modo, o casamento com José Carlos Loures de Oliveira, seu fiel companheiro, foi aos poucos “com-fundindo” com o trabalho, demonstrando, mais uma vez, a razão afetiva ou a participação mística no sentido pretendido por Lévy-Bruhl. Sem contar os inúmeros alunos, bolsistas, orientandos e estagiários que compartilhavam da “grande guerreira/mãe”, à qual deveriam seguir e corresponder não só nas expectativas de trabalho, como também na direção de suas vidas. Talvez esteja aí o grande magnetismo de Ana Paula, pois ela tratava a todos que compartilhavam de suas paixões como sua família. Extensa, mas verdadeira e intrínseca.

Portanto, a dedicação demonstrada por Ana Paula para com o SAE é patente, mesmo após a conclusão da graduação e ingresso no Mestrado na USP. O seu comprometimento em levar adiante as ideias e a possibilidade de crescer junto em torno do conhecimento obtido pelas pesquisas provinham de uma motivação sólida e perseverante. Assim, o seu envolvimento na comunidade acadêmica e extramuros era manifesto pela objetividade em alcançar as metas pretendidas, e, muitas vezes, em virtude de sua pouca idade, a sua postura argumentativa e ativa nas suas certezas eram

interpretadas por alguns como presunção. No entanto, a intensidade com que se debruçava nos projetos e o otimismo em realizá-los, mesmo tendo que enfrentar adversidades de toda ordem, dava maior brilho a sua personalidade e atraía colegas, amigos, professores e alunos dispostos a perseguir os propósitos unificados pela beleza de suas ideias.

As investidas inovadoras foram percebidas também no domínio da pesquisa, ao alargar o enfoque para além das culturas maias, inserindo os povos astecas nesse rol, sem contar os trabalhos voltados para o inventário do acervo, com a incorporação da coleção Maxakali, estudos bibliográficos da arqueologia brasileira, etno-história e etnologia permeando as ações educativas. Os poucos recursos não eram obstantes à vontade e ao afã de abrigar as especificidades das pesquisas empreendidas, cuja determinação superava todas as dificuldades e preconceitos, pois os temas eram dissonantes da perspectiva marxista vigente na época.

Após a conclusão de seu mestrado, em 1994, e a aprovação de sua candidatura no doutoramento em Antropologia na Universidade Albert Ludwig, em Freiburg, Alemanha, sob a orientação do Prof. Koehler, Ana Paula parte para o exterior em 1995, com o pacto firmado de que retornaria com o título e a certeza de oferecer maior contribuição ao conhecimento. No mesmo ano me inscrevo no processo seletivo do MAE/USP para o ingresso no Mestrado em Arqueologia. Naquele momento selamos nosso futuro, e, apesar da distância física, nos aproximamos ainda mais, com perspectivas e desejos de retornar com bagagem que a formação nos proporcionaria e, fundamentalmente, resolutas em realizar nossos ideais e objetivos.

O seu retorno ao Brasil, em 1999, coincide fatidicamente com o afastamento do Prof. Franz por motivos de agravamento da saúde. Logo, a recém-doutora Ana Paula, assume a coordenação do MAEA, bem como os cuidados com o Prof. Franz e esposa, ambos com a saúde frágil e dependentes da atenção de terceiros. Tão logo tenha tomado às rédeas do MAEA, Ana Paula imprime uma nova perspectiva, voltada para os estudos em Antropologia e Arqueologia brasileira. Embora pareça destoante de sua formação e experiência no campo das pesquisas, voltadas para a cultura das sociedades mesoamericanas, na verdade suas motivações passavam pela compreensão da identidade, tema sobre o qual se debruçou durante a investigação de seu doutoramento sobre a divindade

Asteca, Xipe Totec. Sua intenção era conhecer nossa ancestralidade, em parte devido à experiência vivenciada no exterior, quando se acentuaram as relações de alteridade, além das dificuldades de infraestrutura para a execução de investigações mais aprofundadas fora do território nacional.

Essa guinada possibilitou, em 2000, o início das pesquisas arqueológicas na região da Zona da Mata mineira, até então um vazio de conhecimentos nesse campo do saber. A elaboração do Projeto de “Mapeamento Arqueológico e Cultural da Zona da Mata mineira”, tido como ambicioso por muitos, tinha por finalidade conhecer os grupos que participaram da formação sociocultural local, oferecendo novas possibilidades, distintas das visões já cristalizadas sobre esse assunto. Foi com esse propósito que a Ana Paula cria o grupo de trabalho e discussões, no qual foi forjando uma equipe multidisciplinar de pesquisadores e alunos, com o intuito de abarcar áreas correlatas do conhecimento arqueológico e assim alcançar as metas pretendidas. Com o espírito de atuar, em conjunto, capitaneou as ações museológicas que extrapolavam os limites dos espaços museais, difundindo o conhecimento para grupos e comunidades historicamente excluídos dos processos históricos oficiais. Nesse período, o SAE passa a ser denominado Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA).

Atrevo-me a afirmar que, os trabalhos de pesquisa desenvolvidos pela equipe do MAEA, sob a coordenação da Ana Paula, colocaram a Zona da Mata mineira no cenário da Arqueologia Brasileira. Em aproximadamente 10 anos de intenso trabalho foram desenvolvidos 18 projetos de pesquisa, tendo como foco a questão da identidade, tanto no campo dos estudos arqueológicos quanto antropológicos. Sempre com o espírito de inovação e pragmática, Ana Paula não se prendia a uma única escola de pensamento. De modo coerente e ponderado, “experimentava” diferentes referenciais teóricos e metodológicos da Arqueologia, como por exemplo, a análise espacial dos sítios, arqueologia da paisagem e ultimamente a arqueologia darwiniana, com vistas a desvendar resultados distintos daqueles oferecidos pelas análises tradicionais da cultura material. Sua intenção não era provar qual corrente era mais plausível e sim ampliar as possibilidades de emprego metodológico nas conjecturas suscitadas acerca dos problemas encontrados em campo. Esse aspecto revela não só a ousadia, mas também a humildade em aprender e receber críticas dos colegas arqueólogos.

Era indiscutível a partilha de Ana Paula, com seus pares, dos resultados dos projetos empreendidos, pois buscava sempre divulgar e publicizar seus trabalhos, tanto no meio acadêmico, quanto para a sociedade como um todo. Por meio da organização de simpósios regionais e outros eventos menores, Ana Paula intentava trazer à tona debates e reflexões acerca das questões atinentes ao tema investigado, cujos resultados eram possíveis de observar nos livros que organizava, com a participação de vários autores.

Por duas ocasiões, Ana Paula integrou a Diretoria da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB). No biênio 2005-2007 foi membro do Conselho Editorial e de modo hábil e eficaz, liderou a organização e publicação das edições impressas da Revista de Arqueologia da SAB, atualizando inclusive as que estavam atrasadas. Batalhou incansavelmente, juntamente com o grupo, para a publicação eletrônica da Revista, possibilitando maior acessibilidade e divulgação do periódico. Nesse mesmo período, incitou vários colegas para a criação da SAB Sudeste, de modo a debater problemas específicos da região. Sua proposta tinha muito mais preocupação científica do que meramente burocrático-administrativa, porém foi intensamente criticada e aguilhoada por colegas. No período de 2007-2009, Ana Paula atuou como Tesoureira da Diretoria da SAB. Como era próprio de sua personalidade, intentou organizar a assiduidade promovendo, em conjunto com a Diretoria, anistia de juros e descontos de modo a estimular o adimplimento dos sócios.

Se por um lado a ascensão acadêmica de Ana Paula era axiomática, por outro, sua situação institucional era frágil. Por conta disso, em 2010, faz o concurso na Universidade Federal de Ouro Preto e assume as cadeiras de Arqueologia e Antropologia do Departamento de Museologia. Cheia de vivacidade, Ana Paula leva consigo os projetos e ideias para Ouro Preto, com vistas a reanimar o fogo solar. No mesmo ano realiza o 4º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio de Minas Gerais e 3ª Reunião da SAB Sudeste em Ouro Preto. Cria um Grupo de Pesquisas em Arqueologia e Antropologia, o que até o presente viria a ser o único do Departamento e inicia Projetos de Pesquisa e Extensão Universitária atraindo vários alunos, entre bolsistas e voluntários para trabalharem em conjunto.

Sua incansável força e dinamismo possibilitaram a organização do 1º Simpósio de Museologia da UFOP em 2012, com a publicação do livro “Sendas da Museologia” que consiste numa reflexão sobre os cursos de Museologia e a formação dos futuros

profissionais da área. Logo após essa intensa atividade, Ana Paula é diagnosticada com um problema cardíaco congênito, requerendo cuidados e tratamento. Isto, entretanto, não a impediu de continuar com seus projetos e trabalhos, apesar da diminuição do ritmo ao qual estava acostumada. Infelizmente, seu frágil coração não suportou as sobrecargas e embates inerentes ao meio profissional. Foi assim que o “Beija Flor Azul” alçou vôos celestiais, e nos deixou o “Templo Mayor”, o MAEA como legado para que seja restaurado em memória do seu período de grande vitalidade. Utilizo essa metáfora, pois entendo que os imperativos motivacionais das ações se sintetizam nas imagens ascensionais de mobilidade, conquistas, desvendamentos. Por isso, ao assumir o MAEA, estou revivendo a Ana Paula, sentindo sua presença. Minha missão neste momento é trazer à tona as memórias coletivas de todos aqueles que contribuíram para a sua existência e dar o estatuto tão sonhado e desejado por Ana Paula. O caminho já me foi apontado, agora minha tarefa é percorrê-lo, conforme anunciado pela ilustre Mestre, Ana Paula.

Luciane Monteiro Oliveira

Identidades genéricas dos grupos Macro-Jê e suas implicações para os estudos arqueológicos da Zona da Mata mineira¹

Ana Paula de Paula Loures de Oliveira

Um dos maiores empreendimentos a que se lançou a Arqueologia mundial ao longo do século XX foi o reconhecimento étnico de grupos pretéritos com base em seus vestígios materiais. Salvaguardando as tradições teóricas que compõem o desenvolvimento desta disciplina, durante muito tempo pensou-se que a cultura material poderia refletir de forma direta e sem maiores questionamentos, o ethos de determinados grupos. Esta concepção, extremamente reducionista do agenciamento humano, apontava para um caráter monolítico das sociedades e entendia que havia uma relação necessária entre grupo étnico, língua, lugar e cultura material.

Tidos como representativos da dimensão cultural, tecnológica e simbólica de seus fabricantes, e não negamos isso, os artefatos teriam, em sua interpretação máxima, o poder de revelar sua identidade étnica, e, através deles, poderia se chegar à constituição identitária de grupos sociais. É sabido que esse tipo de interpretação serviu de fundamentação a políticas de reconhecimento e legitimação para a formação de Estados nacionais, como foi o caso da Alemanha e outros países europeus (Jones, 1997). Do mesmo modo, contribuiu significativamente para a reafirmação de pequenos grupos étnicos com o fim do colonialismo (Shennan, 1994 e Lima, 1994).

No Brasil, a associação direta entre vestígios materiais e unidade sociocultural remonta aos princípios da implantação da própria disciplina no país. Se não podemos afirmar que Peter Lund

¹ Esta pesquisa fez parte das atividades de um programa de Pós-Doutorado desenvolvido no Setor de Arqueologia / Departamento de Antropologia do Museu Nacional do Rio de Janeiro, com o apoio do CNPq, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2006.

estava interessado em descobrir a que grupo particular pertenciam os vestígios encontrados em Lagoa Santa, também não podemos negar que os estudos desenvolvidos pelo IHGB já no século XIX prezavam um mapeamento material e cultural dos grupos indígenas, com uma forte ênfase na associação destes com sociedades do passado por meio dos artefatos encontrados (Ferreira, 2001). Sabe-se, ainda, que tal aproximação procurava cercar os grupos com o intuito de colocá-los num plano comparativo entre as diferentes “raças” que compunham o país, numa lógica hierárquica baseada na tecnologia e que, a despeito de toda a cientificidade que a embasava, entendia os grupos indígenas e seus ancestrais como inferiores.

Claro que uma contextualização histórica nos alenta quando pensamos sobre a questão e lembramos que o paradigma evolucionista dominava a cena em todos os gomos da atividade científica. Mas este pequeno preâmbulo serve de introdução para nos advertir de que a associação direta entre vestígios arqueológicos e grupos particulares percorreu todo o século XX, inclusive no Brasil, sem maiores problematizações, embora não deixemos de sopesar os esforços teóricos que concorreram para o fortalecimento da disciplina ao longo de seu desenvolvimento. Mas o fato é que, no que concerne ao tema da etnicidade, a busca por uma associação direta entre esta e a cultura material tem sido alvo de alguns questionamentos pertinentes e, para alguns autores, como veremos adiante, o problema é bem mais complexo do que se pensou até então.

Com efeito, a grande questão que se tem levantado é justamente a capacidade do trabalho arqueológico tratar da etnicidade, um tema tão caro a uma sua disciplina irmã, a Antropologia. Esta última vem desenvolvendo sistemas de interpretação e conceituação do fenômeno, ressaltando os variados aspectos que o compõem. Mas a diferença entre as duas está justamente na grade temporal sobre a qual cada uma atua: a Antropologia trata das sociedades contemporâneas e para isso conta, pelo menos, com informações advindas de informantes vivos e cientes de suas experiências; já a Arqueologia aciona um tipo de documento específico, a cultura material, fabricada por pessoas que não mais existem. Quando o corte cronológico permite, os arqueólogos podem contar ainda com o auxílio de fontes auxiliares, como é o caso dos documentos escritos e informações oriundas de trabalhos etnoar-

queológicos. No entanto, nem sempre elas são fontes exemplares para a captação de uma realidade esvaída na névoa dos tempos.

A busca por respostas a estas e outras questões tem levado alguns teóricos da Arqueologia a revisitarem as bases epistemológicas que norteiam os trabalhos que tentam enveredar pela atribuição de identidades étnicas a povos passados (Shennan, 1994)². É preciso reforçar que, em muitos casos, é a partir da cultura material que tal inferência é realizada e o que está em jogo, portanto, é a possibilidade ou não de os artefatos servirem de indicativo seguro e adequado para este empreendimento. Acoplada a esta problemática, encontra-se inevitavelmente a primeira questão que levantamos neste texto: se nós, arqueólogos, podemos, de fato, atuar sobre esse domínio. Adiantamos que as respostas não são definitivas e tampouco o consenso se faz presente. Isso não impede que uma revisão crítica do modo pelo qual o assunto vem sendo tratado seja possível e que novas perspectivas possam ser lançadas, pelo menos em parte.

A proposição deste texto se insere justamente na tentativa de trazer para o cenário da pré-história da Zona da Mata mineira tal discussão, sem perder de vista as dificuldades inerentes aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos e o modo pelo qual ela vem sendo tratada. Ainda que consideremos como pertinente a aproximação entre cultura material e etnicidade, há uma larga diferença entre contextos históricos e pré-históricos, o que denota a necessidade de se perceber os limites e as possibilidades de uma inferência étnica em cada um deles.

Nesse ponto, ao discutir os efeitos danosos da longa consideração de cultura enquanto entidade, Shennan (1994) assevera que a etnicidade deve ser vista não como uma variação espacial entre os povos, mas sim como uma identificação autoconsciente dos grupos³. Mas, se não dispomos de outras fontes senão dos vestígios materiais e sua distribuição espacial para a elucidação da questão, a possibilidade de uma identificação étnica de grupos pretéritos está alocada justamente naquilo que não podemos alcançar: o sentimento de pertença daqueles indivíduos e as estratégias por eles montadas para sua organização em torno de uma etnicidade comum. Ora, o fato que se coloca então à Arqueologia é o de especificar suas limitações quanto ao alcance dessa autoconsciência.

2 Vide, também, Jones (1997); Talalay (1997); Loren e Stovel (1997).

3 Vide Barth (1998).

Seguindo este raciocínio, a recorrência aos vereditos históricos não pode ser tomada como conclusiva, e sim como mais uma evidência. E há pelo menos dois fortes motivos para isso. O primeiro deles consiste na própria natureza dos mesmos, ou seja, o que está por trás, em termos de entendimento da alteridade, dos documentos históricos que traçam as particularidades dos grupos, relacionando-os ou descrevendo-os isoladamente? Considere-se ainda que todo documento abarca uma intencionalidade por parte de seu autor e uma gama de interpretações possíveis por parte de seus interlocutores. O outro motivo diz respeito ao alcance desses documentos, se pensarmos que eles foram redigidos menos como uma releitura do que esses grupos pensavam de si do que de uma tentativa de catalogação dos mesmos.

Com relação aos Puri e Coroado que se encontravam na região da Zona da Mata mineira no período de intensificação da colonização, no final do século XVIII e início do XIX, a recorrência aos documentos da época não tem contribuído para a elaboração de um corpus coerente sobre a sua possível identidade étnica, se é que assim a podemos tratar. Tradicionalmente, a região da Mata mineira foi considerada o último refúgio de grupos Tapuia⁴, predominantemente Macro-Jê, descendentes dos Goitacá, que supostamente migraram do litoral fluminense - região de Campos e São Fidélis - para o sertão, a fim de se resguardarem dos inúmeros ataques dos colonizadores. Os Puri, assim como os Coroado (ou Croato) e os Coropó (Cropo) são os grupos mais citados entre aqueles que se assentaram pelas margens dos rios Pomba, Paraibuna, Muriaé e Xopotó. Tal origem comum foi sugerida pelos cronistas, com base em aspectos semelhantes identificados entre os integrantes dos diferentes assentamentos, como as características físicas⁵, culturais⁶ e principalmente linguísticas⁷.

4 Tapuia era a designação geral comum a todos os habitantes do cerrado, grupos filiados ao tronco linguístico Macro-Jê, que, não obstante a simplicidade de sua cultura material, eram e ainda são possuidores de grande complexidade sociocultural (Ribeiro 1997:23).

5 Spix e Martius (1976: 202) afirmam que “todos os índios que chegamos a conhecer aqui, das tribos de Puris, Coropos e Coroados, surpreendentemente, pouco se diferenciavam entre si na estatura e nas feições; os traços individuais pareciam, provavelmente por falta de desenvolvimento, dominados pelos traços gerais da raça do que é o caso, nas outras raças”.

6 Por características culturais entendemos neste contexto apenas a relação de alguns hábitos e costumes.

7 De acordo com Freireyss (1982:102), “as línguas que falam os Coroados e os Puris são tão pouco diferentes que só isso parece indicar uma origem comum e há entre

Os Puri, até bem pouco tempo - diga-se, século XIX - foram tratados pelos estudiosos como um grupo de ocupação recente no atual território mineiro. De modo geral, as referências a estes indígenas passam a constar da documentação colonial somente a partir do século XVIII. Contudo, a desconsideração de fontes importantes como a crônica do Padre Anchieta e do corsário inglês Anthony Knivet⁸, este último capturado e mantido prisioneiro pelos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XVI, e que viveu entre os indígenas do Vale do Paraíba do Sul durante suas diversas fugas, deixou uma lacuna na historiografia mineira que merece revisão.

O fato é que não tínhamos, até o momento, notícias dos Puri nos períodos quinhentista e seiscentista, embora Monteiro (1994:85) faça uma pequena alusão à possibilidade de certos indígenas capturados na serra da Mantiqueira no final do século XVII serem Puri⁹. Este mesmo autor nos acerca de informações importantíssimas sobre a predominância de grupos Tupi no Vale do Paraíba do Sul, que por sinal exerceram grande poder de atração sobre os paulistas (ibid:59 e 82)¹⁰.

Em outro estudo sobre os indígenas do planalto paulista,

eles a lenda de que, ha muito tempo atrás, formavam uma só nação. Naquele tempo duas famílias importantes separaram-se com os seus fiéis e começaram a briga que perdura ainda hoje, assinalada por constantes assassinatos. Notável é que os Puris são sempre os mais fortes do que os Coroados, apesar de serem da mesma origem." Apesar dessa afirmação Freireyss questiona a possibilidade de uma origem comum, argumentando serem os Puri muito mais fortes que os Coroado e que o pouco tempo de contato com os colonizadores não seria suficiente para promover tal diferenciação.

8 Anthony Knivet (c.1560-c.1620) foi tripulante da esquadra do corsário Cavendish, que, em dezembro de 1591, saqueou a Vila de Santos. Derrotada pelo frio e o cansaço da viagem para o Sul, a tripulação acabou dizimada, sobrevivendo apenas alguns integrantes, entre estes o próprio Knivet, que foi mantido em cativeiro pelo governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá. Em suas constantes fugas, teve a oportunidade de conviver com vários grupos indígenas, se juntando aos Tupinambá no Vale do Paraíba e Sul de Minas, após o massacre de Cabo Frio. (vide Prezias 2000:81). Knivet nos legou uma obra que, por vezes repleta de relatos fantasiosos, não mereceu a devida atenção dos especialistas, sendo hoje uma das principais fontes para os estudos dos grupos indígenas que habitaram a região no período quinhentista.

9 Nimuendaju, em seu mapa etnográfico, também faz referência aos Puri nas fronteiras entre as províncias de São Paulo e Minas Gerais nos séculos XVI e XVII. No mapa, o período em que estes foram vistos no Paraíba do Sul se estende entre os anos de 1597-1645, tratando-se da referência mais antiga a estes grupos.

10 De acordo com Elizabeth Salgado de Souza (s.d), a região da mata mineira e vale do Rio Doce eram os "pontos de maior aglomeração do gentio", com predominância de nações Jê ou Tapuia sobre as de origem Tupi.

Prezia (2000) elenca uma série de cronistas quinhentistas e seiscentistas que deixaram registros sobre os antigos habitantes do vale do Paraíba. Para este autor¹¹, os Puri e os Coroado seriam os remanescentes de um complexo cultural formado por grupos que habitavam a Serra do Mar, o qual denomina Guaianá do Sudeste em oposição aos Guaianá do Sul. Seu propósito era diferenciar tais grupos de outros culturalmente conhecidos como Tupi, e, para tanto nos oferece uma série de informações até então pouco consideradas pelos especialistas.

De acordo com Prezia (2000:82), a crônica de Knivet, “The Admirable Adventure” (1625), escrita após seu retorno à Inglaterra, é uma das fontes mais ricas sobre as populações indígenas do Vale do Paraíba do Sul, como os Puri e os Morusuei. Knivet chega a relacionar cerca de 13 grupos para a região do atual estado de Minas Gerais, dos quais oito apresentavam características Tupi. Os Puri eram pacíficos e mantinham relações de trocas amistosas com os portugueses. Usavam a rede de dormir feita com casca de árvore, não praticavam a antropofagia e eram amantes do tabaco e do cauí¹². Prezia (2000:198), ao se reportar a outros cronistas como Thevet, Léry e Staden, diferencia os Puri dos Tupi e dos Guaitaká. Em uma passagem pouco conhecida de Léry (apud Prezia 2000), fica clara a proximidade dos grupos Tupinikim e Guaianá, tendo no uso comum da língua Tupi o seu maior elo. Seguindo o raciocínio de Prezia, tal relato atesta uma suposta “tupinização deste povo [Guaianá ou Puri] que deve ter ocorrido seguramente devido

11 Por se tratar de um estudo de linguística, Prezia (2000:12) parte da perspectiva de que a subdivisão em troncos linguísticos é uma forma usual de classificação étnica, embora não a única.

12 Aachamos por bem reproduzir aqui uma passagem de Knivet (apud Prezia 2000:199) que relaciona os Puri do sudeste de Minas com os Guaianá da Serra do Mar: “Os selvagens chamados Pories [Puri] habitam pelo menos a umas cem milhas para o interior da terra; são bastante parecidos com os Wainasses [Guaianases]: homens de baixa estatura, alimentam-se apenas de pinhões e pequenos cocos do tamanho de maçãs, mas que têm cascas como nozes, e um pouco mais duros; os índios chamam-nos airiris. Possuem estes nativos uma bela tez; gostam muito de roupas, se conseguem apanhar algumas; as mulheres aparecem pintadas com diversas cores, como vermelho, azul e amarelo; estão em paz com os portugueses, não guerreiam com nenhuma nação e nem comem carne humana, desde que tenham qualquer outra carne; deitam-se em pequenas redes feitas de cascas de árvores; não possuem casa alguma, mas apenas dois ou três ramos amarrados juntos, cobertos com folhas de palmeira, quando chove (...), aqui podem-se obter destes selvagens por uma faca ou um pente, cinco ou seis galões de óleo de bálsamo.” (Knivet [1625] 1947:137 apud Prezia).

aos intercâmbios comerciais e talvez aos casamentos interétnicos, como foi notado por Anchieta” (CAB, p. 448 apud Prezia 2000:201)

Como veremos, as dúvidas quanto à filiação linguística dos Puri e sua aproximação a grupos falantes da língua Tupi ocorreu durante anos a mente de muitos estudiosos. Nelson de Sena (1926:192-337) mencionou certa vez que o idioma Puri seria um dialeto alterado da língua denominada geral, o Tupi. Oilian José (1965), do mesmo modo, relacionou os Puriaçu, ou Puris grandes, a grupos Tupi. Mercadante (1973:33) também se aproxima da perspectiva que relaciona étnica e linguisticamente os Puri aos falantes do tronco linguístico Tupi. Rodrigues (1986:47-55) asseverou, no entanto, que ainda são poucas as evidências que dispomos para o conhecimento do tronco linguístico Macro-Jê e que sua constituição é altamente hipotética. Contudo, não apresenta a menor dúvida quando inclui a família Puri entre aquelas do Tronco Linguístico Macro-Jê, cuja língua não é mais falada desde o fim do século XIX¹³, sendo seus principais centros o leste de Minas Gerais e oeste do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Entre as línguas que compõem a família Puri estão a Coroado, a própria língua Puri e a Coropó (Ibid: 49).

De acordo com Urban (1992), o grande número de línguas Macro-Jê nesta região¹⁴ corrobora a hipótese de que os Jê meridionais se deslocaram para suas áreas atuais vindos do norte, estando os Puri no limite do extremo leste do Brasil. Assegura ser esta concentração, que se estende da Bahia ao Rio de Janeiro, de grande interesse, na medida em que pode sustentar a conjectura de uma origem para estes grupos, “...uma especulação que poderia ser eliminada por reconstruções das relações internas entre as famílias Macro-Jê nesta área [...]”. Sustenta, ainda, que caso sejam pouco relacionadas, esta seria uma área de grande diversidade linguística para o grupo Jê e, assim, um possível local de dispersão ocorrido há 5 ou 6 mil anos (Ibid).

Conjeturas à parte, a ênfase das fontes sobre as informações concernentes aos grupos Macro-Jê no século XIX contrasta

13 Vide Ehrenreich (1886), Noronha de Torrezão (1889) e Loukotka (1937).

14 De acordo com Rodrigues (1986:49) “podemos distinguir nos componentes do tronco Macro-Jê um conjunto a leste da família Jê, formado pelas famílias Puri (Coroado), Botocudo, Maxakali, Kamakã e Kariri e mais as línguas Masakará e Yatê (Fulniô, e outros a oeste daquela família, formado pela família Bororo...”, o Mongoyó, o Kotoxó, o Meniên da família Kamakã, o Coroado, o Puri e o Koropó da família Puri, temos ainda a família Maxakali, Kariri, Botocudo...”.

radicalmente com as dos séculos anteriores, nas quais sobressaem as notícias sobre os falantes do tronco linguístico Tupi, principalmente para os demais estados do Brasil. Essa divisão clássica entre Tapuia e Tupi marcou de forma tão profunda os estudos históricos posteriores, que a convivência entre estes diferentes grupos foi tema de pouco interesse dos historiadores, principalmente nos estudos mineiros. Botocudo, Coropo, Coroado e Puri entre outros foram tratados conjuntamente enquanto Tapuia, ou seja, bárbaros e atrasados. Esta parece ter sido uma prática bastante comum nos primeiros séculos de colonização do Brasil, alterando-se muito pouco no período imperial, e estendendo-se em muitos casos até hoje. Uma forma generalizante que toma os Tapuia em termos negativos, caracterizados mais como uma antítese das sociedades Tupi (Monteiro 1994:20).

Projetando tal idéia para a realidade da Mata mineira, muitas vezes se produziu a noção de que os primeiros grupos que aqui viveram foram os Macro-Jê expulsos do litoral pelos colonizadores no século XVI, e que a região sequer fora habitada anteriormente. De acordo com Resende (2003), esta “miopia historiográfica” deve-se às dificuldades encontradas pelos pesquisadores em reconstituir as histórias desses grupos, posto que se torna inexequível “...recuperar a origem étnica dessas populações à medida que foram tratadas, nas fontes documentais, na condição de “carijós ou gentio da terra”.” E aqui acrescentamos outros designativos genéricos como o Puri e o Coroado, como veremos adiante. Resende considera ainda que a dificuldade de se produzir uma história que tenha fundamentação nas “matrizes étnico-culturais dos diferentes grupos indígenas”, tem sido uma das maiores justificativas para o desinteresse dos historiadores em trabalhar a temática.

Quando o foco se desloca para os estudos etnográficos ou arqueológicos, a situação não se apresenta distinta. Para muitos, o *Handbook of South American Indians* (Steward, 1946) continua sendo consulta obrigatória e o texto de Alfred Métraux sobre os grupos da família linguística Puri-Coroado, permanece como a compilação mais sistemática da documentação colonial, bem como das informações fornecidas pelos viajantes naturalistas do século XIX, sendo por vezes, indiscriminadamente reproduzida. Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege (1811-1817), George Wilhelm Freyreiss (1813-1815), Prince Maximilian Wied-Neuwied (1815-1817), August de Saint-Hilaire (1816-1822), John Baptiste von Spix e Karl Frie-

drich Philipp von Martius (1817-1820), são alguns dos nomes mais citados. Todos estes estiveram na primeira metade do século XIX entre os poucos remanescentes dos grupos Macro-Jê da Mata mineira, relatando sua curta experiência entre estes¹⁵.

De modo geral, reconhecem os Puri muito próximos - tanto cultural quanto linguisticamente - dos Coroado e Coropó, apesar de Eschwege (2002:75), dentre os naturalistas o que mais tempo permaneceu junto ao grupo, afirmar que os Puri formavam uma grande nação composta por várias tribos, das quais teve oportunidade de conhecer apenas três, os Sabonan, os Uambori e os Xami-xuna. Pondera ainda que os Puri são em muitos aspectos distintos dos Coroado e que a rivalidade entre os grupos se esgarça no próprio etnônimo Puri, que tem sua origem na língua falada pelos Coroado, termo utilizado pejorativamente devido a atitudes pouco amistosas dos inimigos (ibid:90). O que não é muito diferente do problema que se instaura em torno da denominação Coroado, visto não corresponder ao verdadeiro designativo dos grupos que a receberam¹⁶. Trata-se de uma forma generalizada, inventada pelos portugueses, para assinalar todos os “selvagens”, que se distinguem pela maneira de cortar o cabelo em torno e no alto da cabeça (ibid:101).

Por pertencerem à mesma família linguística, eles têm sido muitas vezes tratados conjuntamente pelos historiadores, que se vêem impelidos a falar de um quando se fala do outro, em um esforço extremo para suprir as lacunas deixadas pelos cronistas. Tudo que se refere aos Puri e Coroado quanto aos seus hábitos e costumes indica a fissão de tribos antigas, de modo que muitas delas foram classificadas como pertencendo historicamente a uma só “nação”. É importante observar que a referência a

15 Ao cruzar em tabela as informações fornecidas pelos principais cronistas que passaram pela Mata Mineira, constatamos sem muita dificuldade que os relatos de Eschwege e Freyreiss foram tomados como referência pelos demais viajantes naturalistas. Estes incrementaram suas descrições com as impressões que obtiveram em suas experiências-relâmpago junto aos grupos, que se centram em muitos casos na observação de danças regadas a muita bebedeira.

16 Saint-Hilaire (1975: 32) pondera que “Os Coroados de Rio Bonito se compõem de duas hordas misturadas, os Tampruns e os Sasaricons. O nome de Coroados que os portugueses dão a esses índios, como a várias outras tribos, deve, ao que parece, sua origem ao costume que tinham antigamente muitos aborígenes, seja de cortar os cabelos no meio da cabeça, à maneira dos nossos sacerdotes, seja, antes de não conservar mais do que uma calota de cabelos, como fazem ainda hoje os Botocudos”.

uma família linguística comum não implica necessariamente uma identificação étnica de grupos claramente distintos, o que só faz aumentar a confusão. Eschwege (2002:119) assevera ser “... inegável que as duas línguas [puri e coroadó] sejam de origem comum, pois as duas nações ainda se entendem.” Contudo, mesmo coincidindo em muitos termos, “...as construções parecem tão diferentes, a ponto de eles não se entenderem mais. Constata-se também uma diferença considerável ao analisar os usos e costumes dessas nações”, o que muitas vezes é pouco considerado pelos especialistas.

Na Arqueologia as evidências também apontam para um contato mais intensivo entre estes grupos¹⁷. Assim como nos sítios identificados na Zona da Mata mineira (Loures Oliveira 2004), Dias e Carvalho (1980:77) observaram que os dados obtidos em sítios nas serras fluminenses e mineiras atestam a presença da Tradição Tupiguarani em uma área para qual os relatos etno-históricos afirmam ter sido habitada por grupos do Tronco Linguístico Macro-Jê, supostamente produtores de cerâmica da tradição arqueológica Una¹⁸. Segundo estes mesmos autores, os vestígios encontrados em sítios nas serras mineiras e fluminenses indicam pontos de contato entre as duas tradições, Una e Tupiguarani (Ibid:76). Esta constatação levou os mencionados autores a acreditarem que os Coroadó, identificados historicamente com os Puri, tinham ligações estreitas com a fase arqueológica Ipuca, da Tradição Tupiguarani, mesmo que apresentando traços provenientes da Tradição Una local.

O que não se pode perder de vista é que todas essas descrições visavam de uma forma ou de outra a objetificação dos grupos a partir de seus costumes e cultura material, além da própria língua. O agravante, no caso dos viajantes naturalistas, se mostra na medida em que não dispunham de ferramentas epistemológicas capazes de orientá-los numa análise livre de vieses preconceituosos oriundos de sua própria racionalidade. Eram em sua grande maioria intelectuais vindos da Europa com o intuito de realizar não só um mapeamento ambiental dos trópicos, mas também, por extensão, certificar-se das origens evolutivas da humanidade a partir da observação de seus grupos mais atrasados, denominados por eles de “selvagens”. É claro também que aqui

¹⁷ Sobre este tema vide ainda Loures Oliveira (2004) e Cordeiro de Oliveira (2004).

¹⁸ Vide também Dias (1994/95) e Cordeiro de Oliveira (2004:49-57).

pesa toda a necessidade de um reconhecimento do contexto social e científico do período em questão. Mas não é em função desses parâmetros que a possibilidade de se obter informações mais profundas e sistematizadas a respeito dos grupos se torna mais alcançável. Como já asseverado por João Pacheco de Oliveira (1998), dificilmente conseguiremos reconstituir identidades étnicas, sejam estas presentes ou passadas, por meio das descrições, muitas vezes evasivas, fornecidas por estes viajantes naturalistas.

No caso da Arqueologia, que tenta ligar vestígios de sítios parcialmente escavados à complexidade de grupos historicamente mal definidos, o problema se agrava consideravelmente. Afinal, o que nos interessa: são as generalizações dos primeiros historiadores que sistematizaram as vagas informações dos viajantes naturalistas, projetando para a Arqueologia a necessidade de forjar padrões que se adequem a tais generalizações, ou tentar entender como estes grupos se relacionavam com o meio, estabeleciam redes de sociabilidade e, mais importante, saber quem eram estes Macro-Jê que se estenderam por uma área particularmente delimitada em nossa região?

Já ouvimos falar de “Nação Puri”, “Raça Puri”, “Língua Puri”, “Tribo Puri”, “Família Puri”, “Horda Puri”, e mais recentemente até mesmo “Etnicidade Puri”, mas seremos realmente capazes algum dia de precisar quem foram estes Puri? O certo é que até o momento não dispomos de elementos suficientes que possam lançar luz sobre a questão. Uma sugestão a ser pensada seria a de tomarmos a verdadeira conotação do termo Puri, bravo, indomável e bárbaro, enquanto equivalente ao termo Tapuia na língua Tupi, que certamente vem perdendo seu status de categoria étnica, se é que um dia o teve. Uma idéia que de forma alguma se apresenta como nova, visto que Nelson de Senna (1938:350), ao rever sua classificação de 1908 dos indígenas de Minas Gerais, acaba por propor ser o nome Puri um designativo coletivo para “...todos os bugres da região da matta de Este a Sudeste. “Bugres”, “Puris”, e “Caiapós” – foram designativos geraes de Índios bravos, em Minas, no período colonial, embora taes nomes se referissem a tribus de varia ou diversa origem ethnica”.

De fato, se quisermos saber mais sobre estes grupos, temos que nos concentrar em estudos arqueológicos mais sistemáticos

na região, com vistas à verificação das localidades indicadas nas fontes para os aldeamentos¹⁹, enfatizando uma investigação da dinâmica social aí instalada. É importante a ressalva de que, mesmo sendo a cultura material o elemento privilegiado no trabalho arqueológico, é preciso desmistificar a errônea concepção de que ela é a materialização passiva de uma determinada etnicidade. É imperativa a realização de escavações intensivas na região, proporcionando dados que permitam uma análise comparativa mais efetiva dos sistemas de assentamento, produção material e redes de sociabilidade intra e inter sítios. Somente assim as possibilidades de inferência se alargarão.

Fundamental é "... não [...] assumir a priori que a similaridade na cultura material reflete a presença de um grupo particular de pessoas no passado, um índice de interação social, ou estrutura normativa compartilhada" (Jones 1997:6). Dito desta forma, os arranjos sociais devem ser levados em conta na análise arqueológica. A operacionalização deste argumento requer um esforço maior no sentido de entrelaçar dados históricos e arqueológicos, intra e extra fronteiriços, com as variações dos símbolos culturais que podem direcionar os arranjos num dado espaço e num dado momento. Só assim a Arqueologia poderá contribuir para o conhecimento desses grupos, lançando luz sobre a confusão que reina nas crônicas antigas e sobre as contradições verificadas nos documentos até então conservados.

É, pois, à luz desta perspectiva que os estudos desenvolvidos pela equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF na Zona da Mata mineira têm sido direcionados. Acreditamos que para compreendermos um passado, muitas vezes vilipendiado pela história tradicional, não podemos nos furtar ao diálogo entre áreas tão correlatas como a Arqueologia, a Antropologia e a História. Nosso propósito em reverter o descaso com a herança negra e indígena em nossa região é fazer com que seus descendentes se identifiquem e reconheçam seu papel em nossa formação his-

19 De acordo com Oílham José (1965:33) os Puri - povoaram, até o final do séc. XIX, as selvas onde surgiram, entre outros, os municípios mineiros de Ervalia, Guiricema (antigo Bagres), Mirai (ex-Brejo de Santo Antônio), Muriaé (São Paulo do Manuel Burgo), Volta Grande e Leopoldina (ex-Feijão Cru). Na localidade do Feijão Cru, eram numerosos ainda em 1832. No início do séc. XIX, na área compreendida entre o Rio Angu, ao sul, o Ribeirão Meia Pataca, ao norte, o Rio Pomba, a leste, e as serras do oeste, nas divisas com o Município de São João Nepomuceno, [...] os puris se dirigiam desde o século anterior [...] se estabelecendo então nas terras que se denominavam do Feijão Cru".

tórica, social e cultural, valorizando o patrimônio arqueológico e cultural, seu maior legado às gerações atuais e futuras.

Nossa intenção é ampliar o número de sítios a serem estudados, o que permitirá a formulação de hipóteses que direcionarão futuras escavações sistemáticas. Desse modo, teremos melhores condições de estudo, preservação e conservação dos sítios arqueológicos da Zona da Mata Mineira, bem como possibilidades de um melhor entendimento dos problemas que envolvem questões de continuidade, ruptura ou contemporaneidade das diferentes culturas que habitaram nossa região.

Referências Bibliográficas

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. e STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998:187-227.

CORDEIRO OLIVEIRA, J. **A primeira face da tradição – os Goitacá. Da história e identidade dos que não “deitaram letras”**. Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, 2004. (Dissertação de Mestrado)

DIAS, O. Considerações a respeito dos modelos de difusão da cerâmica tupi-guarani no Brasil. **Revista de Arqueologia**, v. 2/8, 1994/1995.

DIAS, O.; CARVALHO, E. A Pré-história da serra fluminense e a utilização das grutas do estado do Rio de Janeiro. **Pesquisas – Antropologia**, nº 31. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1980: 47.

EHRENREICH, P.M.A. Über die Puris Ostbrasieliens. Zeitschrift für Ethnologie. Berlin. **Verhandlungen der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte**. Vo. 18, p 184-188. 1886

ESCHWEGE, W.L. **Jornal do Brasil 1811-1817 ou Relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.

FERREIRA, L. M. Um Bando de Idéias Novas na Arqueologia (1870-1877). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, v. 11, 2001:21-33.

FREIREYSS, G.W. **Viagem ao interior do Brasil**. São Paulo, 1982.

IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. IBGE e Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

JONES, S. **The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present**. London and New York: Routledge, 1997.

JOSÉ, O. **Indígenas de Minas Gerais**. Belo Horizonte: MP Edições, 1965.

LÉRY, J. **Viagem à terra do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

LIMA, T.A. Restos humanos e arqueologia histórica: uma questão de ética. **Arqueologia histórica na América Latina**. Columbia: University of South Carolina, 1994.

LOREN, D; STOVEL, E. Approaching a Reconciliation for Ethnic Construction in Archaeology and Identity Politics. In: **All for One or One for All? (Re)constructing Identity in the Ancient World**. Graduate Student Symposium. Department of Classical and Near Eastern Archaeology, Bryn Mawr College, 1997. (<http://www.bryn-mawr.edu/Acad/Arch/guesswho/symposium.htm>)

LOUKOTKA, C. La familia lingüística Coroado. **Journal Soc. Amer.** Paris vo. 29: 157-214, 1937.

LOURES OLIVEIRA, A.P.P. Os indígenas da Zona da Mata Mineira: Contribuições Etnohistóricas, Etnográficas e Arqueológicas. In: LOURES OLIVEIRA, A.P.P. (org.) **Arqueologia e Patrimônio da Zona da Mata Mineira: Juiz de Fora**. Editar, 2004:39-54.

MERCADANTE, P. **Os sertões do Leste. Estudo de uma região: a Mata Mineira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MÉTRAUX, A; NIMUENDAJÚ, K. **The Mashacalí, Patashó, and Malalí Linguistic families. Handbook of South American Indians**. STEWARD, J.H. (Editor), Washington: United States Government Printing Office, 1946:541-545.

MONTEIRO, J.M. **Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NORONHA DE TORREZÃO, A. Vocabulário Puri. **Revista Trimestral Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, vo. 52:511-512, 1889.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Abril 1998, vol. 4, n. 1, p. 47-77.

PREZIA, B.A. **Os indígenas do planalto Paulista nas crônicas quinhentistas e seiscentistas**. São Paulo: Humanitas, 2000.

RESENDE, M.L.C. **Gentios brasileiros: Índios coloniais em Minas Gerais setecentista**. Campinas: UNICAMP, 2003 (Tese de Doutorado)

RIBEIRO, B. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 1997.

RODRIGUES, A.D. **Línguas brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1986.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelo distrito de Diamantina e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SALVADOR, F.V. **História do Brasil: 1500-1627**. Belo Horizonte, 1982

SENA, N. Os índios do Brasil. Memória Ethnografica. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Anno XX, 1924. Belo Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1926:145-218.

SENA, N. A distribuição geográfica das tribus indígenas do Brasil: sua ethnogenia. **Revista do Archivo Publico Mineiro**. Anno XXV, 1937. Belo Horizonte:Imprensa Official de Minas, 1938:157-176.

SHENNAN, S.J. **Archaeological Approaches to Cultural Identity**. New York: Routledge, 1994.

SOUZA, E. S. **Aldeamento Indígena na região da mata mineira e vale do Rio Doce. Presídios de Abre Campo, Rio Pomba e Cuieté (1730 – 1850)**. Mariana: ICHS/UFOP. (Monografia de Bacharelado)

SPIX, J.B.; MARTIUS, K.F.P. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, vol. I, 1976.

STEWART, J.H. (Editor). **Handbook of South American Indians**. Washington: United States Government Printing Office, 1946.

TALALAY, L.E. Reflections on Identity and Ethnicity in the Ancient World. In: **All for One or One for All? (Re)constructing Identity in the Ancient World**. Graduate Student Symposium. Department of Classical and Near Eastern Archaeology, Bryn Mawr College, 1997. (<http://www.brynmawr.edu/Acads/Arch/guesswho/symposium.htm>)

URBAN, G. A História da Cultura Brasileira segundo as línguas nativa. In: M. Carneiro da Cunha (org), **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

A primeira face da tradição: os Goitacá. Da História e identidade dos que não deitaram letras

Jeanne Cordeiro de Oliveira¹

Introdução

O presente texto é produto da minha dissertação de mestrado: “A Primeira Face da Tradição: os Goitacá”, defendida no mestrado em História, e que foi, em muito, norteada por indagações próprias a historiadores. Nele postulo que a população que ocupou o sítio Grande do Una (tradição Una), por volta do ano 890 DC, é a mesma que durante a invasão europeia foi denominada Goitacá. Desse espaço, durante o século XVI, alguns nativos foram “resgatados”, por volta do ano de 1568, para a criação da aldeia de São Lourenço dos Índios e, depois, parte dos remanescentes / sobreviventes foi levada para a criação da aldeia de São Pedro do Cabo Frio. A hipótese trabalhada foi formulada por Castro Faria (1942), sendo, posteriormente, adotada por Beltrão (1968), Dias (1979) e Machado (1988).

Penso que, muito mais em função das proposições teóricas da arqueologia da época e das conseqüentes metodologias adotadas, essa hipótese acabou por não ser confirmada. Delineou-se melhor quando Machado (1988) forneceu dados bioculturais que possibilitaram contornos mais consistentes à hipótese defendida.

Historicamente, a área onde o sítio se assenta era conhecida como o “Antigo termo do Cabo Frio” sendo, juntamente com o litoral de Pernambuco e a área da Baía de Guanabara, o espaço mais frequentado e descrito de todo o litoral do Brasil durante os Seiscentos. Tomando como base os remanescentes documentais quinhentistas, tal situação deixou-me em uma situação muito confortável. A necessidade de documentação escrita pôde ser res-

¹ Laboratório de Arqueologia Brasileira

pondida com farta documentação textual, iconográfica e cartográfica, acrescida da consulta a toda a documentação disponível, sem seleção prévia, o que proporcionou o encontro de três documentos inéditos sobre os Goitacá nos arquivos do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e a importação de documentação inédita, no Brasil, de André Thévet².

O limite da proposta trabalhada é o sítio Grande do Una, não uma região. O recorte foi apropriado a minha pretensão, bem como aos limites de uma dissertação. Da mesma forma julgo necessário explicitar que os Goitacá são dois grupos, subdivididos em “cabildas”, ou divisões intertribais, denominadas: Goitacá-Jacoritó, Goitacá-Mopi, Goitacá-Meri e Goitacá-Guaçu. Como ratifica Thévet: “Os Goitacá são divididos entre dois bandos inimigos, que se comem um ao outro, e cada bando em dois outros com somente esse nome [Goitacá] ...os primeiros são aliados contra os últimos” (Thévet, 1953:114). De acordo com a divisão proposta por diversos autores, entre eles Alfred Métraux (1929), Thévet (1953) e Joaquim Norberto (1852), a área em que o sítio Grande do Una se localiza é relacionada aos Goitacá-Jacoritó.

Utilizei-me da Arqueologia e da História, cuidando para evitar as hierarquias pretendidas por muitos, respeitando, assim, as limitações no que diz respeito a particularidades de cada disciplina. Da Arqueologia, construí um inventário antropofágico, no qual a cultura material analisada, a rigor, alimentou uma arqueografia. Não postulo que a cultura material seja a única, nem a principal via designativa de uma etnia, mas que ela seja também considerada dentro dessa determinação. E, nesse sentido, a arqueologia tem uma enorme contribuição a fornecer. Da história busquei (de forma quase militante) o norte teórico que encontrei em Fernand Braudel (1992).

Arqueólogos e historiadores, sem exceção, têm como documento a cultura material. Ela é o todo, a natureza dos vestígios que nos cabem indagar para alcançar qualquer resposta, parcial certamente, aos questionamentos que nos são pertinentes. A análise dos vestígios materiais será, assim, a base das respostas possíveis, ainda que, como querem alguns, caricaturais. Contudo, se nos cabem as caricaturas, que a façamos bem feitas. Penso que melhor será o resultado se antropólogos ou etnólogos, pertinente-

2 A aquisição contou com apoio da FAPERJ através do Projeto “Soberanos da Costa”, coordenado pela Prof^a Maria Dulce Gaspar.

mente, animarem a vida que descortinamos a partir da frieza que nossos vestígios são capazes de revelar. Afinal, as contribuições se somam, a totalidade se aproxima. O todo é constituído de partes e a análise da cultura material é aquela que nos cabe.

A tradição Una e o tronco Macro-Jê

Os nativos filiados à tradição Una têm sido identificados como pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê (Machado, 1988). Portanto, nas áreas em que se divisa essa tradição, podemos inferir que foram preteritamente ocupadas por grupos Jê, em sua diáspora, que se deu por volta de 4.000 a 5.000 anos AP (Brochado, 1981). A maioria dos autores que abordaram essa tradição são unânimes em correlacioná-la a esse tronco macro linguístico, no Rio de Janeiro, ou fora dele (Wüst, 1996). Castro Faria (apud Beltrão, 1978), no Rio de Janeiro, associou os sítios arqueológicos localizados na serra aos Puri; Beltrão (1978), associou o sítio Grande do Una, localizado no litoral, às tribos Goitacá; Salles Cunha (1973) associou o sítio do Caju aos Coroado, da mesma forma que os sítios de Santa Maria Madalena e Duas Barras. Dias (1979) correlacionou a tradição Una, como um todo, aos Macro-Jê: Goitacá, Puri, Coroado e Coropó. Quanto aos sítios de Parati foram associados aos Goianá por Alfredo Mendonça de Souza (1981). Outros pesquisadores seguiram essa prática, contudo, como observa Wüst: "...grande parte das culturas arqueológicas (fases ceramistas) foi associada (...) a grupos indígenas específicos, todavia sem qualquer demonstração da continuidade entre os registros arqueológicos e o "presente" etnográfico" (Wüst, 1996:48).

O sítio Grande do Una - uma aldeia Goitacá

O sítio Grande do Una se localiza no limite do sambaqui do Rio Una, próximo à margem do rio do mesmo nome, no município de Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro. A ocupação ceramista se inicia sobre a camada superficial do Sambaqui do Rio Una e se estende a partir dele. Essa proximidade espacial ratifica quase um padrão para as ocupações da tradição Una, no litoral, podendo ser testado pela presença de cerâmica nas camadas superficiais ou no entorno imediato de inúmeros sambaquis da região. Por outro lado,

poderia indicar alguma contemporaneidade entre os dois grupos? A aldeia ocupa um espaço de cerca de 28.800 m². O levantamento topográfico permitiu corrigir os erros de delimitações anteriores e verificar que ambas as margens do rio Una apresentam vestígios cerâmicos e formavam uma unidade.

O primeiro assentamento Goitacá na aldeia Grande do Una se deu por volta do ano 920±60 AP³, data recolhida na base do sítio, o que reitera a datação de Dias (1969).

Tomei como base, para o início da abordagem arqueológica, a ponte da boca da vala do rio Una (que foi o ponto de referência local mais citado do sítio desde 1936, quando da visita de Raimundo Lopes da Cunha). A partir dela, divisamos quatro espaços de escavação, divididos pela estrada e pela margem do rio: lócus 1, lócus 2, lócus 3 e lócus 4.

A partir de então foi possível observar que a tribo agenciou a aldeia em duas unidades distintas:

1. Espaço de habitação (o lócus 3): caracterizado pela presença de buracos de esteio (das cabanas), fogueiras de pequeno porte e áreas de lascamento; e

2. Espaços de uso comum (lócus 1 e 2), onde foram recuperados diversos indícios de atividades coletivas e apropriação de áreas inundáveis.

O Lócus 1

Este espaço está localizado em uma área inundável pelo regime de marés sendo, nesse sentido, semelhante ao lócus 2. Mede aproximadamente 8m de largura por 16m de comprimento e está aproximadamente a 1m acima do nível do rio. Por todo esse espaço foram encontradas conchas dispersas das espécies *Iphigenia brasiliensis* (Lamarck, 1818) e *Lucina pectinata* (Gmelin, 1791).

A partir da abertura de uma trincheira (5m x 0,50m) foram recuperados 180 fragmentos de cerâmica, três polidores de cerâmica, três quebra-cocos, um buril, dois percutores fragmentados, um mão de pilão, um seixo sem marcas e três raspadores. Os fragmentos de cerâmica são, na sua maioria, simples (176 simples e quatro alisados), com espessura variando entre 0,6cm e 1,9cm.

³ Beta n°.151851; Sigma Calibration: Cal AD 1000 to 1250.

O Lócus 2

O lócus 2 também está localizado em uma área próxima a áreas alagáveis, sujeitas ao regime de marés. A abordagem desenvolvida nesse lócus indicou imediatamente uma grande concentração de cerâmica, que aumentava de proporção à medida que atingíamos níveis mais profundos.

A camada de ocupação formava um monte que declinava em direção à área alagável, o que é percebido nos subsetores que a margeiam. A concentração de cerâmica nitidamente acompanha esta orientação, e aumenta em frequência ao alcançarmos o nível 100-110cm de profundidade (próximo da base do sítio), formando quase um piso.

Lembrando que o sítio era uma unidade e foi cortado pela retificação de traçado do rio Una, esse dado associa o lócus 1 ao lócus 2. A camada arqueológica, uma vez cortada pelo rio, tem um desnível de 70cm de uma margem para outra. Assim, declina, da mais alta (L2) para a mais baixa (L1). De maneira que, rebatida a imagem, teremos uma continuidade na ocupação e no comportamento quanto ao descarte da cerâmica em direção ao alagado. Disso decorre associar a área a um possível agenciamento de espaço para aproveitamento das margens do rio através da construção de um aterro.

Esses dados nos forneceram indícios para aventarmos um espaço de viver comum. Nele encontramos vestígios cerâmicos em abundância, um alto grau de concentração de restos faunísticos e ossos humanos fragmentados. Por outro lado, não foi recuperado nenhum indício de habitação ou pequenas fogueiras. Ao contrário, a fogueira encontrada tem grande proporção e está localizada imediatamente acima da base do sítio.

O Lócus 3

O lócus 3 está localizado em uma área fora do regime de marés, em um ponto topograficamente mais elevado. Foi considerado como um espaço de habitação.

Nele, os vestígios de itens de uso privado são diversos: sete adornos, 21 pontas ósseas, três fogueiras de pequeno porte, ossos humanos carbonizados e fragmentados, concentrações líticas e malacológicas, além de buracos de esteio, formam um

cenário habitacional que deveria ser composto, possivelmente, por uma pequena habitação que talvez abrigasse de três a quatro pessoas. Resíduos de lascamento formam uma concentração que demonstra uma área específica para o desenvolvimento dessa atividade. Os fragmentos de cerâmica têm baixa frequência neste local, reforçando a intencionalidade da atividade de descarte no locus 2.

Podemos afirmar que os Goitacá, diferente dos outros grupos descritos para a região, criaram um agenciamento espacial da aldeia que é único, confirmando informações etnohistóricas para a presença de ossos humanos fragmentados, provenientes de exocanibalismo, e também para o hábito de ocupar áreas de mangue ou inundadas de uma maneira geral. Tal escolha lhes valeu a denominação de “quase anfíbios” (Reclus, 1899:256), e “mais à maneira de homens marinhos que terrestres” (Salvador, 1982:107), no período histórico.

A Indústria Cerâmica

A análise do material recuperado demonstrou que dos 21.810 fragmentos de cerâmica, 95% apresentaram tempero de areia grossa e 5% de areia fina. O tratamento de superfície está presente através da aplicação da técnica de polimento. Quanto à decoração, 68% dos fragmentos são simples; 30,2% polido-estriado; e 0,5% inciso. As bordas dos vasilhames são, na sua maioria, diretas com lábios arredondados. Foram recuperados, ainda, três pesos de rede.

A partir da delimitação do diâmetro e do ângulo de inclinação das bordas foi realizada a recomposição de algumas formas: - vasos de contorno simples, de forma globular com diâmetro de borda variando entre 15cm e 35cm, e altura variando de 12cm a 52cm de altura; - tigelas de contorno simples, abertas, de forma semiesférica, com diâmetro de borda variando entre 15cm e 40cm, e altura variando de 10cm a 21cm; - vasos de contorno simples, aberto, de forma esférica, boca constrita, medindo 26cm de diâmetro de borda, e 15cm de altura; - vasos não restringidos, de contorno simples, de forma esférica.

Assim, há predominância de formas esféricas/globulares, de tamanho pequeno a médio, e que estão associadas ao uso cotidiano.

A indústria lítica

Da indústria lítica foram analisados 2.380 produtos resultantes do emprego da técnica de lascamento. Nela 42% são provenientes de resíduos de lascamento, 28% de lascas, 18% de seixos e 12% de núcleos. A principal matéria-prima foi o quartzo translúcido (86%).

Foi possível observar um grande domínio da técnica de percussão bipolar (78%), a partir da identificação de lascas agulhas, chatas, e lascas corticais em formato “gomo de laranja”. Também foram recuperados núcleos, suportes e batedores bipolares.

A indústria óssea

Da indústria óssea foram recuperados 31 artefatos entre bipontas, unipontas, ossos com corte, pendentes e um furador. A maioria dos artefatos ósseos foi confeccionada sobre ossos de mamíferos. Apenas um furador e uma biponta foram confeccionados sobre osso de peixe e esporão de raia, respectivamente; os pendentes foram confeccionados sobre dentes de bugio; e um canutilho sobre diáfise de ave.

Foi interessante observar que os artefatos ósseos encontravam-se quase que exclusivamente no locus 3, à exceção do furador que foi recuperado no locus 2, junto a um sepultamento. Mais interessante, ainda, é que oito bipontas foram restauradas a partir dos fragmentos que se encontravam no mesmo local, e no mesmo nível ocupacional, compondo um contexto formado por artefatos líticos e ossos de animais. Uma das bipontas, fragmentada em três partes, apresenta diferentes graus de queima (de queimada a calcinada). Tal fato parece demonstrar que, ao ser exposta ao fogo (dentro da carne do animal?), ela deve ter se fragmentado, ficando a extremidade fixa na carne, e nessa condição acabou por ser calcinada.

A indústria malacológica

Da indústria malacológica foram recuperados quatro artefatos: dois confeccionados sobre lábio, possivelmente do gastrópode *Strombus sp*; um sobre concha de bivalve, e outro sobre gastrópode, ambos não identificados. Os dois artefatos fabricados sobre

fragmento de lábio de *Strombus sp* apresentam fricção em toda a parte interna e nos bordos, visando regularizar a superfície da concha, após a quebra, para obter um formato triangular e um formato de dente. A recuperação deste artefato em contexto funerário indica que fazia parte de um acompanhamento. Estes artefatos, por sua morfologia, foram utilizados como pendentes.

Sepultamentos

Há ossos humanos dispersos por todo o sítio, contudo a área preferencial para a deposição dos mortos parece ter sido o lócus 2. Escrever sobre sepultamentos nesse sítio só pode ser feito através de uma analogia direta com os Goitacá, tendo em vista as diferenças existentes em relação ao padrão sambaquieiro e Tupinambá, e informações etnohistóricas (fotos). Um dos traços culturais mais relatados era o seguinte: uma vez “o outro” morto e comido, todos os ossos eram partidos e dispostos em um montinho. Localizamos quatro locais de concentração de ossos humanos. Um dos fragmentos recuperados, um terço médio de fíbula direita, medindo 7,9cm de comprimento, apresenta marcas de raspagem, demonstrando manipulação.

Diferenças no padrão de sepultamento entre sociedades nativas:



(a) sambaquieira (Foto A. Buarque)



(b) Tupinambá (Foto A. Buarque)



(c) sepultamento 1, Locus 2, trincheira 2a. Sítio Grande do Una, Cabo Frio, Rio de Janeiro. (Foto: Jeanne Cordeiro).

Os três sepultamentos encontrados no sítio Grande do Una foram analisados tendo em vista suas semelhanças. Montinhos de ossos sobre pequenas fogueiras, com acompanhamento funerário (armas e alimentos). Não há relatos de semelhante comporta-

mento nem para os sambaquianos, nem para os Tupinambá. O quarto grupo de ossos fragmentados encontra-se em uma fogueira, no interior da habitação do lócus 3. Um dos traços culturais mais relatados dos Goitacá era a existência de montes de ossos que se reputava pertencerem a inimigos (Reclus, 1899 e Vasconcellos, 1943).

O Lócus 2, como dito anteriormente, é um aterro, onde há alta concentração de ossos, mas os ossos humanos não perfazem 1% do total.

Segundo o testemunho de Soares de Souza (1987), eles não eram “muito amigos de comer carne humana”. Quando o faziam quebravam os ossos, o que foi confirmado pelos quatro sepultamentos encontrados. O Pe. Simão de Vasconcellos narra um fato ocorrido já na aldeia de São Pedro.

[...] E chegava tanto o odio, que a hum principal dos Goaçu que em certo tempo, e por certo sucesso se acolheu a huma aldeia dos índios dos Padres da Companhia de Jezus, sita em Cabo Frio, com quatro criados seus (sendo que estavam então em pazes com os Padres), nam descansaram ali de vigialo e perseguilo, e sabendo que adocera o dito principal e morrera e onde estava enterrado, nam aquietaram com isso, e tiveram traça d’ir desenterral-o, e assim morto quebrar-lhe a cabeça, (que é o modo entre elles de fatar seu ódio e tomar vingança) e dos criados por mais que os Padres o guardavam, ouvéram ás mãos dous, que logo mataram; e tornaram, em pasto suas entranhas. (VASCONCELLOS, 1943:21)

Sobre a apreensão de um inimigo Thévet escreve:

[...] eles os despedaçam no lugar, comem meio cozido, como fazem com qualquer outra carne.

[...] tem aqueles que são nomeados Tapouyeste, ou seja homem de comer. (THÉVET, 1953:116)

Só três grupos nativos são reconhecidos como colonizadores da atual Região dos Lagos: os sambaquieiros, os grupos filiados à tradição Una e os Tupinambá. Esses três grupos apresentam traços culturais inconfundíveis.

Considerando a marcada diferença entre os grupos nativos ocupantes da região, estamos considerando não somente que a cerâmica seja o primeiro forte traço cultural que liga a tradição Una aos Goitacá, mas não o único, pois não é possível individualizar um grupo, por um único aspecto de sua cultura. Por esse motivo os da-

dos referentes ao material lítico, malacológico, aos sepultamentos e ao agenciamento espacial da aldeia foram contabilizados, posto que essa soma é o que os diferencia.

Os guerreiros Goitacá: nem cães, nem lobos

Uma segunda datação, de 170±90 AP, foi obtida no sítio Grande do Una⁴, no nível 50-60cm de profundidade. É a datação mais recente para o sítio e o posiciona no período pós-invasão europeia.

A cartografia, com inúmeras referências, faz notar que a região era dividida entre Goitacá e Tupinambá. O antigo “termo” do Cabo Frio foi, possivelmente, uma fronteira histórica entre as tribos, o que arqueologicamente se confirma.

Considero também que a crônica seiscentista pode, não explicar, mas auxiliar na compreensão de traços culturais para o crédito identitário. Sabe-se que o estabelecimento das tribos não se deu senão por uma dinâmica própria, em um tempo possível, não sendo filho do desencravamento planetário (Chaunu, 1976). Não obedeceu ao tempo europeu de cruzar o oceano e encontrar as tribos dispostas daquela forma. Devemos contemporizar os relatos e registros diversos que se apresentam para, a partir daí, talvez, reconhecer se os testemunhos existem e são consistentes, ou se pretendemos que, para todas as tribos, indistintamente, as informações estejam postas como para as tribos “menos bárbaras”, a quem os europeus encontraram.

Havia uma ocupação, independente de “termos” estabelecidos pela administração lusa, e a baía Formosa era notoriamente um território Goitacá. Gabriel Soares, em 1587, relata que: “Até essa Baía Formosa corriam Goitacases no seu tempo, mas vivem já mais afastados do mar, pelo que não há que arrear para se povoar qualquer parte desta costa do Espírito Santo ao Cabo Frio” (Souza, 1987:98). (mapa 1)

A partir deste período surgem diversas denominações para os Goitacá: Ovaitagnasses (Lamego, 1913), Guaitacás (Warden, 1832), Goitacós (Thévet, 1953) e Waitaquases (Knivet, 1878).

4 Beta nº 151850 - Sigma Calibration: Cal AD 1510 to 1600).



Mapa 1 - Detalhe do mapa de Hans Staden, 1557.

Também o pirata Antoine Knivet, que veio ao Brasil com Thomas Cavendish, em 1591, cita, referindo-se ao agenciamento da ocupação: “que os selvagens Waytacasses tinham feito assento um pouco ao sul d`aquelle cabo [Frio], em certos sítios d`antes occupados pelos Tamoyos” (Knivet, 1878:248).

As citações na crônica seiscentista deveram-se, antes de tudo, à resistência imposta pelas tribos Goitacá a qualquer contato com os europeus. Essa negação revela-se nas camadas arqueológicas mais recentes do sítio (consideradas de \pm 60cm de profundidade até nível atual do solo). Nelas temos a medida da distância e da recusa a relações, inclusive as comerciais. Somente foram encontrados dois fragmentos de peças de resgate, ambos de um mesmo objeto. São restos de uma garrafa de grès, localizados em dois espaços diferentes do Locus 2, no mesmo nível (50-60cm), que, uma vez unidos, encaixaram-se com perfeição.

É possível cotejá-los com as peças de mesmas funções recolhidas em sítios Tupinambá, em número muito superior. A falta de itens europeus nas camadas mais recentes do sítio é confirmada no depoimento de Jean de Léry: “Como não têm nem querem ter

comércio com os franceses, espanhóis e portugueses, nem com outros povos transatlântico, ignoram em que consistem as mercadorias” (Léry, 1980:80).

Antoine Knivet (apud Feydit, 1900:9) reitera: “A extrema barbárie desses selvagens, tem impedido de os induzir a um comércio regular com os europeus”. André Thévet complementa a informação. “Eles não tem nenhuma de nossas mercadorias, a não ser aquelas que estão feitas sem comparação melhores que quaisquer outras, mas procuram somente anzóis, pequenas facas” (Thévet, 1953:114).

O cotejamento da qualidade do contato entre europeu, Tupinambá e Goitacá permite confirmar quão diferente era a abordagem a uma e a outra tribo, ratificando, assim, os dados arqueológicos e históricos disponíveis. A relação amistosa dos grupos Tupinambá para com o europeu se contrapõe à extrema “animosidade” levada a cabo pelo comportamento Goitacá, caracterizado por um elenco extenso de adjetivos assustadores. Ferdinand Denis escreve, ainda no século XIX, que “as expressões pareciam faltar aos antigos exploradores, para dar uma ideia justa das grandes pugnas, em que hordas inteiras se aniquilavam” (Denis, 1980:392).

Knivet nos oferece a narração de um procedimento de troca, com ponto de vista diverso, sobre os motivos para atitudes violentas:

[...] Não se trata com elles senão de longe e sempre com a arma em punho, para reprimir pelo medo um appetite desordenado, que se execita n’elles a vista da carne braça dos Europeus. As permutas se fazem a distancia de cem passos, quero dizer, de uma a outra parte se leva em um lugar igualmente distanciado as mercadorias que fazem o objeto do commercio. Amostram-nos de longe, sem pronunciar uma palavra e cada um deixa ou toma o que lhe convem. Esse methodo se observa com bastante lealdade; mais parece que a desconfiança é reciproca e que os Portugueses temem de serem devorados, os Ouetaçás não temem menos a escravidão. (KNIVET apud FEYDIT, 1900:9)

Podemos depreender que os maus adjetivos dispensados aos Goitacá deveram-se também e talvez, principalmente, à negação do comércio que os europeus pretendiam e, por outro lado, era tudo que os Goitacá parcialmente recusavam, fosse com brancos, ou outros nativos.

[...] E parece-me inútil dizer quem levava a melhor o mais das vezes, sendo os uetacá como se sabe excelentes corredores. Não devem portanto meter-se em negócios com esses selvagens, os coxos, os gotosos, os mal empernados de qualquer espécie que tenham amor aos seus bens. (LÉRY, 1980:81)

Por outro lado, encontramos no sítio Grande do Una, um outro fragmento de peça, possivelmente uma tentativa de reprodução de gargalo, em cerâmica. À semelhança do que ocorreu com os Tupinambá, no que se refere à reprodução, ou à cópia de itens da louça europeia, me parece que também os Goitacá, mesmo à distância, incorporaram itens das mesmas formas da cerâmica produzida pelos europeus. Fragmentos semelhantes foram encontrados posteriormente em outro sítio (Ilha dos Macacos).

Por motivações políticas, nativos Tupinambá da Guanabara e portugueses fizeram a guerra do Cabo Frio, contra seus pares nativos de outra liga e franceses. No ano de 1575, ocorreu um grande massacre dos nativos da região do Cabo Frio. Aqueles que não conseguiram escapar foram aprisionados e reduzidos nas aldeias de São Barnabé e São Lourenço. Porém, como fossem em grande número, foram levados também para formarem um aldeamento nas terras devolutas de Macacu (Leite, 1945). Todos administrados pelos padres da Companhia de Jesus (Salvador, 1982). O Aldeamento de São Lourenço é citado como aldeamento Goitacá (Wied-Neuwied, 1940). Para esse fim também foi criada a redução de São Pedro dos Índios, atual São Pedro da Aldeia. Uma vez reduzidos os nativos que permaneceram vivos, os padres buscaram se estabelecer.

No início do século XVII, os representantes da Companhia de Jesus solicitaram duas sesmarias: uma, a “do Una”, e a “outra do Jucuruna” (na ponta dos Búzios). Nesta última, os nativos haviam começado a “roçar os matos”. Aqui a referência à localização da aldeia torna-se literal.

[...] pedem a V. S. elle reitor e elles índios do Cabo-Frio, como conquistadores das terras dos Aitacazes, moradores no dito Cabo-Frio, para onde vieram trazidos pelos ditos padres, que aliás são seus verdadeiros e absolutos senhores, por direito natural e das gentes. (SILVA, 1852:448)

Frei Vicente de Salvador confirma a dominação européia narrando as “pazes” entre os Goitacá e os portugueses, o que via-

bilizou a redução de parte da tribo. Fiel à catequese postulada, deposita os motivos da submissão menos na guerra ocorrida que na doença epidêmica:

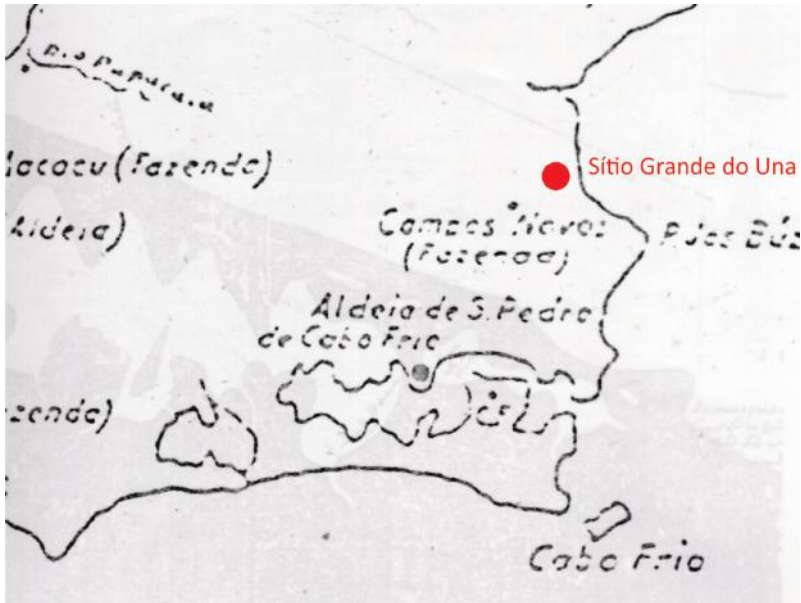
[...] Fez também pazes o mesmo capitão de Cabo Frio com os índios guaitacases, gentio ali vizinho, que nunca se pode conquistar, ainda mas por uma mortífera doença de bexigas, que padeceram, se foram sujeitar [...] ficou aquela nova capitania do Cabo Frio pacífica, e foi isto pelos anos de 1615, pouco mais ou menos. (SALVADOR, 1982:426-427)

Serafim Leite reitera Frei Vicente, citando a carta do Padre Antônio de Matos, de 9 de janeiro de 1618:

[...] por ordem de El-Rei mudamos para o cabo Frio, para o defender dos estrangeiros e para procurar a conversão do gentio, vizinho daquele lugar, chamado Goitacases, com os quais até agora não pôde haver entrada por sua barbaria e por o sítio, em que vivem, ser mui defensável por razão de muitos brejos e alagoas”. (LEITE, 1945:120)

Para São Pedro da Aldeia há relatos que informam sobre a produção de uma cerâmica semelhante à associada à tradição Una, e encontrada no sítio Grande do Una: em “argila cinzento-escura”, ora também referido como “vasilhas de barro cinzento” e não há referências à decoração (Wied-Neuwied, 1940). Esta cerâmica, aliás, foi produzida por muito tempo, em São Pedro e São Lourenço dos Índios, em larga escala para abastecer a coroa. No caso de São Pedro há relatos orais, fornecidos por moradores antigos confirmando a farta ocorrência de cerâmica com as mesmas características, já que a área núcleo do antigo aldeamento está, hoje, totalmente urbanizada.

Em 16 de maio de 1617, o capitão-mor concedeu as duas sesmarias solicitadas: a do Jucuruna foi posteriormente trocada com Generosa Salgado, onde os Jesuítas construíram a fazenda Campos Novos, no ano de 1623, a menos de um quilômetro do sítio grande do Una (Silva, 1852) (mapa 2).



Mapa 2 - Carta da Costa do Brasil no meridiano do Rio de Janeiro desde a Barra de Marambaya até Cabo Frio, Diogo Santos Domingos, s/d. (Extraído de *Geógrafos Régios do Estado do Brasil e outros Documentos*).

Parte dos remanescentes do massacre de 1575 conseguiu fugir e migrou para a região que segue pela margem setentrional do rio Paraíba até a margem austral do rio Xipotó, em Minas Gerais (Coutinho, 1966). Segundo diversos autores, entre eles Ferdinand Denis (1980), Feydit (1900) e Azeredo Coutinho (1966), depois de os Goitacá conquistarem os Coropó, passaram, devido à forma de cortar o cabelo, a ser denominados Coroados, mas isso já é uma outra história...

Conclusão

Em um espaço inicialmente ocupado por grupos sambaquieiros, a partir de um possível movimento migratório, grupos filiados arqueologicamente à tradição Una se estabelecem no litoral. Esses são, posteriormente, abordados pela migração/expansão Tupi, representados nesta área pelos Tupinambá. Reitero que essas três culturas são as únicas reconhecidas como colonizadoras da atual

Região dos Lagos (RJ), quer arqueológica, quer historicamente. Na mesma medida as três são impossíveis de serem confundidas.

Os traços culturais apreendidos da análise do material arqueológico proveniente do sítio Grande do Una indicam, em números, elementos marcantes provenientes de escolhas culturais sólidas e definidas. Esses traços que emergem dos percentuais são inequívocos: é uma cultura diferenciada, impossível de “tupinizar” ou ser camuflada no subterfúgio da imprecisão. As escolhas são muito bem definidas e mensuráveis.

Os Tupinambá foram os primeiros a serem vencidos, quer pelos vírus, quer pela guerra com os europeus. Aos Goitacá restou a morte por moléstia, a redução de São Pedro do Cabo Frio e a fuga. Este dado triste serve de base para definir, principalmente, quem se assentava naquele espaço e porque precisava ser vencido, dominado. A trilha Goitacá é facilmente seguida na documentação escrita, ratificadora do universo material, disposto no sítio Grande do Una.

Creio, pelo exposto, ser correto considerar como Goitacá os indivíduos que habitaram o sítio Grande do Una em torno do ano 1000 da nossa era, até serem vencidos na invasão europeia. Os traços fortes que os definem não permitem mais que esta população seja nomeada genericamente ou ainda desconhecida enquanto etnia por todo vigor cultural demonstrado.

A primeira face dos que não deitaram letras, é uma face **GOITACÁ**.

Referências Bibliográficas

BELTRÃO, Maria da Conceição Morais Coutinho. **Pré-História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p.72.

BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais. A longa duração”. In: **Escritos sobre a História**. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 41-78.

BROCHADO, José Proenza. Um modelo ecológico de difusão da cerâmica e da agricultura no Leste da América do Sul. **Clio**. Recife: n.4., p. 85-88, 1981, p. 85.

CHAUNNU, Pierre. **História como Ciência Social**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976, p. 108.

COUTINHO, J. J. de Azeredo. **Obras Econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. (Coleção Roteiro do Brasil, v.1). p. 120.

CUNHA, Ernesto Salles. O macro-gê do interior Fluminense - nótulas de patologia dentária achegas ao estudo das populações indígenas do vale do Paraíba. *Aspec-*

tos de patologia dentária. **Anais da Academia Brasileira de Odontologia**, Rio de Janeiro, 1973, p. 38 - 63.

DENIS, Ferdinand. **Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980, (Reconquista do Brasil, v. 46).p. 392.

DIAS, Ondemar. Dados para o Povoamento não tupiguarani do Estado do Rio de Janeiro. Relações Arqueológicas e Etnográficas. **Boletim do IAB**, Rio de Janeiro, 1979, n. 8.

DIAS, Ondemar. Notas Prévias sobre Pesquisas Arqueológicas em Minas Gerais. **Publicações Avulsas do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Belém: n. 13, p. 109, 1969^a. (Programa Nacional de Pesquisas arqueológicas – Resultados Preliminares do V ano).

KNIVET, Antoine apud FEYDIT, Júlio. **Subsídios para a História de Campos dos Goytacazes desde os tempos coloniais até a Proclamação da República**. Campos, Typ. J. Alvarenga & Comp., 1900, p. 9.

KNIVET, Antoine. Relação da viagem que nos anos de 1591 e seguintes fez Antônio Knivet da Inglaterra ao mar do sul em companhia de Thomas Cavendish. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: tomo XLI, 1878. p. 248.

LAMEGO, A. Ribeiro. **A Terra Goytacá**. Bruxelas: L'Édition Dárt, 1913, p.17.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Lisboa: Ed. Portucália, 1945,vol. 1, p. 432.

LÉRY, Jean. **Viagem à Terra do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. (Reconquista do Brasil, nova série: 10). p. 80.

MACHADO, Lília Cheuiche. Biologia de grupos indígenas pré-históricos do sudeste do Brasil. As Tradições Itaipu e Una. **Prehistoria Sudamericana Nuevas perspectivas**. Taraxacum Washington: p. 96-97, 1988.

MÉTRAUX, Alfred. Les Indien Waitaká. **Journal de la Société des Americanistes de Paris**. Protat Freres. Nouvelle Série, Tome XXI, 1929, p. 108.

RECLUS, Eliséé. **Geographia, Ethnographia e Estatística dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. H. Garnier, Livreiro-Editor, 1899, p.256.

SALVADOR, Frei Vicente. **História do Brasil: 1500-1627**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. (Reconquista do Brasil: nova série, 49).p. 188.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios da Província do Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**, n.16, 1852, p. 71.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. (Brasiliana, vol. 117). P. 96.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. **Pré-História Fluminense**. Rio de Janeiro: IEPC/SEEC, 1981, p.57

STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974, p. 205. (Reconquista do Brasil, v. 17).

THÉVET, André. **Histoire d'Andre Thévet Angoumoisain, cosmographe du Roy, de deux Voyage par luy faits aux Indes australes et occidentales. Contenant la façon de vivre des peuples Barbares, et observation des principaux points que doivent tenir en leur route les Pilotes et mariniers, pour éviter le naufrage, et autres dangers de se grand Ocean, avec une réponse aux libelles d'injures publiées contre le Chevalier Villegagnon**. Bibliothèque Nationale de Paris, cote: Fonds français, n^o 15454, 338 páginas.

VASCONCELLOS, Simão de. **A vida do Venerável Padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943. p. 129.

WARDEN, M. David B. **Histoire de L'Empire de Brésil, Depuis sa Decouverte Jusqu'a os Jours**. Paris: Chez L'editeur, 1832, p. 144.

WIED-NEUWIED, Maxmilian. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1940.p. 31.

WÜST, Irmhild. Novas perspectivas para o estudo dos ceramistas pré-coloniais do centro-oeste brasileiro: a análise espacial do sítio Guará 1 (GO-NI-100), Goiás. **Revista do MAE**, São Paulo, 1996, v.6, p.47.

Cultura material, identidade étnica e direitos territoriais na Arqueologia Brasileira: análise da perícia arqueológica sobre a Terra Indígena Sucuri'y, Mato Grosso do Sul

Jorge Eremites de Oliveira¹

Introdução

Neste trabalho apresento uma análise crítica a respeito da perícia arqueológica feita em 2000 para a Justiça Federal sobre a Terra Indígena Sucuri'y, uma área de 535 hectares tradicionalmente ocupada por uma comunidade Kaiowá no município de Maracaju, em Mato Grosso do Sul.

Antes de apresentar o estudo realizado, cumpre explicar que no período de 2003 a 2012 participei, ora como arqueólogo, ora como antropólogo social, da produção de dois tipos de laudos envolvendo comunidades indígenas na região Centro-Oeste do país. O primeiro diz respeito à elaboração de dois laudos periciais e um laudo administrativo sobre terras indígenas (Eremites de Oliveira & Pereira 2009 [2007], 2010 [2003]; Eremites de Oliveira et al. 2011). O segundo tem a ver com a realização de estudos complementares a relatórios sobre impactos socioambientais de empreendimentos que afetam comunidades indígenas, os quais são menos relevantes para a discussão aqui feita.

De todas essas experiências, a participação na produção do laudo pericial de natureza antropológica, arqueológica e histórica sobre a Terra Indígena Buriti, localizada nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, em Mato Grosso do Sul, foi a mais relevante. Trata-se de um trabalho realizado em 2003

¹ Docente do Departamento de Antropologia e Arqueologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Petotas e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

sobre uma área tradicionalmente ocupada por uma comunidade Terena, cuja população em 2013 era de cerca de 2.500 pessoas (Eremites de Oliveira & Pereira 2010 [2003]; Eremites de Oliveira 2011). Foi a partir daquele momento que passei a aplicar com mais segurança e sofisticação o método etnográfico, tão precioso na antropologia. Esta nova habilidade foi somada a experiências que havia tido anteriormente com a arqueologia indígena, etnoarqueologia e etno-história. A partir de então passei a ter mais interesse sobre laudos antropológicos e arqueológicos envolvendo direitos territoriais de povos indígenas e comunidades quilombolas no Brasil.

A perícia sobre a Terra Indígena Buriti originalmente tem 334 páginas e 10 documentos anexados ao relatório: partes do diário de campo do etnólogo Roberto Cardoso de Oliveira e documentos oficiais do antigo SPI (Serviço de Proteção aos Índios). Foi alvo de duras críticas apresentadas em um tipo de contralaunder de 16 páginas, assim publicado posteriormente nos anais de um evento científico sob o título *A justiça é para todos: arqueologia forense e a questão fundiária dos índios Terena em Sidrolândia/MS*². Não obstante ao direito de ampla defesa e do contraditório, observei que o contralaunder é repleto de inconsistências e impropriedades, espécie de *junk science*³, cujo propósito maior é construir a “verdade” que interessa aos patrões ou contratantes. Foi produzido por um arqueólogo que à época estava bastante empoderado na direção da SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) e no comitê de avaliação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para a área de Antropologia/Arqueologia. No entanto, ele sequer foi à região de Buriti fazer algum estudo

2 Contralaudos podem ser produzidos ou não por assistentes técnicos, mas via de regra são feitos por pessoas contratadas como experts das partes envolvidas em litígios judiciais, especialmente as que são contrárias aos interesses das comunidades indígenas. São trabalhos feitos por técnicos que são parciais porque estão ligados à defesa das partes que representam e os contrataram para o serviço. Apenas os experts do Juízo são peritos, auxiliares do magistrado, aqueles que devem atuar com imparcialidade, algo que é atestado pelo rigor científico empregado na produção do laudo judicial (ver Eremites de Oliveira 2012a; Eremites de Oliveira & Pereira 2009, 2010; Becker et al. 2013).

3 Nos Estados Unidos, a expressão *junk science* é um termo usado desde a década de 1980 para indicar qualquer produção científica considerada espúria ou fraudulenta, apresentada em processos para influenciar decisões judiciais. Em situações assim, a pesquisa normalmente é conduzida por motivos políticos, ideológicos, financeiros ou outra forma tida como sem valor científico.

arqueológico, etnológico ou etno-histórico. Valeu-se basicamente do trabalho de terceiros não arqueólogos, da autoridade científica e do poder que tinha em mãos para autorizar sua própria fala e defender os ruralistas envolvidos no litígio pela posse da terra. No caso, o contralaudo foi uma “consultoria técnico-científica, neutra”, assim justificada pela sua própria autoria, como se houvesse neutralidade científica na arqueologia de contrato ou em qualquer outra esfera científica.

Tempos depois, no começo de 2005, sabendo que em 2003 tinha participado da produção de um laudo pericial sobre uma terra indígena no estado, o Ministério Público Federal solicitou-me um parecer sobre a perícia arqueológica feita sobre a Terra Indígena Sucuri'y. Paradoxalmente, o laudo analisado tinha sido elaborado pelo mesmo arqueólogo que em 2003 fez o contralaudo apontado anteriormente, cujos resultados desses dois trabalhos são análogos: apontam que as áreas periciadas não são terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas, conforme determina o Art. 231 da Constituição Federal de 1988. Foi exatamente de esse parecer que resultou o presente trabalho, originalmente apresentado durante o VIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizado naquele ano na cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Na ocasião estiveram presentes vários colegas convidados para debater o assunto, dentre eles a amiga Ana Paula de Paula Loures de Oliveira, falecida precocemente em 2013, a quem dedico este trabalho.

Cultura material e identidade étnica na Arqueologia Brasileira

A associação direta entre uma cultura material do período pré-colonial com a identidade étnica de grupos conhecidos etnográfica e/ou historicamente tem sido bastante comum ao longo da história da arqueologia brasileira. Salvo melhor juízo, a tendência se acentuou no país por conta das influências teórico-metodológicas difundidas a partir do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), desenvolvido entre 1965 e 1970, sob a coordenação de Betty. J. Meggers e Clifford Evans. Daquela época até os dias de hoje, muitos trabalhos foram e seguem sendo produzidos a partir de uma perspectiva que conjuga abordagens

histórico-culturais com técnicas, métodos e teorias difundidos posteriormente no país, principalmente a partir da década de 1980, a exemplo da arqueologia processual e da arqueologia pós-processual.

Muitos trabalhos que assumiram essa perspectiva buscam a sistematização de uma gama considerável de dados empíricos, em geral na tentativa de produzir sínteses regionais, rever certos paradigmas e propor novos modelos interpretativos. Em casos assim, o diálogo interdisciplinar tem sido bastante profícuo. Refiro-me, por exemplo, ao uso da arqueologia como forma de perceber a história indígena no longo tempo e ao diálogo com a antropologia histórica, história cultural e etno-história (ver Pacheco de Oliveira 1988, 1998a, 1998b, 1999; Pacheco de Oliveira & Santos 2003; Eremites de Oliveira 2012b).

Experiências desse tipo não podem ser desprezadas, tampouco serem alvo de críticas caricaturais sem que se faça uma análise apurada sobre o assunto. Não obstante a esta realidade, e longe de querer apresentar uma revisão exaustiva sobre o tema, entendo que o maior problema de muitos estudos está na associação direta entre tecnologias ceramistas com grupos étnicos identificados a partir de registros textuais incompletos, produzidos desde fins do século XV e meados do XVI, quando os europeus chegaram às Américas.

O caso mais conhecido parece estar ligado à interpretação da trajetória de grupos étnicos vinculados ao tronco linguístico tupi, à família linguística tupi-guarani (com hífen) e à língua guarani, para os quais é atribuída uma identidade ou etnicidade genérica de *guarani*. Em situações desse tipo, uma tecnologia ceramista, como a denominada na arqueologia brasileira de *Tradição Tupiguarani* (sem hífen), tem sido diretamente associada aos falantes de uma língua indígena, a guarani⁴. A partir desses dois elementos (tradição ceramista e língua nativa), muitos arqueólogos têm frequentemente identificado, de um ponto de vista *etic* e não *emic*, vários grupos étnicos como sendo “Guarani”, embora no Brasil apenas um se auto-identifique dessa maneira: os Guarani que vivem em Mato Grosso do Sul e em outras partes do país, mencionados na literatu-

4 O termo Tupi-Guarani, grafado com hífen, refere-se a uma família linguística. Valendo-se da analogia histórica direta, uma tradição tecnológica ceramista foi definida com o mesmo nome durante a realização do PRONAPA, porém sendo grafada sem hífen (Tupiguarani), para evitar o inevitável: a confusão entre tradição arqueológica, família linguística e identidade étnica na longa duração. -

ra etnológica como Ñandeva.

Nessas associações, não raramente mudanças socioculturais decorrentes dos contatos interétnicos têm sido pouco enfatizadas ou praticamente ignoradas. Isso também decorre de uma leitura sincrônica e homogeneizante de dados etnográficos, linguísticos e históricos produzidos desde tempos coloniais. Proceder assim dificulta a percepção dos contatos, intercâmbios e trocas culturais que ocorreram entre grupos étnicos cultural ou geograficamente próximos.

Um dos estímulos a essas analogias partiu da tese de doutorado de José Joaquim Justiniano Proenza Brochado, intitulada *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America*, defendida em 1984. Este trabalho foi apropriadamente considerado por Pedro Paulo A. Funari et al. (1999: 1) como a “síntese mais genial” já feita por um arqueólogo brasileiro, embora infelizmente não tenha sido traduzida para o português e publicada no país. Brochado assim afirmou em uma célebre frase bastante conhecida e reproduzida por muitos de nós:

Portanto, a primeira coisa que considere aqui é que a arqueologia do leste da América do Sul deve ser vista como a pré-história das populações indígenas históricas e atuais. Se não forem estabelecidas relações entre as manifestações arqueológicas e as populações que as produziram, o mais importante terá se perdido. Assim as conotações etnográficas das tradições e estilos cerâmicos não devem ser evitadas, mas, pelo contrário, deliberadamente perseguidas (Brochado 1984: 565).

A proposta do autor remete à idéia de uma arqueologia como forma de perceber a história indígena, conforme apontado anteriormente. Nesta perspectiva, a trajetória dos grupos étnicos pré-coloniais, portadores de tecnologias ceramistas identificadas na arqueologia, teria uma continuidade histórica e cultural em tempos coloniais ou até mesmo nos dias de hoje. Sem levar em conta este paradigma, “o mais importante terá se perdido”, ou seja: (1) a possibilidade de um diálogo mais estreito entre arqueologia, etnologia e etno-história, não apenas para apontar continuidades ou permanências, mas também descontinuidades e mudanças socioculturais; e (2) as vantagens de se ter um *corpus* de dados etnográficos e etno-históricos para a formulação de modelos arqueológicos relevantes para a interpretação do passado pré-colonial. Em sua opinião, portanto, as analogias entre grupos étnicos

atuais e tradições e estilos cerâmicos devem ser “deliberadamente perseguidas”, sobretudo do ponto de vista da funcionalidade das vasilhas cerâmicas.

O maior problema de sua proposta consiste, nos dias de hoje, no estímulo ao uso deliberado de analogias históricas diretas entre tecnologias ceramistas do passado pré-colonial e grupos étnicos conhecidos na literatura etnológica. A situação é mais bem observada na vinculação da tradição ceramista Tupiguarani, assim definida no âmbito do PRONAPA, com grupos étnicos da família linguística tupi-guarani. Neste caso, em particular, língua e cerâmica são apontadas como elementos que identificariam grupos étnicos de língua guarani nas chamadas *terras baixas* da América do Sul. O modelo apresentado desconsidera a auto-identificação dos grupos e o fato de eles possuírem diferentes formas de organização de sua cultura, valendo-se apenas da autoridade científica dos arqueólogos. Estas são duas questões relevantes para a percepção da identidade ou da etnicidade dos grupos étnicos, sobretudo se levado em conta os aportes de Fredrik Barth (1998 [1969]), autor da clássica *Introdução aos Grupos étnicos e suas fronteiras*, dentre outras obras, e de Sian Jones (1997), autora de *The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present*.

Desde a divulgação da tese de Brochado (1984), muitos modelos interpretativos foram revistos e outros tantos propostos para repensar a tradição Tupiguarani. Há uma bibliografia básica e uma discussão interessante sobre o assunto nos trabalhos de Francisco S. Noelli (1993, 1999/2000), Noelli et al. (1996), André Luis R. Soares (1997, 2003), Solange N. de Oliveira Schiavetto (2003) e outros mais recentes.

Em seu tempo, o macro-modelo construído por Brochado serviu para explicar, dentre outras coisas, as prováveis rotas de deslocamento e expansão territorial de grupos étnicos linguisticamente filiados ao tronco tupi e à família tupi-guarani. Esses grupos, na condição de agricultores - ou *horticultores*, quer dizer, “agricultores incipientes”, como preferem alguns - e ceramistas, teriam partido da Amazônia para ocupar outras áreas mais ao sul e a leste do subcontinente. A partir de seus estudos, trajetórias nativas milenares vêm sendo revistas e deliberadamente reconstituídas. Exemplo disso pode ser constatado em trabalhos bem sucedidos como o dossiê *Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira*, organizado por Walter Alves Neves (1999/2000), o livro *Pré-história*

da *Terra Brasilis*, organizado por Maria Cristina Tenório (1999), e a obra *Pré-história do Brasil*, de Pedro Paulo Funari & Francisco S. Noelli (2002), dentre outras tantas publicações posteriores.

Diante dessa situação, acredito ser necessário analisar criticamente o uso de analogias históricas na arqueologia brasileira, o que por vezes ocorre em desconsideração às diferenças étnicas e aos processos de mudança sociocultural, conforme dito amiúde. Uma discussão desse nível chama a atenção, ainda, para novos problemas relacionados ao uso dessas abordagens em situações que envolvem a reivindicação de direitos por parte de comunidades indígenas. Este último assunto foi o que mais me motivou a escrever este trabalho, cujas discussões foram levadas ao público durante o XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, ocorrido em Campo Grande, em setembro de 2005, e na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Goiânia, em junho de 2006.

Muitas identidades sobre o apelativo genérico de Guarani

A questão que mais me intrigou até 2005 diz respeito à atribuição de uma identidade étnica “guarani” à cerâmica da tradição Tupiguarani que ocorre na região platina, assim como uma identidade homônima que antropólogos, arqueólogos e historiadores sistematicamente atribuem aos Chiriguano, Guarani (Ñandeva), Mbyá e Kaiowá. Em Mato Grosso do Sul, registra-se amiúde, apenas os chamados Ñandeva se auto-identificam como Guarani, conforme discutido na tese de doutorado de Beatriz dos Santos Landa (2005). Os Kaiowá que vivem no Brasil, por seu turno, se auto-identificam como Kaiowá e não raramente explicitam sua identidade aos mais desavisados que se referem a eles como Guarani. No Paraguai, por outro lado, eles se autodenominam Paĩ-Taviterã, segundo consta no conhecido estudo *Etnografía Guarani del Paraguay contemporáneo: los Pai-Tavyterã*, de Bartomeu Melià et al. (1976). Mas há, certamente, muitas semelhanças em comum entre esses quatro grupos, o que não sustenta a atribuição, de nossa parte, desta ou daquela identidade a eles, em desconsideração à sua autodenominação étnica, ou seja, ao seu etnônimo. Talvez a maior semelhança entre eles esteja mais no plano cosmológico e religioso, segundo apontaram Eduardo Viveiros de Castro (1987) e Levi Mar-

ques Pereira (2003), do que propriamente na organização social, na adaptação ecológica ou na cultura material, contrariando o que muitos arqueólogos e etno-historiadores têm proposto.

Com efeito, entendo que o termo *guarani* vem sendo usado, desde tempos coloniais, para se referir a um Guarani genérico, “de papel”, assim criticado de maneira deselegante por Maria Cristina dos Santos (1999)⁵. No entanto, esse mesmo Guarani tem sido de grande utilidade para a confecção de colchas de retalhos etnográficos ou para a construção de um “monstro” do tipo Frankstein, conforme apontou André Luis Ramos Soares (2003). Isso geralmente é feito com o propósito de formular modelos interpretativos globalizantes, de longo alcance e ambiciosos em termos de abrangência espaço-temporal. Para esta tarefa alguns arqueólogos têm atribuído um incomensurável valor etnográfico às obras *Vocabulário de la lengua guaraní* (1640) e *Arte de la lengua guaraní* (1640), do padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya ⁶, produzidas no século XVII, como se elas equivalessem aos *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski, publicado em 1922, ou mesmo a alguma obra desse nível produzida mais recentemente. Não se trata aqui de desmerecer o valor desses trabalhos, pelo contrário. Acredito, porém, que em alguns casos as obras de Montoya não têm merecido a devida apreciação crítica e a necessária relativização, como, aliás, convém fazer a qualquer fonte textual analisada para a construção de modelos interpretativos nas áreas de arqueologia, etnologia e etno-história. Esta situação parece estar relacionada, também, à pouca experiência em pesquisa etnográfica que alguns arqueólogos necessitariam ter com grupos étnicos de língua guarani, algo que seria relevante para se fazer uma leitura mais crítica e relativista em relação às duas obras mencionadas.

Exemplo disso por ser observado no uso exagerado que se tem feito de palavras em guarani para a criação de modelos refe-

5 Nesse trabalho a autora fez algumas apreciações inconsistentes e pouco elegantes em relação à obra da antropóloga de origem eslovena Branislava Susnik, ex-diretora do Museu Etnográfico “Andrés Barbero”, de Assunção, Paraguai, falecida em 1996. Algumas de suas apreciações foram por mim refutadas em um ensaio elaborado em 2003 e publicado naquele país (ver Eremites de Oliveira 2003a).

6 Ver, por exemplo, as seguintes publicações de Antonio Ruiz de Montoya: (1) MONTTOYA, A. R. de 2002. *Vocabulário de la lengua guaraní* (1640). Transcrição e transliteração de Antonio Caballos. Introdução de Bartomeu Melià. Asunción, CEPAG, 407p. (2) MONTTOYA, A. R. 1993. *Arte de la lengua guaraní* (1640). Edição fac-similar. Transcrição de Antonio Caballos. Introdução de Bartomeu Melià. Asunción, CEPAG, 307p.

rentes à subsistência, ao sistema de assentamentos, ao território e à organização social dos grupos étnicos que têm nesse idioma sua língua materna. Como ocorre entre muitos grupos sul-americanos, uma mesma espécie de planta ou animal pode ter duas ou mais denominações na taxonomia indígena. Uma realidade assim pode levar um pesquisador menos familiarizado com a observação participante, e valendo-se da taxonomia utilizada na biologia moderna, a interpretar uma única espécie como sendo várias. Situação semelhante é verificada com palavras polissêmicas como o termo *tekohá* ou *tekoá*, o qual tem sido mais empregado no sentido físico de território e menos usado como rede dinâmica de relações sociais que ocorre em determinado espaço geográfico (ver discussão em Noelli 1993; Mura 2004; Pereira 2004). O problema se torna ainda mais complexo se consideradas as variações dialetais entre os grupos de língua guarani, algo que inclusive foi observado pelo referido padre da Companhia de Jesus. Neste sentido, parafrazeando Viveiros de Castro (1987: xxii), autor do prefácio de *Lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani*, de Curt Nimuendaju Unkel (1987 [1914]), diria que esta questão lembra o “etimologismo” que, “diga-se de passagem, é endêmico nos arraiais da tupinologia”.

De todo modo, os valorosos esforços de alguns colegas em prosseguir e ir mais além com o paradigma de Brochado (1984: 565), apresentado no início deste trabalho, têm culminado na elaboração de trabalhos brilhantes sobre os “Guarani genéricos”. Obras como a de Noelli (1993), *Sem tekohá não há teko: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS*, e a de Soares (1987), *Guarani: organização social e arqueologia*, são importantíssimas para a arqueologia brasileira e por isso as críticas aqui apresentadas não devem ser vistas como alguma forma de depreciação caricatural. A monografia produzida por Noelli (1993), por exemplo, constitui-se na melhor dissertação de mestrado já feita por um arqueólogo brasileiro, um trabalho de fôlego que sem dúvida alguma equivale ou supera a muitas teses de doutorado defendidas em universidades do país e do exterior.

O termo guarani, portanto, não corresponde a um único e grande povo indígena monolítico e fossilizado no tempo e no espaço. Os chamados *subgrupos, parcialidades ou fragmentos*, aí sim, correspondem a grupos étnicos específicos que se identificam e

são identificados como Kaiowá, Mbyá ou Guarani (como no caso dos Nandeva), por exemplo. Esta idéia parte da concepção barthiana de que o fenômeno da etnicidade e da identidade étnica é observável em situações de contato e definição de limites entre as culturas. Como perceber um fenômeno assim a partir de registros textuais incompletos (etno-históricos) e evidências arqueológicas? Isto porque, dentre outras coisas, a prática discursiva, analisada por meio de procedimentos teórico-metodológicos de natureza antropológica, constitui um desenvolvimento relativamente recente no campo das ciências sociais.

Desde fins do século XIX e meados do XX, muitas dessas diferenças étnicas emergiram e ainda seguem emergindo a partir da definição das fronteiras entre os estados nacionais. O Brasil e o Paraguai são dois exemplos bastante conhecidos. Segundo Melià (2004), com a definição das fronteiras desses dois países foram erguidos *muros de Berlim* dividindo territórios transnacionais dos Kaiowá, Mbyá e Nandeva. Em tempos coloniais, por outro lado, muitos grupos de língua guarani se identificavam para os padres da Companhia de Jesus de acordo com o nome de sua principal liderança ou do lugar de ocupação tradicional, conforme registrado em trabalhos como o de Ítala Irene B. Becker (1992), *Lideranças indígenas no começo das reduções jesuíticas da Província do Paraguai*, uma das precursoras da etno-história no Brasil.

Com efeito, o problema central da questão está no fato de termos elegido um determinado tipo de tecnologia ceramista, associando-a a uma língua nativa, para construirmos elementos de identidade étnica a grupos que identificamos como Guarani, mas que em sua maioria não se identificava e não se identifica dessa maneira. Ora, se a idéia de raça, língua ou cultura foi superada para a identificação de grupos étnicos, conforme proposto por Barth (1998 [1969]), porque teríamos de seguir atribuindo esta ou aquela identidade a partir de uma tradição tecnológica ceramista supostamente ligada a grupos de língua guarani? Este é um grande problema a ser pensado e repensado na arqueologia brasileira, para o qual não tenho aqui uma fórmula para sua definitiva solução. No entanto, parafraseando Nelson Rodrigues, citado por Viveiros de Castro (2002) na epígrafe do artigo *O nativo relativo*, tenho a impressão de que o guarani genérico, tal qual o imaginamos ou idealizamos na academia para a proposição de modelos interpretativos de longo alcance, nunca existiu de verdade.

Analisando a perícia arqueológica sobre a Terra Indígena Sucuri'y

Além de apresentar algumas considerações teórico-metodológicas pontuais, quero aqui entrar em uma discussão mais delicada, a qual até 2005 tinha sido uma de minhas maiores preocupações no que se refere aos usos da arqueologia para identificação de terras indígenas no Brasil, sobretudo em Mato Grosso do Sul.

Conforme é amplamente conhecido na historiografia e na literatura etnológica, nesse estado existem muitos conflitos fundiários entre comunidades indígenas e fazendeiros, e, às vezes, até com colonos que foram assentados pelo governo central no antigo sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul⁷. Em conflitos desse tipo, a apreciação de direitos é feita pela Justiça Federal e o que se tem observado são processos de desterritorialização de comunidades indígenas, os quais geralmente decorreram da expansão de frentes econômicas da sociedade nacional e seus desdobramentos. Esta situação foi gradativamente acirrada após o término da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), isto é, nas últimas décadas do século XIX, e no decorrer do século XX. No entanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, sobretudo, os Kaiowá e Guarani (Ñandeva) iniciaram um movimento étnico-social pela retomada de parte de seus antigos territórios, algo que parece estar longe de terminar (cf. Brand 1997; Moreira da Silva 2002; Pereira 2003; Stefanos Pacheco 2004).

Nesse contexto regional, desde a década de 1990 especialistas em arqueologia têm sido intimados - às vezes equivocadamente - pela Justiça Federal para elaborar laudos periciais com a finalidade de averiguar se determinadas áreas em litígio são ou não de ocupação terras indígenas. Por isso, durante a produção de uma perícia judicial, a busca pelo Guarani genérico, monolítico e fossilizado no tempo e no espaço, supostamente identificado por fragmentos cerâmicos da tradição Tupiguarani, associada a uma

7 A criação de Mato Grosso do Sul, a 22ª unidade da federação, se deu por meio da Lei Complementar n° 31, de 11/10/1977, promulgada na época do governo Ernesto Geisel, o penúltimo general a assumir a Presidência da República na época do regime militar (1964-1985). Este novo estado surgiu do desmembramento da parte meridional do antigo Mato Grosso, uma área de 358.159 km², e foi implantado a partir de 1° /1/1979. Na historiografia regional é comum o emprego do termo *antigo sul de Mato Grosso* para se referir à região compreendida pelo atual Mato Grosso do Sul antes da data de sua criação.

língua de mesmo nome, pode se converter em um problema de dimensões políticas preocupantes. E este problema não foi, certamente, o que motivou Brochado (1984) a redigir sua brilhante tese de doutorado, pelo contrário.

Para ser mais específico, passarei a apresentar uma análise a respeito do laudo pericial sobre a Terra Indígena Sucuri'y, cujo relatório foi apresentado por um arqueólogo à 1ª Vara da 1ª Seção Judiciária de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, conforme consta nos autos do Processo nº 97.0864-9. Esta terra indígena, cuja área reivindicada é de 535 hectares, faz parte do território de uma comunidade Kaiowá estabelecida no município de Maracaju, nas proximidades da serra de mesmo nome. Dessa área, apenas 65 hectares eram ocupados por 167 indígenas, divididos em 39 famílias, segundo dados obtidos em fins de novembro de 2006, quanto estive na aldeia. Na área ocupada pelos Kaiowá funciona uma escola municipal localizada nas coordenadas UTM 695.104 E e 7.604.744 N, a uma altitude de 368 m.

Ao analisar o laudo judicial em questão, cheguei à conclusão de que o perito do juízo direcionou grande parte de suas investigações para a história pré-colonial (“pré-história”) da área em litígio. Isso fez com que ele concentrasse sua análise mais na imemorialidade e menos na tradicionalidade da ocupação indígena, contrariando o que determinada a Carta Constitucional. Foi a esta estratégia impertinente que o perito mais recorreu durante os trabalhos de campo e isso ele próprio explicou na página 1267 dos Autos:

A questão principal, que permanecia aberta, era se os dados arqueológicos coletados durante as diligências periciais estavam relacionados ao passado da Comunidade Indígena Kaiowá de Sucuri'y. Decidiu-se, em comum acordo, que seria necessário realizar novas escavações arqueológicas na área em litígio, isto com o objetivo de se tentar determinar se houve ou não essa vinculação temporal.



Figura 1: Mapa do estado de Mato Grosso do Sul com a indicação do município de Maracaju, onde está situada a Terra Indígena Sucuri'y.



Figura 2: Vista panorâmica de parte da Terra Indígena Sucuri'y, tendo ao fundo a cidade de Maracaju. Foto: Jorge Eremites de Oliveira (Nov./2006).



Figura 3: Habitação de uma família Kaiowá na Terra Indígena Sucuri'y. Foto: Jorge Eremites de Oliveira (Nov./2006).

Seguindo procedimentos comuns na arqueologia pré-histórica, os quais remetem à ideia de imemorialidade, o perito chegou à seguinte conclusão que consta nas páginas 1278 e 1279 dos Autos:

A análise anterior nos permite pensar que a comunidade de Sucuriy é originária de um processo etno-histórico que desenvolveu-se na área do município de Maracaju, muito provavelmente precedente a este século e que, portanto tem, a mesma, direito a um espaço definido e suficiente para a preservação e reprodução de seu modo de ser étnico no contexto espacial que foi palco dos acontecimentos de seu passado.

Por outro lado, ao nosso ver, também não é justo que o problema do espaço vital necessário à revitalização cultural indígena seja solucionado através da desapropriação sumária de bens particulares (réus) que, com certeza, não são os responsáveis diretos, nem indiretos, pelos infortúnios que assolam os índios no passado e no presente na região. Os réus, adquiriram as terras que atualmente ocupam produtivamente (que são parcialmente objeto da lide) de forma perfeitamente legal e em nenhum momento praticaram o esbulho de terras indígenas. Finalmente, ao nosso ver, a justiça só será restabelecida na questão quando os índios tiverem direito à [sic.] permanecer definitiva e pacificamente em um espaço necessário à sua sobrevivência, com qualidade de vida e de acordo com suas tradições, por eles aceito como tal. Como, por falta de provas inquestionáveis, as diligências periciais não conseguiram caracterizar a área em litígio como de posse permanente e ininterrupta por parte dos indígenas, cabe ao Governo Federal, por meio dos órgãos públicos habilitados para tal, solucionar o impasse, já que, constitucionalmente, a proteção e tutela das comunidades indígenas são de sua responsabilidade.

No tocante a esse aspecto, o mais plausível seria o arqueólogo ter concluído que, com base nos preceitos constitucionais, em especial o Artigo 231, § 1º, da Carta Constitucional de 1988, e nas provas por ele arroladas, a Terra Indígena Sucuri'y é ou não, de fato, uma área de ocupação tradicional indígena. A polêmica maior segue residindo na seguinte questão: o autor entendeu que seria necessário buscar “provas inquestionáveis” para caracterizar a área em litígio como sendo de “posse permanente e ininterrupta”, por parte dos indígenas, desde tempos imemoriais até os dias de hoje. Esta é uma interpretação particular e equivocada que ele fez da lei, a qual a assistente técnica do Ministério Público Federal, antropóloga Elaine Amorim Carreira

(2000), rebateu de maneira contundente e esclarecedora em seu parecer, conforme consta nas páginas 1367 e 1368 do Processo:

As noções de *ocupação permanente* e de *terras tradicionalmente ocupadas* não se referem ao império de um passado remoto e nem chegam a privilegiar as relações temporais, mas sim, dizem respeito a maneiras típicas de envolvimento com o espaço, que podem ou não serem imemorais e ininterruptas. A lógica histórica exige esse entendimento porque sabemos hoje da inexorável realidade dos acontecimentos ocorridos no passado, que reiteradamente seguiram uma política deliberada de expulsões e reduções das sociedades indígenas, deslocando-as continuamente de seus territórios tradicionais. Por isso, o *permanente* do texto constitucional refere-se a fatos concretos e efetivos da ocupação costumeira sobre determinada área, de modo mais ou menos estável e duradouro - em contraposição a estâncias temporárias e eventuais -, mas não requer indicar, e nem poderia dado o contra-senso histórico, exclusivamente os processos de ocupação continuada e seqüencial de terras indígenas. A lei não busca amparar direitos étnicos de povos abstratos, situados em algum lugar do passado. Busca sim amparar direitos de povos vivos e contemporâneos.

Não se limitando a titubear na hora de dizer se a área em litígio é ou não de ocupação tradicional indígena, o *expert* do juízo ainda apresentou seu ponto de vista particular acerca do que entende ser justo ou injusto para a resolução do litígio. Neste aspecto, em específico, ele deu a entender que estava se colocando na posição do próprio magistrado, ou de um profundo conhecedor de direito constitucional e operador do direito, quando da apresentação de uma sentença. Por isso o arqueólogo finalizou seu trabalho remetendo a solução do impasse à ação de órgãos governamentais. Paradoxalmente, a conclusão do arqueólogo contradiz as provas que ele mesmo arrolou nos Autos, conforme explicado adiante⁸.

O perito afirmou, ainda, segundo consta na página 1268 do

8 O referido arqueólogo compartilha a idéia de que “a questão da terra indígena é, pela legislação em vigor, um problema de âmbito federal, e é muito difícil achar culpados por erros cometidos no passado, ainda mais quando isso aconteceu havia muitas décadas”, segundo consta em um artigo de sua autoria publicado nos Anais do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul (Campo Grande, UCDB, 2004, pp.13-29.). Este ponto de vista é, em grande medida, inconsistente, haja vista que pode servir como um tipo de *álibi* para justificar certas análises equivocadas a respeito dos processos de esbulho e espoliação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul.

Processo, que ele deu início a escavações arqueológicas com o seguinte objetivo:

Iniciamos as escavações objetivando-se encontrar vestígios arqueológicos passíveis de datações laboratoriais, tais como carvões ou outros vestígios orgânicos e/ou fragmentos de cerâmica arqueológica, os quais permitiriam, inclusive, a identificação étnica de seus produtores [...] (grifos meus).

A respeito das “datações laboratoriais”, o arqueólogo certamente estava se referindo ao uso de dois métodos físico-químicos para a datação absoluta: (1) datação radiocarbônica, feita por meio da análise do carbono-14 (C^{14}), encontrado em restos orgânicos como ossos humanos e carvões de antigas fogueiras antrópicas; (2) datação por termoluminescência (TL), utilizada para a datação de cerâmica e material lítico, por exemplo. Ambos os métodos também são comuns em arqueologia pré-histórica e em outras subáreas da arqueologia, mas não constituem métodos tão precisos como a arguição do perito pode levar a pensar.

Em se tratando de datações pelo método radiocarbônico, sabe-se que este método “é demasiado impreciso para ser útil nos 400 anos do passado mais recente”, conforme explicaram Collin Renfrew & Paul Bahn (1998:135), autores do *Arqueologia: teorias, métodos y práctica*. Por outro lado, segundo os mesmos autores, o método de datação por termoluminescência, embora útil para datas dos últimos 10.000 anos, ainda “é menos preciso que este na exatidão de suas datas” (Renfrew & Bahn 1998:135).

Ora, se os dois métodos não são tão precisos assim e se datas antigas remetem mais à ideia de imemorialidade, pode-se deduzir, portanto, que esse procedimento metodológico não seria o mais recomendado para a realização dos trabalhos de peritagem. Contudo, caso o perito tivesse encontrado fragmentos de cerâmica tipicamente Tupiguarani, conforme é amplamente conhecida na arqueologia sul-americana (ver La Salvia & Brochado 1989), datada, por exemplo, de 450 ± 70 AP⁹, não haveria como associá-la diretamente aos Kaiowá de Sucuri'y se ela não fizesse parte da memória social ou possuísse sentido de tradicional para a comuni-

⁹ AP significa anos “Antes do Presente”, no qual o presente é, por convenção, o ano de 1950. Em inglês essa sigla é BP (Before Present). No caso dessa data hipotética, o sinal “±” indica a margem de erro da datação, para mais ou para menos.

dade indígena¹⁰. Por este e outros motivos é que defendo a tese de que procedimentos metodológicos e linhas argumentativas comuns na arqueologia pré-histórica não são, pois, apropriados para esse tipo de trabalho.

Uma das questões que o *expert* deveria ter esclarecido diz respeito, por exemplo, ao início da ocupação da região pelas frentes de expansão econômica da sociedade nacional, algo que aconteceu entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Por este motivo, o fundamental da perícia seria esclarecer se quando a cadeia dominial teve início, a terra era ou não ocupada pelos Kaiowá de Sucuri'y, em seu sentido mais amplo, pois os indígenas alegaram terem sido vítimas de processo de esbulho¹¹. Caso tenha ocorrido o espólio de suas terras, seria ainda necessário esclarecer como esse processo se deu, quais os indivíduos que o fizeram, como reagiu a comunidade de Sucuri'y e qual foi a ação

10 O "sentido de tradicional" a que me refiro está ligado àquilo que uma comunidade indígena dá significado de tradicional nos dias hoje, de acordo com seus usos, costumes e tradições, tal qual determina a Constituição Federal. Sobre o assunto, além dos trabalhos mencionados ao longo deste artigo, alguns outros são bastante elucidativos: (1) CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). 1987. *Os direitos do índio: ensaios e documentos*. São Paulo, Brasiliense. (2) DALLARI, D. de A. 1994. Argumento antropológico e linguagem jurídica. In SAMPAIO SILVA, O. et al. (Org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis, Editora UFSC, pp.103-114. (3) PACHECO DE OLIVEIRA, J. 1994. Instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In SAMPAIO SILVA, O. et al. (Org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis, Editora UFSC, pp.115-139. (4) SOUZA FILHO, C. F. M. de. 1998. *O renascer dos povos indígenas para o direito*. Curitiba, Juruá. (5) AFONSO DA SILVA, J. 2001. *Curso de direito constitucional positivo*. 19ª ed. São Paulo, Malheiros. (6) BARBOSA, M. A. 2001. *Autodeterminação: direito à diferença*. Prefácio de Dalmo de Abreu Dallari. São Paulo, Plêiade/Fapesp. (7) BARBOSA, M. A. 2001. *Direito antropológico e terras indígenas no Brasil*. São Paulo, Plêiade/Fapesp. (8) PACHECO DE OLIVEIRA, J. 2001. *Os Caxixós do Capão do Zezinho: uma comunidade indígena distante de imagens da primitividade e do índio genérico*. Relatório encaminhado à FUNAI. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ. (9) MONTEIRO, P. et al. 2004. Direitos indígenas no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, 69:57-70. (10) LEITE, I. B. (Org.). 2005. *Laudos antropológicos em debate*. Florianópolis, NUER/ABA. (11) SOUZA LIMA, A. C. de & BARRETO FILHO, H. T. (Org.). 2005. *Antropologia e identificação: os antropólogos e a identificação de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria/LACED/CNPq/FAPERJ/IIEB.

11 Para analisar a cadeia dominial da área em litígio, faz-se necessário recorrer ao livro *Os Corrêa, os Ponte, os Alves no planalto e serra de Maracajú: origem histórica, árvores genealógicas*, do advogado e ex-delegado de polícia Altinor Barbosa Ferreira (1993). Esta obra de caráter memorialista e genealógica foi escrita com base em pesquisas cartoriais e informações orais registradas pelo próprio autor.

do órgão indigenista oficial, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), no episódio.

Se o esbulho foi feito pelos primeiros ocupantes não-índios para conseguirem títulos imobiliários da área, então, salvo melhor entendimento, toda a cadeia dominial da área não possui validade à luz da legislação brasileira, independente da opinião do perito sobre o que ele entende ser ou não justo.

Além do que já foi explicado até o momento, há outras questões que precisam ser pontuadas neste trabalho.

Em primeiro lugar, conforme consta na página 1267 dos Autos, o perito afirmou que suas diligências foram feitas após “o estudo da bibliografia especializada, análise de fontes primárias e leitura dos autos”. Em seu relatório consta a relação de 105 títulos, da página 1285 à página 1294 dos Autos. Do total, ao menos 41 trabalhos, ou seja, 39,05% do total da bibliografia arrolada referem-se à arqueologia pré-histórica¹². Esta outra constatação também atesta, como dito antes, que o arqueólogo recorreu preferencialmente a procedimentos metodológicos e argumentos comuns nessa subárea da disciplina, não dando a devida importância para a literatura etnológica e etno-histórica referente aos Kaiowá. A estratégia de ele direcionar os trabalhos periciais mais para averiguar a imemorialidade da ocupação indígena na área em litígio constitui, neste caso em particular, um vício observado ao longo de sua perícia.

Igualmente, no decorrer das respostas aos quesitos elaborados pelas partes, o perito sequer chegou a fazer referência a 10% das obras por ele relacionadas na bibliografia final de seu relatório. Nas páginas 1265 e 1269, por exemplo, há referência a um trabalho de sua autoria que não foi encontrado na relação bibliográfica da página 1289 dos Autos. Provavelmente o autor se referiu a sua tese de doutorado, em específico à parte em que ele analisou a tecnologia lítica de grupos pré-coloniais que ocuparam a Serra de

¹² A bibliografia arrolada no laudo pericial é praticamente a mesma que o autor relacionou em sua tese de doutorado, defendida em 1996 na USP, cujo tema central tem a ver com a pré-história de antigos grupos indígenas que se estabeleceram no planalto de Maracaju-Campo Grande, incluindo o município de Maracaju. Nesse trabalho há um subitem de número 3.2, intitulado *Panorama etno-histórico da região de Maracaju*, em que o perito fez um resumo da ocupação indígena no município homônimo, desde tempos imemoriais até momentos mais recentes, tratando inclusive do processo de esbulho a que os indígenas dizem ter sofrido na década de 1980. No entanto, esse não é um trabalho de sólida base etnográfica, até porque esta não foi a principal proposta do arqueólogo para a realização de sua pesquisa.

Maracaju em tempos imemoriais, assunto que em nada contribui para a elucidação dos acontecimentos.

Outras obras importantes, aí sim relevantes para o esclarecimento dos fatos, não foram arroladas e discutidas no laudo pericial. Este é o caso da tese de doutorado de Antonio Brand (1997), denominada *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. A referida monografia é um trabalho de fôlego, que contém a relação de vários documentos e um mapa das áreas de ocupação tradicional kaiowá e ñandeva no estado e, por isso, definitivamente não poderia ter sido ignorada. Há ainda clássicos que igualmente não foram discutidos, a exemplo de *Aspectos fundamentais da cultura guarani*, de Egon Schaden (1974), dentre muitas outras obras que o profissional tinha ciência na época, conforme em um livro de sua própria autoria, cuja primeira edição é de 1992. Esta constatação também foi feita de maneira semelhante pela assistente técnica do Ministério Público Federal em seu parecer, de acordo com o que consta nos Autos.

Fontes desse tipo deveriam ter sido analisadas e discutidas para responder, por exemplo, ao primeiro quesito apresentado pelo juízo: “1. Estabeleça o Senhor Perito o local e o período em que os índios Guarani-Kaiowá habitavam - ocuparam (no sentido amplo de caçar, pescar e coletar) a área mencionada na petição inicial, se isso ocorreu”. Como não foram devidamente explicadas, as respostas também não são consistentes do ponto de vista histórico e antropológico.

Em segundo lugar, o levantamento arqueológico foi concluído com base em informações orais obtidas de membros da comunidade indígena. Isso é o que geralmente se chama de *levantamento oportunístico* de sítios arqueológicos¹³. Trata-se de um procedimento pertinente para trabalhos dessa natureza, desde que direcionados para averiguar a tradicionalidade da ocupação indígena e caso o pesquisador tenha entendido o idioma cultural do grupo.

Diversos pontos arrolados durante a perícia (antigas residências, lugares de valor mágico-religioso, aterros sob forma de montículos, prováveis sepulturas humanas, trilhas, áreas de caça etc.), associados à toponímia em língua guarani conhecida para a região,

13 Sobre esse assunto existem vários trabalhos publicados no país, como o estudo pioneiro realizado pelo arqueólogo Walter A. Neves (1984) no estado de São Paulo, denominado A evolução do levantamento arqueológico na bacia do Alto Guapeí, SP.

à memória social da comunidade e a fontes textuais mencionadas no Processo, chamam a atenção para a tese de que os Kaiowá estão ocupando aquela área de acordo com seus usos, costumes e tradições. Essas provas vão ao encontro da noção de *oguata*, palavra que em guarani se refere a um *modus vivendi* caracterizado por grande mobilidade espacial, no sentido de andar, caminhar, circular, viajar e transitar, conforme é amplamente conhecido na literatura etnológica e etno-histórica. A noção de *oguata* não deve ser vista como algum tipo de nomadismo ou perambulação errante, sem direção certa, e ausente de estratégias de territorialidade. Pelo contrário, tem a ver com mobilidade espacial em uma área reconhecida como território tradicional para os próprios Kaiowá.

Registra-se, contudo e mais uma vez, que não é a ocorrência de evidências arqueológicas imemoriais, como artefatos líticos e cerâmicos, que poderiam ou não comprovar a tradicionalidade da ocupação indígena na área periciada. A comprovação deveria ter sido feita, também, por meio da análise minuciosa de outras evidências materiais, tais como: “latas velhas”, “sola de sapato”, “entulho de lixo”, locais de importância simbólica para atividades de caça (como o registrado como *ogatawa*), “alto topográfico” onde teria existido uma *oga pysy* etc.¹⁴ Todas essas evidências foram arroladas pelo expert da justiça federal nas páginas 1262 e 1263 dos Autos, mas sobre elas não foi apresentada qualquer análise etnográfica ou arqueológica à altura do que se faz na antropologia ou na subárea da arqueologia histórica, respectivamente¹⁵. Tampouco sobre o material arqueológico imemorial recolhido *in loco*, como os artefatos líticos, foi apresentada uma análise meticulosa, o que atesta ainda mais a fragilidade da perícia. Por vezes

14 *Oga pysy* é uma unidade residencial tipicamente kaiowá, feita de madeira e coberta com capim sapé, onde geralmente residia uma família extensa, denominada *te'yi*. Há também construções com esta mesma denominação que eram e ainda são destinadas a rituais religiosos, às vezes até com outras configurações arquitetônicas. O perito grafou esta palavra de maneira equivocada (*oga pysi*), pois em guarani o “y” não tem o mesmo som que o “i”. *Ogatawa*, por sua vez, se é que o perito registrou corretamente esta outra palavra, refere-se a um “povoado” ou ainda a um lugar de valor simbólico. Em guarani a palavra “oga” significa casa, local, moradia, e “táva” ou “tawa” diz respeito a povo, aldeia, povoação, localidade (cf. Krivoshein de Canese & Acosta Alcaraz 1997).

15 A arqueologia histórica pode ser entendida “como o estudo arqueológico dos aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje” (Orser Jr. 1992:23) [itálico no original].

foram feitas ainda referências a suposições do tipo “aparentemente” e “provavelmente”, as quais, associadas ao descrédito dado à memória e à tradição oral dos Kaiowá, assim como à literatura etnológica e etno-histórica, contribuíram para corroborar a conclusão final do perito, reproduzida anteriormente.

Em terceiro lugar, as entrevistas com alguns indígenas, transcritas e anexadas nos Autos, também sustentam a tese da ocupação tradicional kaiowá da Terra Indígena Sucuri’y. Elas ainda apontam para o processo de esbulho que os índios afirmam ter sofrido. Sem embargo a essa proposição, entendo que, à luz da história oral e da etnografia, teria sido de bom alvitre se o perito tivesse tido alguns momentos a sós com a comunidade indígena¹⁶. Dessa forma ele poderia ter realizado entrevistas e observações etnográficas com vistas a recolher maiores subsídios para a elaboração do laudo. Em outros momentos os assistentes técnicos das partes também poderiam fazer as entrevistas e observações etnográficas com os mesmos indivíduos, igualmente a sós, juntando elementos para a elaboração de seus estudos.

Desconheço a prerrogativa de o perito ter de fazer um laudo judicial em consenso com os assistentes técnicos, haja vista o conflito de interesses, ou ainda de ele estar legalmente obrigado a realizar ou participar de entrevistas coletivas, não podendo contar com momentos a sós para as partes envolvidas no Processo. Entrevistas coletivas, aliás, quando feitas por vários entrevistadores ao mesmo tempo (perito, assistentes técnicos e outros), podem criar um ambiente tenso e induzir a análise dos entrevistados para a obtenção de respostas que convêm a uma das partes. Este é um dos motivos pelos quais elas devem ser evitadas, sob pena de se cair

16 Na opinião de Verena Alberti (1990:1-2): “Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam”. Entretanto, quando no contexto de perícias judiciais do tipo da que aqui está sendo analisada, esses depoimentos orais não devem ser confundidos com depoimentos tomados em juízo, tampouco o método da história oral pode ser considerado como um procedimento metodológico mais preciso ou que se sobrepõe em relação ao método etnográfico.

em subjetivismo profissional que pode macular a imparcialidade do laudo pericial.

Mais ainda, o processo de ocupação tradicional e o esbulho a que os Kaiowá se referem fazem parte da memória social de toda uma comunidade e não de um único indivíduo. Esta memória recua a mais de 100 anos, conforme consta na página 1266 dos Autos, e, por ser coletiva e pautada por uma conduta articulada, deveria ter sido analisada com maior refino e profundidade¹⁷.

Em quarto lugar, está transparente que as pesquisas arqueológicas realizadas na área em litígio causaram constrangimento aos indígenas, pois alguns deles alegaram “ter havido violação de sepulturas”, quer dizer, a profanação de túmulos, de acordo com o que foi registrado pelo próprio perito na página 1267 dos Autos. Significa dizer que lugares sagrados não deveriam ter sido perturbados por meio de escavações arqueológicas, pois constituem locais que, independentemente de terem ou não esqueletos humanos, são de grande significado para os Kaiowá¹⁸.

Esse tipo de procedimento contraria certas orientações comuns nas ciências sociais, conforme se pode atestar através de uma leitura do artigo *Restos humanos e arqueologia histórica: uma questão de ética*, de Tania Andrade Lima (1994)¹⁹. Entretanto, se o perito tivesse encontrado restos humanos memoriais, será que

17 Entre povos indígenas sul-americanos, antropólogos geralmente não conseguem fazer diagramas de parentesco indicando mais de cinco gerações das quais desce um indivíduo de referência, denominado ego (“eu” em latim). Não é de se estranhar, então, que a memória coletiva dos Kaiowá possa recuar em torno de uns 150 anos, haja vista que uma geração tem em média de 20 a 25 anos. O que vai além dessa cronologia está no campo do imemorial e sua interpretação exige muita habilidade etnográfica e etnológica.

18 A prática arqueológica não se dá apenas por meio de escavações arqueológicas. Evidências materiais encontradas na superfície dos terrenos também podem ser analisadas com bastante sucesso, conforme comprovado em vários estudos publicados no Brasil (ver Caldarelli 1997; Caldarelli 1999; Eremites de Oliveira & Pastore 2002).

19 Durante o XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, um grupo de antropólogos e arqueólogos brasileiros, preocupado com questões dessa natureza, propôs, durante a assembléia da SAB, a apreciação de um documento sobre o assunto. O documento, que foi aprovado pelos presentes com apenas um voto em contrário, solicita do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que não autorize projetos de pesquisa que impliquem na escavação de sepultamentos humanos em terras indígenas e em terras de descendentes de negros escravizados, sem que o responsável pelos estudos tenha a expressa e prévia autorização formal por parte das comunidades interessadas.

haveria como datá-los tão precisamente pelo método radiocarbônico, como explicado anteriormente? Mas, em supondo ainda que pudesse vir a datá-los com 100% de precisão, o passo seguinte teria de ser a realização de exames comparativos entre o DNA dos ossos humanos resgatados e o DNA de todos os membros da comunidade de Sucuri'y? Seria realmente necessário tudo isso para dar crédito à memória social coletiva de uma comunidade indígena, às evidências materiais encontradas *in loco* e às fontes textuais conhecidas? Em minha opinião, definitivamente não. Este é um típico exemplo de inabilidade etnográfica, apoiada em uma materialidade radical, algo que não se deve fazer para compreender o idioma cultural de um grupo étnico.

Daí a pertinência da análise apresentada por Rosely Aparecida Stefanos Pacheco, cujo estudo realizado é de grande relevância para a compreensão dos conflitos fundiários entre índios e fazendeiros no estado. Segue o que ela escreveu sobre o tema:

Diante do exposto, no antigo sul de Mato Grosso, como em outras áreas do país, no que concerne aos direitos indígenas às suas terras, sempre se vislumbrou o modelo de ação que fortemente privilegia o campo jurídico, visando nesse sentido, encontrar registros que atestem a *antiguidade da ocupação*. Segundo esta lógica, a ausência de meios documentais de comprovação de um vínculo pretérito entre os remanescentes indígenas e as terras reivindicadas inviabilizaria qualquer tentativa de recuperá-las. Entre aqueles signatários desta idéia, sua atenção para a solução dos litígios fundiários regularmente está centrada na *Escrita do Estado*, como se somente esta fosse a forma mais importante de constituição de direitos, em detrimento de outras evidências de ocupação (Stefanos Pacheco 2004:41).

Sabendo que os Kaiowá constituem um grupo étnico de tradição oral, não haveria o porquê de desprezar duas categorias de provas: (1) a memória social da comunidade; (2) as evidências materiais memoriais que atestam sua presença na área em litígio. Proceder de modo contrário sugere o comprometimento da própria imparcialidade do laudo pericial e/ou atesta a inabilidade do profissional nomeado pelo juízo.

Além do mais, os Kaiowá comumente não possuem “cemitérios” iguais aos da sociedade nacional: recintos bem delimitados para guardar os mortos, consistindo em áreas mantidas limpas e visitadas em datas especiais; sepulturas com símbolos cristãos,

principalmente cruzeiros; mortos enterrados em urnas funerárias de madeira, em posição de decúbito dorsal; etc. Quando o são dessa forma é porque houve influências de administradores do órgão indigenista oficial e/ou de missionários religiosos (católicos e/ou evangélicos). Esta constatação é largamente conhecida na literatura etnológica e etno-história, desde tempos coloniais, conforme pude constatar *in loco* junto à comunidade Kaiowá de Panambizinho (Eremites de Oliveira & Pastore 2002), em Dourados, no ano de 2001, e mais recentemente, em 2005, junto à de Taquara, em Juti, ambas em Mato Grosso do Sul.

Para os Kaiowá, o lugar onde os mortos foram sepultados, sobremaneira em se tratando de indivíduos com prestígio social, como caciques e rezadores, não é um espaço venerado pelo grupo. É um lugar que deve permanecer no passado e quase que apagado da memória dos vivos. Muitas vezes os locais de enterramento correspondem a antigas residências onde as pessoas viveram, as quais logo após a partida do morto foram abandonadas e destruídas com fogo. Acompanhando os mortos geralmente são enterrados ou deixados ao lado das sepulturas vários de seus pertences. Hoje em dia esses pertences podem ser desde um colar de contas até uma bicicleta. Eles acreditam na dualidade da alma, quer dizer, que as pessoas possuem duas almas, uma carnal (*anguery*) e outra espiritual (*ñe'e*). A alma carnal permanece com o defunto e não deve ser lembrada, pois traz más influências à saúde e à convivência social dos membros da comunidade. Portanto, locais sagrados onde estão os mortos não deveriam e não devem ser profanados por escavação alguma, sob pena de perturbar a ordem social e espiritual dos indígenas²⁰.

Acrescenta-se ainda que a área em litígio sofreu muitos impactos ambientais negativos, a exemplo de desmatamentos, queimadas e formação de pastagens para bovinos, motivo de rápidas transformações na paisagem local. Impactos assim causaram, indubitavelmente, a destruição de evidências materiais sobre a presença indígena em Sucuri'y, sejam imemoriais, sejam tradicionais. Este assunto também não foi aprofundado no laudo, mas deveria fazer parte de uma avaliação arqueológica geral da área periciada.

Em quinto lugar, ainda que o perito tenha avaliado que as

²⁰ Há muitíssimas fontes escritas sobre a religiosidade dos grupos étnicos de língua guarani. A produção mais relevante teve início com os padres da Companhia de Jesus, no século XVII, conforme se pode comprovar por meio de uma análise apurada de obras analisadas por Melià et al. (1976, 1987), Chamorro (1995, 1998), Pereira (1999, 2004) e Mura (2004).

informações orais dos índios foram contraditas por não-índios, o que não é raro quando entrevistas são feitas em um contexto de disputa judicial, está cristalino que parte dos depoimentos dos Kaiowá vai ao encontro de certas fontes textuais. Exemplo disso está na clareza com que o esbulho de indígenas está presente na memória de descendentes dos primeiros não-índios que fundaram o município de Maracaju. Isso tanto é verdade que, na página 1277 dos Autos, o arqueólogo fez menção a um trecho do livro *Maracaju e sua gente*, de Francisco Bernardes Ferreira & Albino Pereira da Rosa²¹, publicado localmente em 1988. A década da publicação do livro coincide com a década em que os Kaiowá afirmaram que foram expulsos da área. Nesse livro consta *ipsis litteris* o seguinte:

Durante os primeiros anos de adaptação da família Alves de Lima na região do Planalto da Serra de Maracaju, nem sempre as coisas correram em paz. Havia muitas aldeias indígenas, espalhadas desde as cabeceiras dos rios Santa Maria e Brilhante, até as margens do Paraná. Os índios constituíam uma ameaça permanente para os fazendeiros que, por diversas vezes, tiveram de empregar de muita astúcia, e até mesmo o uso de armas de fogo para rechaçar os seus ataques traiçoeiros e perigosos. Com o decorrer do tempo, depois de muita luta e até de combates sanguinolentos, teve lugar uma aproximação pacífica dos grupos em litígio, permitindo o estabelecimento de um clima de paz e maior tranquilidade (Ferreira & Rosa 1988:111).

A transcrição acima apresentada foi escrita por Francisco Bernardes Ferreira, responsável pela redação da segunda parte da obra citada (da página 73 a 167). Faz parte de um livro produzido por dois renomados memorialistas da região, pessoas conhecedoras do direito e autores de um livro sobre a história de Maracaju. Nessa passagem, também citada na página 93 da tese de doutorado do perito, estão claros alguns pontos cruciais para o conhecimento de

21 Albino Pereira da Rosa nasceu em Maracaju, no dia 13 de junho de 1914, graduou-se em direito pela antiga Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, foi auxiliar de ministro na Procuradoria Geral, procurador de autarquia da Previdência Social e autor de livros jurídicos. Francisco Bernardes Ferreira nasceu em Uberaba, Minas Gerais, no dia 21 de janeiro de 1903, trabalhou em Maracaju como proprietário da Farmácia Popular e também em fazendas de gado da região, chegando a exercer as funções públicas de juiz de paz, vereador, promotor interino da justiça e prefeito daquele município. Portanto, os autores do livro *Maracaju e sua gente* foram pessoas cultas, por assim dizer, que vivenciaram o processo histórico regional no século XX.

direitos: (1) que muitas aldeias indígenas estavam estabelecidas na região quando ali chegaram os primeiros não-índios fundadores do município, entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX, quer dizer, em tempos memoriais²²; (2) que os contatos iniciais entre os índios e esses fundadores não foram pacíficos, tendo havido até o emprego de armas de fogo para rechaçar os primeiros ocupantes nativos da região, os quais foram vistos como “uma ameaça permanente”; (3) depois desses conflitos supostamente houve “o estabelecimento de um clima de paz e maior tranqüilidade”, o que teria ocorrido quando se consolidou o processo de esbulho dos índios de grande parte da área por eles ocupada de maneira tradicional.

É isso o que resumidamente diz um estudo sobre a história de Maracaju, escrita por homens importantes da política local, e é isso o que em linhas gerais os Kaiowá explicaram para o perito e para os assistentes técnicos. Ambas as versões não são contraditórias, pelo contrário, são confluentes e fazem parte de uma mesma história presente na memória coletiva de índios e não-índios²³.

Essa ainda é a mesma realidade sócio-histórica de muitas outras regiões do antigo sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, onde atualmente há conflitos fundiários envolvendo índios e fazendeiros. A questão central reside na origem da estrutura fundiária estadual. Ela está no fato do antigo estado de Mato Grosso ter se apoderado de territórios indígenas, o que se deu com a promulgação da Constituição Federal de 1891, declarando-os como terras devolutas para depois serem repassados a terceiros. Muitos desses terceiros primeiramente promoveram a expulsão dos nativos de seus territórios e, posteriormente, obtiveram, por parte dos órgãos estaduais de controle fundiário, as devidas certidões imobiliárias para a legalização de suas propriedades.

Ao analisar situações desse tipo, a partir do estudo de vários

22 Segundo o referido expert: “Em 8 de junho de 1924, o Governo do Estado de Mato Grosso elevou o pequeno aglomerado à categoria de Distrito da Paz, sob a jurisdição da Comarca de Nioaque. No ano de 1928, quando a população urbana girava em torno de mil pessoas e a rural, em dez mil, a região desmembrou-se de Nioaque e o distrito foi promovido a [sic.] sede do município de Maracaju”. Esta informação consta na p. 106 da tese de doutorado do perito da Justiça Federal.

23 Além dos Kaiowá, os Ofayé-Xavante, cujos descendentes vivem hoje em Brasilândia, também tiveram suas terras espoliadas na região de Maracaju e adjacências, conforme consta no livro de Carlos Alberto dos Santos Dutra, a obra Ofaié: morte e vida de um povo (Dutra 1996).

processos judiciais no estado, Moreira da Silva assim resumiu a situação:

No Mato Grosso do Sul, notadamente no território kaiowá e ñandeva, o processo de espoliação de terras indígenas pelas frentes de expansão econômica, com apoio oficial, realizou-se à revelia de todo o ordenamento jurídico de proteção aos direitos indígenas vigentes, inclusive o Alvará de 1680 que nunca foi revogado (Moreira da Silva 2002:149).

Stefanes Pacheco, por sua vez, igualmente analisando vários processos judiciais, fez duas interessantes avaliações sobre o assunto.

Primeira:

É certo que os indígenas foram atropelados pela ação estatal, sendo este o principal responsável por grande parte dos infortúnios que assolam estas sociedades; porém, o Estado não agiu sozinho, estava amparado por uma classe ávida de benesses e que via nestas terras uma forma de resolver seus anseios (Stefanes Pacheco 2004:36).

Segunda:

O resultado é uma trama de títulos que vêm tentando obstaculizar o questionamento jurídico por parte dos indígenas no tocante a seus direitos de acesso a terra (Stefanes Pacheco 2004:41).

A seguir, passo a registrar o que próprio perito do juízo escreveu em um subitem de sua tese de doutorado, elaborado sem a realização de observação participante (pesquisa etnográfica), porém centrado em uma análise histórica com base em fontes textuais produzidas por não-índios²⁴.

Primeira:

Na década de oitenta do século XIX, a região do planalto maracajuano assistiu, concomitantemente à expansão da atividade ervateira, à chegada de novas levas de colonos, principalmente família oriundas do sul de Minas Gerais. Diversas fazendas de gado foram constituídas na área do atual município de Maracaju e os colonos passaram a disputar, com os indígenas, a posse das vastas planuras maracajuanas. A resistência indígena à invasão de seu território ancestral não foi pacífica, isto podemos observar, por exemplo, na descrição feita por um historiador municipal [*sic.*] a seguir produzida: [...].

24 As quatro citações apresentadas a seguir foram copiadas da tese de doutorado do perito: primeira (p.93), segunda (p. 94), terceira (p.106) e quarta (p.107-108).

A citação que o arqueólogo apresentou é a mesma reproduzida anteriormente, transcrita da página 111 do livro *Maracaju e sua gente* (Ferreira & Rosa 1988), e por isso dispensa uma outra menção.

Segunda:

A família Alves de Lima foi uma das dezenas que se instalaram no planalto nessa época. Porém, entre todas, esta merece destaque no âmbito deste trabalho, pois foram os membros dessa família os que se instalaram pioneiramente na área compreendida entre o córrego Cachoeira e o rio Santa Maria, onde esta [sic.] localizado o sítio "Maracaju-1", fundando aí a fazenda Pulador, na confluência do córrego Pulador com o Cachoeira. Esta fazenda existe ainda nos dias de hoje [...].

Terceira:

Muito provavelmente, nas primeiras décadas deste século [século XX], a região que estamos enfocando ainda abrigava, talvez, algumas centenas de índios kaiowás dispersos entre os bosques remanescentes da cobertura original ou vivendo agregados nas recém-instaladas fazendas como mão-de-obra desqualificada, conservando ainda parte de seus costumes e uma obstinação em preservar o seu modo de ser, isto no território onde mantêm relações simbólicas com seu passado e antepassados.

A partir da década de 1940, o panorama ambiental e sócio-econômico passou por aceleradas mudanças. Nos primeiros anos dessa década o tronco ferroviário da 'Noroeste do Brasil', ligando Ponta Porá a Campo Grande, estava concluído. A facilidade de acesso e a de circulação de mercadorias daí advindas viabilizou, pelos anos seguintes, o crescimento das atividades agropastoris e o processo de urbanização do município. O espaço vital para os índios reduziu-se proporcionalmente ao ritmo do desenvolvimento econômico.

A quarta foi escrita após o autor fazer referência ao estudo de identificação que Santos (1986) elaborou e que foi apresentado à FUNAI:

Em 1983, algumas famílias indígenas que viviam agregadas em fazendas da região retornaram à área pretendida como território imemorial, nas proximidades da Fazenda Sete Voltas. Outras famílias se reagruparam, em 1984, em um lote nas margens da rodovia Rio Brilhante-Maracaju, e mais algumas na periferia da cidade de Maracaju. Diversos atritos ocorreram entre os índios e alguns fazendeiros, estes apoiados por algumas autoridades municipais. As tensões aumentaram e, no meio do ano de 1986, uma ação conjunta, realizada pela Prefeitura Municipal, pela Polícia Militar do

Estado e pelo Terrasul, com apoio de alguns fazendeiros, desalojou os índios do município, enviando-os para o Posto Indígena de Dourados.

A convivência com grupos étnicos distintos e o congestionamento demográfico do PI de Dourados desgastou as relações dos recém-chegados com os habitantes tradicionais do lugar. A desarmonia e os graves problemas sócio-culturais de PI de Dourados os forçou, novamente, a procurar um local onde pudessem realizar o assentamento tribal.

Atualmente, a auto-denominada comunidade Sucuri [*sic.*] (...), enquanto aguarda um desfecho para o processo demarcatório de suas terras, está instalada em uma área urbana de 5 hectares, cedida a título de comodato pela Prefeitura de Rio Brilhante, no distrito de Prudêncio Thomaz (Aroeira), e resiste sobrevivendo da venda de artesanato nas margens da rodovia BR-163.

As citações retro apresentadas são relevantes para a compreensão da história dos contatos entre os Kaiowá e a sociedade nacional e para o esclarecimento dos fatos. Nas passagens o autor registrou o termo “território imemorial” para se referir à área reivindicada pelos Kaiowá, e apresentou um sucinto panorama acerca dos processos de desterritorialização e reterritorialização enfrentados pela própria comunidade de Sucuri’y. A análise que ele fez em um capítulo específico de sua tese de doutorado vai ao encontro daquilo que em linhas gerais os Kaiowá lhe disseram anos depois, quando o arqueólogo, na condição de perito do juízo, esteve com os índios para a realização do laudo judicial em análise.

A constatação apresentada reforça ainda mais a tese da tradicionalidade da ocupação indígena em Sucuri’y e a do esbulho que os Kaiowá alegam ter sofrido. Também corrobora a avaliação de que o perito cometeu vícios ao buscar provas imemoriais sobre a posse permanente e ininterrupta, desde tempos imemoriais até os dias de hoje, a respeito da presença kaiowá na área em litígio. No caso em tela, o perito não esclareceu as razões da suposta mudança de seu posicionamento quanto ao direito de posse dos Kaiowá em relação às terras que reivindicam em Maracaju, e o porquê, especificamente, da comunidade indígena não possuir vínculos históricos e culturais (tradicionais) com a área periciada, contrariando a análise aqui apresentada.

Mais recentemente, em 2006, a justiça federal em Mato Grosso do Sul acatou um pedido do Ministério Público Federal sobre a necessidade da realização de nova perícia em Sucuri’y, desta

vez não mais arqueológica e sim antropológica. Em seguida, o júízo nomeou um etnólogo para a realização dos novos estudos, cujos resultados indicaram que aquela área em litígio é terra tradicionalmente ocupada pelos Kaiowá. Mais ainda: em 2007 houve uma sentença favorável aos Kaiowá, no sentido de eles poder aguardar dentro da área o desfecho do processo judicial.

Conclusão

Conclui-se, portanto, que a relação entre identidade étnica e evidências arqueológicas é um tema que ainda precisa ser debatido com mais profundidade na arqueologia brasileira. Trata-se de um assunto polêmico e, até certo ponto, delicado sob vários aspectos. Não obstante essa realidade, defendendo a tese de que o uso de analogias históricas ou etnográficas diretas é algo inapropriado para a atribuição desta ou daquela identidade étnica a evidências arqueológicas de um passado pré-colonial. Por este motivo principal é que se faz necessário superar um antigo paradigma histórico-cultural, qual seja, a de que a etnicidade ou a identidade étnica deve ser tratada como um fenômeno estático, fossilizado no tempo e no espaço e que surge de fora para dentro dos grupos étnicos. Pelo contrário, é um fenômeno dinâmico que emerge do interior dos grupos étnicos para a exterioridade, em situações de contatos interculturais.

Ademais, o que pode parecer apenas um procedimento teórico-metodológico impertinente e inadequado, restrito ao debate acadêmico, pode se converter em problemas políticos de grandes proporções, em que direitos de grupos étnicos podem estar sendo objeto de avaliação na esfera judicial. Daí a necessidade iminente da arqueologia brasileira aprofundar o diálogo com outros campos do conhecimento, sobretudo com a antropologia, mas não se esquecendo da história e até mesmo do direito, incorporando novos aportes teórico-metodológicos e superando certas defasagens que possui em relação à arqueologia mundial.

Por último, deve-se ter claro que a perícia arqueológica aqui analisada é um típico exemplo de ciência colonialista repleta de vícios e, portanto, de como não se deve aplicar a arqueologia para este a produção de laudos judiciais sobre terras indígenas no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, V. 1990. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/CPDO.
- ALVES DA SILVA, C. & EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2005. Fontes textuais e etnohistória: possibilidades de novas abordagens para uma história indígena no estado do Tocantins. **Revista do Museu Antropológico**, Goiânia, 8(1):77-84.
- BARTH, F. 1969. Introduction. In: BARTH, F. (Ed.). **Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference**. Bergen/Oslo, Universitetsforlaget; London, George Allen & Unwin, pp.9-38.
- BARTH, F. 1998. Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade. **Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. Trad. de Élcio Fernandes. São Paulo, Editora UNESP, pp.185-227.
- BECKER, I. R. B. 1992. Lideranças indígenas no começo das reduções jesuíticas da Província do Paraguay. **Pesquisas, Série Antropologia**, 47:1-197.
- BRAND, A. 1997. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre, PUCRS.
- BROCHADO, J. J. J. P. 1984. **An ecological model of the spread of pottery and agriculture into Eastern South America**. PhD Tesis. Urbana-Champaign, University of Illinois at Urbana-Champaign.
- CALDARELLI, S. B. (Org.). 1997. **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Goiânia, IGPA-UCG/Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia.
- CALDARELLI, S. B. 1999. Levantamento arqueológico em planejamento ambiental. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** (Série Suplemento), São Paulo, 3:347-369.
- CARREIRA, E. A. 2000. Parecer do assistente técnico do Ministério Público Federal. **In Processo** n. 97.0864-9. 1ª Vara da 1ª Seção Judiciária de Campo Grande/MS, pp.1366-1384.
- CHAMORRO, G. 1995. **Kurusu ñe'ëngatu: palabras que la historia no podría olvidar**. Asunción, Universidad Católica.
- CHAMORRO, G. 1998. **A espiritualidade guarani: uma teologia ameríndia da palavra**. São Leopoldo, Sinodal.
- DUTRA, C. A. dos S. 1996. **Ofaié: morte e vida de um povo**. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. de & PASTORE, I. 2002. Onde estão os sítios arqueológicos? Levantamento de antigos assentamentos kaiowá em Mato Grosso do Sul, Brasil. **Programa e Resumos do VI Encontro de História de Mato Grosso do Sul**. Dourados, ANPUH-MS, pp.68-69.

- EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2003a. Los primeros pasos en dirección de una arqueología pantanera: de Max Schmidt y Branka Susnik hacia otras interpretaciones sobre los pueblos indígenas de las tierras bajas del Pantanal. **Suplemento Antropológico**, Asunción, 38(2):9-72.
- EREMITES DE OLIVEIRA, J. 2003b. Sobre os conceitos e as relações entre História Indígena e Etnoistória. **Prosa**, Campo Grande, 3(1):39-47, 2003.
- FERREIRA, A. B. 1993. **Os Corrêa, os Ponte, os Alves no planalto e serra de Maracajú: origem histórica, árvores genealógicas**. Campo Grande, s./ed.
- FERREIRA, F. B. & ROSA, A. P. da. 1988. **Maracaju e sua gente**. Maracaju: s/ed.
- FUNARI, P. P. A. et al. 1999. Introdução – A Primeira Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul: questões e debates. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia** (Série Suplemento), São Paulo, 3:1-12.
- FUNARI, P. P. A. & NOELLI, F. S. 2002. **Pré-história do Brasil**. São Paulo, Contexto.
- JONES, S. 1997. **The Archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present**. London, Routledge.
- KRIVOSHEIN DE CANESE, N. & ACOSTA ALCARAZ, F. 1997. **Ñe'eryru. Diccionario Guaraní-Español – Español-Guaraní**. Asunción, Instituto Superior de Lengua/Universidad Nacional de Asunción.
- LANDA, B. dos S. 2005. **Os Ñandeva/Guarani e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo/Jakarey, município de Japorã/MS**. Tese de Doutorado em História. Doutorado Internacional em Arqueologia. Porto Alegre, PUCRS, 2v.
- LA SALVIA, F. & BROCHADO, J. P. 1989. **Cerâmica guarani**. Porto Alegre, Arte & Cultura.
- LIMA, T. A. 1994. Restos humanos e arqueologia histórica: uma questão de ética. **Historical Archaeology in Latin America**. Columbia, The University of South Carolina, v.6, pp.1-17.
- MELIÀ, B. et al. 1976. Etnografía guaraní del Paraguay contemporáneo: los Pai-Tavyterã. **Suplemento Antropológico**, Asunción, 11(1-2):151-295.
- MELIÀ, B. et al. 1987. **O Guaraní: uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo, Fundames.
- MELIÀ, B. 2004. El pueblo Guaraní: unidad y fragmentos. **Tellus**, Campo Grande, 4(6):151-162.
- MOREIRA DA SILVA, L. 2002. **A legitimidade do processo de retomada das terras tradicionais pelos índios Kaiowá e Ñandeva em Mato Grosso do Sul**. Dissertação de Mestrado em Direito. Brasília, UnB; Dourados, UNIGRAN.
- MURA, F. 2004. O tekoha como categoria histórica: elaborações culturais e estratégias kaiowa na construção do território. **Fronteiras**, 8(15):109-143.
- NEVES, W. A. 1984. A evolução do levantamento arqueológico na bacia do Alto Guapeí, SP. **Revista de Pré-história**, São Paulo, 6:225-234.

NEVES, W. A. (Org.). 1999/2000. Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira. **Revista USP**, São Paulo, 44(1-2).

NOELLI, F. S. 1993. **Sem tekohá não há teko: em busca de um modelo etno-arqueológico da aldeia e da subsistência guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS.

NOELLI, F. S. et al. 1996. Debate: hipóteses sobre a origem e a expansão dos Tupi. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 39(2): 5-118.

NOELLI, F. S. 1999/2000. A ocupação humana na região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas (1872-2000). **Revista USP**, São Paulo, 44(2):218-269.

ORSER JR., C. 1992. **Introdução à arqueologia histórica**. Trad. de P. P. A. Funari. Belo Horizonte, Oficina dos Livros.

PEREIRA, L. M. 1999. **Parentesco e organização social kaiowá**. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Campinas, UNICAMP.

PEREIRA, L. M. 2003. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. **Tellus**, Campo Grande, 3(4):137-145.

PEREIRA, L. M. 2004. **Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno**. Tese de Doutorado em Antropologia. São Paulo, USP.

RENFREW, C. & BAHN, P. 1998. **Arqueologia: teorias, métodos y práctica**. 2ª ed. Trad. de M. J. M. Rial. Madrid, Akal.

SANTOS, J. A. M. dos. 1986. **Relatório. Os Guarani do Trópico de Capricórnio. Identificação das áreas indígenas Cerrito, Vila Juty e Maracaju**. Brasília, 2ª SUER/FUNAI. (não publicado)

SANTOS, M. C. dos. 1999. Clastres e Susnik: uma tradução do "Guarani de papel". In GADELHA, R. A. F. (Ed.). **Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea**. São Paulo, Educ/Fapesp, pp.205-219.

SCHADEN, E. 1974. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. 3ª ed. São Paulo, EDUSP.

SCHIAVETTO, S. N. de O. 2003. **A arqueologia guarani: construção e desconstrução da identidade indígena**. São Paulo: Annablume/Fapesp.

SOARES, A. L. R. 1997. **Guarani: organização social e arqueologia**. Porto Alegre, Edipucrs.

SOARES, A. L. R. 2003. **Arqueologia, história e etnografia: o denominador guarani**. Fronteiras, Campo Grande, 7(13):31-62.

STEFANES PACHECO, R. A. 2004. **Mobilizações guarani Kaiowá e Nandeva e a (re) construção de territórios (1978-2003): novas perspectivas para o Direito Indígena**. Dissertação de Mestrado em História. Dourados, UFMS.

TENÓRIO, M. C. (Org.). 1999. **Pré-história da Terra Brasilis**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. 1987. Nimuendaju e os Guarani. In: NIMUENAJU UNKEL, C. **As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani**. Tradução de Charlotte Emmerich & Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo, Hucitec/EDUSP, pp. xvii-xxxix.

VIVEIROS DE CASTRO, E. B. 2002. **O nativo relativo**. *Mana*, São Paulo, 8(1):113-148.

Etnicidade no registro arqueológico: o risco da violência interpretativa

Tania Andrade Lima¹

A tentativa de associar registros arqueológicos a registros etnográficos para estabelecer continuidades culturais é uma prática antiga e creio ser necessário recuperar brevemente suas origens para melhor contextualizá-la do ponto de vista teórico, e assim entender o que significa a sua revivescência, as implicações ela traz consigo, bem como seus possíveis desdobramentos, sobretudo de natureza política.

A partir do conceito normativo de cultura que fundamentou a vertente histórico-culturalista na Arqueologia, desde o século XIX até meados do século XX, a associação constante e recorrente de determinados elementos da cultura material foi assumida como produto de grupos sociais específicos, portadores de mesma identidade física, linguística e étnica. Assim, tipos cerâmicos diagnósticos converteram-se em artefatos atribuídos a grupos étnicos, linguísticos, raciais, e assim por diante, assumindo que pessoas diferentes, vivendo em lugares diferentes e em tempos diferentes se comportaram diferentemente e produziram coisas distintas. O rastreamento da distribuição geográfica desses tipos diagnósticos resultou na construção de um mosaico de movimentos migratórios, com “culturas arqueológicas” correspondendo estreitamente a grupos étnicos.

¹ Departamento de Antropologia do Museu Nacional, UFRJ. Pesquisadora do CNPq. Trabalho apresentado ao Simpósio Identidades étnicas em arqueologia: possibilidades e limites, XIII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizado em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em setembro de 2005.

Parte das ideias aqui expostas foram publicadas em 2011 no artigo intitulado Arqueologia Guarani: o problema da atribuição de identidades étnicas a registros arqueológicos, em Arqueología Tupiguaraní, Daniel Loponte y Alejandro Acosta (eds.), Buenos Aires, Instituto Nacional de Antropología e Pensamiento Latinoamericano, pp7-21.

Esse pensamento surgiu em um contexto político e intelectual particular, o nacionalismo romântico do século XIX. Relações diretas entre passado e presente foram construídas para demonstrar a longa história de povos europeus e assim legitimar nações-estado então em processo de consolidação, ao lhes conferir profundidade temporal. Somou-se a esse pensamento a perspectiva evolucionista então em voga, de tal forma que, juntos, acabaram por alimentar ideais de superioridade racial, penetrando com tamanha força nas mentalidades que nelas permanecem arraigados até hoje, não obstante os esforços para desmistificá-los. Sendo o passado um dos terrenos simbólicos mais férteis para a construção e legitimação de identidades nacionais, a arqueologia, desde o nascedouro, foi posta a serviço da sua construção, assumindo uma inevitável dimensão política.

Durante todo esse tempo a arqueologia interpretou registros arqueológicos como histórias de povos específicos, contribuindo para fortalecer - equivocadamente com certeza - a concepção de grupos étnicos como internamente homogêneos, historicamente contínuos, e externamente definidos por características culturais, linguísticas e raciais. A disciplina forneceu poderosos elementos para a construção de longas genealogias em sociedades contemporâneas, que reforçaram suas identidades e conferiram a elas a legitimidade que buscavam. São de todos conhecidos os usos e abusos de dados arqueológicos manipulados para fins políticos, em um amplo espectro ideológico: no Portugal de Salazar, na Espanha de Franco, na Alemanha de Hitler, na União Soviética pré e pós-colapso, na China de Mao e pós-Mao, no Japão pré e pós-guerra, em Israel, na Palestina, entre muitos outros. A arqueologia sustentou políticas de dominação, justificou controles sobre territórios reivindicados, criou elos simbólicos com passados gloriosos para a construção de histórias contínuas capazes de justificar o presente, e assim por diante (Kohl & Fawcett, 1995).

Chamada portanto, em diferentes circunstâncias, à construção de mitos de origem, de narrativas lineares, e de sociedades culturalmente homogêneas, a arqueologia correspondeu ao que dela se esperava. Tendo o histórico-culturalismo como marco teórico dominante até a década de 1960, entendeu conjuntos de determinados traços que se expressavam na cultura material como manifestações materiais de povos extintos que partilharam normas e valores. Assumiu desta forma uma correlação simplista entre

cultura, território, raça e língua, e, ao traçar as origens e o desenvolvimento de grupos étnicos, obteve resultados que serviram esplendidamente como suportes para causas que, em muitos casos, variaram de duvidosas a espúrias.

A década de 1960 trouxe importantes mudanças a esse quadro. O vendaval processualista deitou por terra as certezas que fundamentavam a Arqueologia tradicional e desmantelou o seu tão caro conceito de cultura, que passou a ser entendida como um meio extra-somático de adaptação, em uma perspectiva sistêmica. Entretanto, no que diz respeito à etnicidade propriamente, a então Nova Arqueologia nunca a tomou como um dos seus objetos de análise, e, paradoxalmente, continuou a entender sua expressão na cultura material (no caso, o estilo), tal como sua antecessora: ou seja, como um reflexo passivo de regras normativas. E neste ponto, é no mínimo curioso que o movimento, propugnando a arqueologia como antropologia nos termos do brado de Binford, em 1962, não tenha sido capaz de acompanhar - e menos ainda de absorver - as novas idéias que oxigenavam a teoria antropológica. Sem mencionar outros domínios agora, eu me limito a destacar especificamente sua defasagem no campo das teorias da etnicidade.

O ano de 1969 foi para a Antropologia um divisor de águas no que diz respeito ao estudo de grupos étnicos. Nesse ano, Fredrik Barth publicou *Ethnic Groups and Boundaries*, onde dissociava etnicidade de cultura e enfatizava sua dimensão social, naquele que se tornaria mais tarde um dos mais influentes trabalhos na arqueologia sobre essa questão. Refutando a ideia de grupo étnico como “uma unidade portadora de cultura”, ele o entendeu como uma forma de organização social, cuja principal característica é a auto-atribuição e a atribuição pelos outros. Ou seja, grupos étnicos são formados por indivíduos que se reconhecem a si mesmos e são reconhecidos pelos outros como seus integrantes, um reconhecimento que brota portanto de dentro para fora.

Essa perspectiva êmica foi definitivamente incorporada pela antropologia e mantida em teorias subsequentes. No entanto, a contribuição de Fredrik Barth foi absolutamente ignorada pela arqueologia à época, que insistiu em continuar reconhecendo etnicidade de fora para dentro, negando que se tratasse de uma construção subjetiva pelo menos até a década de 1980. Foi só aí que os pós-processualistas conseguiram retirar a cultura material da condição passiva a que ela havia sido relegada pelo processualismo,

entendendo seu papel ativo nos processos de produção e reprodução social, na estruturação das relações sociais, na construção da identidade cultural e social dos indivíduos. Com a reação pós-processual, finalmente a arqueologia admitiu que ela é ativamente produzida, mantida e manipulada no processo de comunicação e mediação das relações sociais. Hodder (1982) identificou atributos que expressam etnicidade na cultura material, mas demonstrou que ela pode não se expressar necessariamente nesse suporte, esvaziando qualquer correlação direta entre uma e outra.

Com o destaque considerável que passou a ser conferido à autoconsciência étnica em todo o mundo nas últimas décadas, e com categorias sociais demandando reconhecimento (Appiah, 1994), a questão se tornou politicamente “quente”, a partir do admissão de grupos étnicos como grupos de interesse, capazes de mobilizar a etnicidade como base para a ação política.

Com isso, o tema da etnicidade voltou à arqueologia, só que agora com nova roupagem. Quase trinta anos depois - repito, trinta anos depois - do trabalho seminal de Fredrik Barth, Sian Jones publicou, em 1997, “A arqueologia da etnicidade: construindo identidades no passado e no presente”, que acabou se tornando uma obra de referência para quem se propõe a trabalhar com essa questão na arqueologia. Nela, Jones retomou a espinhosa questão da relação entre cultura e etnicidade, descartada por Barth, reposicionando-a teoricamente.

Criticando Barth e seus seguidores por terem negligenciado a dimensão cultural da etnicidade - que ela defende fortemente - denunciou a ambiguidade com que ele lidou com essa questão, na medida em que ele mesmo reconheceu que grupos étnicos só persistem como unidades sociais significativas se sustentarem diferenças marcantes no seu comportamento, ou seja, se sustentarem diferenças culturais persistentes.

Pretendendo fazer uma ponte entre os que trabalham com perspectivas subjetivas e os que sustentam abordagens objetivas, Jones expandiu o conceito de grupo étnico, recolocando a cultura como uma dimensão relevante para a sua definição e entendendo-o como um grupo de identidade culturalmente atribuída que se constrói a partir de uma cultura partilhada e de uma descendência comum, seja ela real ou imaginada. Jones tanto recusa a etnicidade como reflexo passivo de similaridades e diferenças nas práticas culturais - tal como assumem as abordagens normativas - quanto

descarta que a etnicidade seja produzida totalmente no processo de interação social, por meio do qual símbolos culturais são conscientemente manipulados para atender a interesses econômicos e políticos. Para ela a construção da identidade étnica está fundada nas disposições partilhadas do *habitus*, geradas pelas condições de um ambiente social particular. Essas disposições são estruturas estruturantes e estruturadas, como demonstrou Bourdieu, que moldam e são moldadas pela prática social (Jones 1997:89).

Sem negar portanto a dimensão social, ela traz de volta a cultura para dentro do conceito de grupo étnico. Puxando assim a brasa para a sardinha da arqueologia, Jones abriu mais uma vez espaço para o fenômeno ser investigado arqueologicamente. Só que bem distante da velha fórmula histórico-culturalista que entende grupos étnicos como entidades fixas e monolíticas - o que ela recusa categoricamente - e das associações simplistas de registros arqueológicos com grupos étnicos particulares, que ela desencoraja de todo. Afirma enfaticamente “que não se pode assumir que a semelhança na cultura material reflita a presença de um grupo particular de pessoas no passado, um índice de interação social ou uma estrutura normativa partilhada”, ou seja, não é possível estabelecer uma correlação direta entre culturas arqueológicas e grupos étnicos.

Para uma análise de etnicidade em arqueologia são por ela considerados essenciais: uma ampla compreensão dos contextos culturais passados, derivada de uma variedade de fontes e classes de dados, bem como o conhecimento de organizações sociais do passado. Uma abordagem histórica é crucial, em vista da natureza histórica do processo de geração e expressão de etnicidade. É necessário examinar modos de interação social e distribuição de poder material e simbólico entre grupos, porque, para Jones, etnicidade é produto da interseção de similaridades e diferenças no *habitus* de pessoas e das condições que caracterizam qualquer situação histórica. Contudo, aqui cabe um parênteses, é preciso destacar neste ponto que teorias da etnicidade na antropologia assumem direção contrária à de Jones: partilhar uma cultura comum é muito mais uma consequência do que uma premissa para a constituição de um grupo étnico.

Na verdade, são poucas as circunstâncias na arqueologia em que se pode contar com o volume de evidências que Jones considera imprescindíveis, particularmente na arqueologia pré-histórica,

o que com certeza restringe as possibilidades de se trabalhar etnicidade no registro arqueológico. Não por outra razão, o estudo de caso trabalhado por ela em seu livro foi o processo de romanização, para o qual, além da arqueologia, há uma abundância considerável de outras fontes, ao contrário do que ocorre na arqueologia de caçadores/coletores ou de horticultores, por exemplo, para dizer o mínimo.

Este é o panorama atual do estudo arqueológico da etnicidade, do ponto de vista teórico, sendo praticamente consensual na literatura que não é possível estabelecer correlações diretas entre culturas arqueológicas e grupos étnicos. Alguns estudos de casos são emblemáticos a esse respeito: DeCorse (1994), trabalhando entre os Limba, Yalunka e Kuranko nas terras altas da República da Guiné, observou um alto grau de similaridade cultural na região, mas eles se vêem e são vistos como grupos étnicos distintos. O exame da sua cultura material, - aí entendidos padrões de assentamento, construção de casas e tecnologia cerâmica - não mostrou essa divisão em grupos distintos e nem essa cultura material reflete diferenças étnicas. Uma intensa movimentação intergrupar que inclui rapto de ferreiros, um ofício muito valorizado por eles, e de mulheres ceramistas confunde qualquer possibilidade de atribuição a linhas étnicas distintas. Ou seja, um arqueólogo interpretaria essas evidências como um único e mesmo grupo étnico com grande tranquilidade. DeCorse, ele mesmo um arqueólogo que trabalha diretamente com essa questão, vê uma grande dificuldade em se usar a cultura material para atribuir etnicidade ao registro arqueológico.

J. Atherton, um etnoarqueólogo que também trabalha nessa mesma região, sugere que os arqueólogos fariam melhor se evitassem a busca infrutífera de epifenômenos paleo-sociopolíticos como etnicidade. E a esmagadora maioria dos que trabalham com essa questão consideram este um bom e prudente conselho, na medida em que traços culturais, artefatos e seus atributos, sobretudo quando considerados isoladamente, são pobres indicadores de etnicidade (Atherton 1983, in DeCorse 1994:138).

Em um outro exemplo, desta vez contrário, Ann Osborn (1994), trabalhando nas encostas orientais dos Andes colombianos com grupos U'Wa, observou uma grande variabilidade na sua cultura material, mas na verdade eles se reconhecem como membros de uma mesma e única sociedade. Para Osborn, isto faz com que

classificações monolíticas de que a cultura material X ou Y corresponde a fulano ou a beltrano devam ser a todo custo evitadas.

Hervik (2013), trabalhando a partir de uma perspectiva que ele designa como experiência social compartilhada junto ao povo do Yucatán, ao qual em geral todos se referem como maias, observou que, para aquelas pessoas, maias são seus antigos ancestrais, mortos há muito tempo. E que eles pensam a si mesmos, se reconhecem e se autodesignam como mestizos. Descendentes diretos, eles falam a mesma língua, ocupam o mesmo território, possuem as mesmas características físicas, porém não se consideram maias.

Para Arnold (1994), não é certo que artefatos ou mesmo estilos correspondam a grupos étnicos particulares. Carol Hill (1994), diante do fato de que uma mesma cultura material pode ser partilhada por vários grupos étnicos, elege redes sociais como um possível campo para investigações sobre etnicidade. E aqui cabe sempre lembrar o caso do Xingu. O que faria um arqueólogo investigando arqueologicamente essa região no futuro? Veria uma mesma cerâmica dispersa por toda a área, veria a partilha de inúmeros traços culturais e atribuiria todos os sítios da região a um único e mesmo grupo étnico, partilhando uma mesma língua e uma mesma cultura, e dessa forma cometendo uma violência interpretativa. A cerâmica, um dos elementos preferidos dos arqueólogos, está presente em toda a região xinguana por que seus fabricantes, os Waurá, detêm o monopólio da sua produção e abastecem os demais grupos através do comércio intertribal. No Xingu há mais de uma dúzia de grupos, com diferentes filiações linguísticas, Aruak, Tupi, Karib, Gê, partilhando também outros traços culturais. Nosso hipotético arqueólogo do futuro estaria, no caso, apagando diferenças e construindo uma identidade étnica inexistente.

E o que acontece no Brasil? Na arqueologia brasileira são muito antigas as tentativas de se estabelecer relações entre registros arqueológicos e registros etnográficos. Constelações de artefatos similares, limitados espacial e temporalmente, foram utilizadas, sobretudo na segunda metade do século XX, para dar suporte à atribuição de etnicidade a registros arqueológicos e para fundamentar interpretações de continuidades culturais.

Registros arqueológicos foram associados a grupos étnicos a partir da localização, em um mesmo palco geográfico, de elementos arqueológicos e etnográficos, com base na semelhança entre artefatos - notadamente cerâmicas e líticos - ou, menos frequen-

temente, da morfologia de aldeias e de práticas funerárias, entre outros traços culturais, Assim, os ceramistas amazônicos Aristé foram entendidos como os ancestrais dos Palikur; os ceramistas Uru como ancestrais dos Karajá; os ceramistas Una, ancestrais dos Puri; os Aratu de Goiás e da Bahia, ancestrais dos Kaiapó; os Aratu de Minas Gerais, ancestrais dos Xavante; os Itararé, ancestrais dos Xokleng, além dos ceramistas tupiguarani, ancestrais dos Tupinambá e Guarani historicamente conhecidos.

Na contramão do que se praticou no universo anglo-americano, onde, à luz da teoria processual, arrefeceram as discussões sobre etnicidade no registro arqueológico, no Brasil elas nunca chegaram a deixar a cena, aceitando-se tacitamente essas correções. A arqueologia brasileira não parece ter tomado conhecimento do trabalho de Barth, o que até se compreende nos idos de 1970, com a dificuldade de circulação de literatura arqueológica estrangeira à época e com o distanciamento da arqueologia da antropologia, já então considerável.

Só que, em 1976, Roberto Cardoso de Oliveira publicou - em português e bem perto da arqueologia - seu livro *Identidade, Etnia e Estrutura Social*, sete anos depois de Barth, assimilando suas idéias e entendendo grupo étnico igualmente como “um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como constituinte de uma categoria distinguível de outras categorias da mesma ordem”. E nesse momento, sem barreiras linguísticas e sem a dificuldade da importação de livros, fica claro que o problema, há três décadas atrás, foi mesmo de distanciamento teórico de nossa disciplina em relação às ciências sociais. Àquela altura nossos profissionais estavam fortemente envolvidos com questões adaptativas, ocupados com reconstituições paleoambientais, de tal forma que o tema da etnicidade não apenas não constituía um problema, como passava longe dos seus interesses mais diretos.

A questão se coloca novamente agora, recrudescida, face a novas tentativas de se estabelecer correlações diretas entre registros arqueológicos e grupos indígenas atuais. Entre outras, há poucos anos foi atribuída aos Xokleng uma antiguidade de 4.000 anos, com grande repercussão junto à mídia e, sobretudo, junto à própria comunidade Xokleng, a partir de evidências de cremação humana em um sítio arqueológico em Santa Catarina. Este é um fenômeno que em nosso entendimento merece uma reflexão, razão maior do simpósio realizado, e do fato de termos convidado

um antropólogo especialista em etnicidade como seu debatedor.

Se, por um lado, não se pode dizer que todos esses registros arqueológicos que mencionamos aqui não são ancestrais desses grupos, por outro tampouco se pode dizer que são. Uma sociedade pode ter raízes no passado sem que tenha uma relação direta com ele. Eu mesma, por exemplo, tenho raízes nem tão remotas assim fincadas em Portugal, sou neta de um imigrante português, sou falante da língua portuguesa, apreciadora da comida portuguesa, tenho em minha casa objetos de Portugal, mas não tenho qualquer relação direta com portugueses, não me identifico nem sou identificada como portuguesa. Ademais, cumpre destacar que aqueles que reconhecem essa relação direta precisam se dar conta que ela existe para o bem e para o mal, ou seja, esta é uma premissa que vale tanto para as causas legítimas quanto para as espúrias, fartamente exemplificadas no início deste texto.

O caso Xokleng é particularmente inquietante, na medida em que assume uma entidade social como imutável ao longo de quatro milênios, e congela uma identidade grupal, um fenômeno que é antes de tudo dinâmico, circunstancial e fluido, ao longo de um intervalo de tempo dessa magnitude. Se afirmar essa identidade para quatro séculos atrás já seria temerário, o que dizer de quatro milênios? Cabe no caso perguntar: quem é Xokleng? Nós, arqueólogos, temos alguma condição de responder a esta pergunta? Eu acredito firmemente que não. Só um Xokleng pode se reconhecer como tal, assim como reconhecer os demais Xokleng. E, se não temos condições de afirmar essa identidade no presente, como projetá-la para o passado, ainda por cima tão remoto, se a arqueologia não tem mais acesso à identificação autoconsciente de grupos sociais? Não foram os Xokleng que disseram: “neste lugar estão nossos antepassados”. Ao contrário, foi a arqueologia que disse isso a eles. E eles acreditaram.

Tais projeções trazem consigo o alto risco de se cometer violências interpretativas em um domínio que tem crescentes implicações políticas e legais. Tornam-se particularmente graves no momento em que as mais justas aspirações das nossas comunidades indígenas merecem ser solidamente apoiadas, alimentadas e legitimadas por dados incontestáveis e não por ilações equivocadas, facilmente refutáveis, sobretudo nos casos de reivindicações de direitos territoriais. Isto positivamente não ajuda a causa indígena.

A literatura arqueológica vem chamando crescentemente a

atenção e alertando para o fato de que a cultura material por si só não é um bom indicador de grupos étnicos. As associações entre registros arqueológicos e registros etnográficos a partir de uns poucos elementos da cultura material não se sustentam. A arqueologia tem trabalhado a partir do reconhecimento de similaridades na cultura material para atribuir etnicidade ao registro arqueológico, quando a etnicidade é construída essencialmente a partir de uma consciência da diferença.

Ora, se etnicidade é uma construção subjetiva no processo de interação social, um mecanismo subjetivo de autoidentificação pelo qual se estabelecem relações de afinidade e pertencimento a um determinado grupo, isto a torna um domínio opaco para a arqueologia. Se ela brota de dentro para fora, não pode ser imposta de fora para dentro. Um indivíduo tem uma relação de afinidade e pertencimento com um grupo não porque alguém de fora lhe diz que ele pertence ou deve pertencer a ele, mas por se reconhecer a si mesmo e ser reconhecido pelos outros como um dos seus integrantes. A história do “patinho feio”, que não se reconhecia nem era reconhecido pelo seu grupo é uma metáfora didática e ilustrativa sobre a questão da identidade étnica. Esta é portanto uma categoria êmica - ou seja, são os indivíduos que se incluem e são incluídos nela - e não étnica: não é alguém de fora que, a partir do seu arbítrio, os inclui a partir dos seus próprios critérios.

Mais ainda porque suas fronteiras, ou seja, os limites entre um grupo étnico e “os outros” não são rígidos nem fixos, mas fluidos, mudando de acordo com interesses, necessidades e circunstâncias sociais, políticas, econômicas, o que dificulta ainda mais seu reconhecimento quando os atores não estão mais presentes. Etnicidade é formada e transformada, é construída, desmantelada e reinventada constantemente. Assim sendo, como pode a Arqueologia, trabalhando na longa duração, dar contas dessa dinâmica?

Entendendo que etnicidade não se conjuga necessariamente com língua, raça, território ou cultura material; e admitindo que este é um tema controvertido, que opõe, de um lado, os que assumem o caráter social dos grupos étnicos, e, de outro, os que não aceitam que a cultura seja reduzida a um papel arbitrário e secundário nessa questão; opondo ainda, de um lado, os que a consideram como uma dimensão ativa e constitutiva da prática social, no sentido de que ela tanto estrutura a agência humana como é um produto daquela agência; e, de outro, os que trabalham admitindo

a cultura material como um reflexo passivo de um conjunto de normas e regras partilhadas, lançamos aqui a seguinte provocação, com o objetivo de induzir nossos leitores a refletir sobre a questão: afinal, qual é efetivamente a relevância da dimensão cultural no processo de construção da etnicidade? Em outras palavras: etnicidade pode ou não ser investigada arqueologicamente?

Referências Bibliográficas

APPIAH, K. Anthony. Identity, Authenticity, Survival. Multicultural Societies and social reproduction. In: TAYLOR, Charles. (ed.), **Multiculturalism. Examining the politics of recognition**. New Jersey: Princeton University Press, 1994, p.149-63.

ARNOLD, Dean E. Patterns of learning, residence and descent among potters in Ticul, Yucatan, Mexico. In: SHENNAN, Stephen J. **Archaeological Approaches to Cultural Identity**. London/New York: Routledge, 1994, p.174-184.

BARTH, Fredrik. **Ethnic Groups and Boundaries**. Boston: Little Brown, 1969.

BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**. 28:217-225, 1962.

BOURDIEU, Pierre. **Esquisse d'une théorie de la pratique**. Genève: Lib. Droz, 1972.

DECORSE, Christopher R. Material aspects of Limba, Yalunka and Kuranko Ethnicity. Archaeological research in northeastern Sierra Leone. In: SHENNAN, Stephen J. **Archaeological Approaches to Cultural Identity**. London/New York: Routledge, 1994, p.125-140.

HERVIK, Peter. **Mayan People within and beyond boundaries**. Social categories and lived identity in Yucatán. New York and London: Routledge, 2013.

HILL, Carol W. Who is what? A preliminary enquiry into cultural and physical identity. In: SHENNAN, Stephen J. **Archaeological Approaches to Cultural Identity**. London/New York: Routledge, 1994, p.233-241.

HODDER, Ian. **Symbols in Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

JONES, Siân. **The archaeology of ethnicity**. Constructing identities in the past and present. London/New York: Routledge, 1997.

KOHL, Philip L. & FAWCETT, Clare. **Nationalism, Politics and the Practice of Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

OSBORN, Ann. Multiculturalism in the Eastern Andes. In: SHENNAN, Stephen J. **Archaeological Approaches to Cultural Identity**. London/New York: Routledge, 1994, p.141-156.

UFRJ

EDITORA

ISBN 857427056-3



9 788574 270562